

II Simpósio Internacional

Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento:

CRÍTICA E ATUALIZAÇÃO DO DEBATE
NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA AMAZÔNIA

Belém - Pará

**ANAIS DO II SIMPÓSIO INTERNACIONAL
INTERDISCIPLINARIDADE, SUSTENTABILIDADE E
DESENVOLVIMENTO: CRÍTICA E ATUALIZAÇÃO DO DEBATE NA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA AMAZÔNIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Sílvio José de Lima Figueiredo

Editora

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

Comissão Editorial

Edna Castro, NAEA/UFPA

Flavio Gaitán, UNILA

Gisela Leitão, EUC (Colômbia)

Lucimara Costa, UFAM

Marion Glaser, LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva, UFT

Nirvia Ravena, NAEA/UFPA

Peter May, UFRJ

Renato Boschi, IESP/UFRJ

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Durbens Martins Nascimento (interino)

Silvio Lima Figueiredo
Nirvia Ravena
(Organizadores)

**ANAIS II SIMPÓSIO INTERNACIONAL
INTERDISCIPLINARIDADE, SUSTENTABILIDADE E
DESENVOLVIMENTO: CRÍTICA E ATUALIZAÇÃO DO DEBATE NA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA AMAZÔNIA**

Trabalhos Apresentados

Belém
NAEA
2018

Diagramação: Pedro Paulo Fernandes Franco
Capa: Andrea Pinheiro
Revisão: Lairson Costa
Ficha Catalográfica: Ruthane Silva e Rosângela Mourão

COMISSÃO ORGANIZADORA

Nirvia Ravena
Silvio Lima Figueiredo
Durbens Martins Nascimento
Aurilene dos Santos Ferreira
Carolina Maues da Silva
Carmem Dilcely da Silva dos Santos
Maria da Paz Correa Saavedra
Roseany do Socorro Santos Caxias Lima
Wellington Augusto Andrade Fernandes
Mirleide Chaar Bahia
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Adagenor Lobato Ribeiro
Edna Maria Ramos de Castro
Ana Lucia Prado Reis dos Santos
Suely Rodrigues Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

S612t Anais do Simpósio Internacional Interdisciplinaridade,
Sustentabilidade e Desenvolvimento: crítica e
atualização do debate na produção do conheci-
mento na Amazônia (2. : 2018 : Belém, PA).
Trabalhos apresentados / Silvio Lima Figueiredo, Nirvia Ravena
(organizadores). — Belém : NAEA, 2018.
208 p. : il. ; 23 cm
Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-181-2

1. Sustentabilidade - Amazônia - Congressos. 2. Abordagem
interdisciplinar do conhecimento. I. Figueiredo, Silvio Lima, org. II. Título.

CDD 22. ed. – 304.209811

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

Naea/Ufpa
Av. Perimetral, Número 1 - Guamá, Belém - PA, CEP 66075-750
Telefone (91) 3201-8521
naea@ufpa.br
editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

Apresentação	15
Trabalhos apresentados.....	17
A precipitação relacionada à proliferação de dengue em Marabá-PA ABREU, Stélio; MENDONÇA, Arianne, NEVES, Jéssica.	18
Comunicação científica e políticas públicas: Estudo da gestão do programa municípios verdes no município de Óbidos-PA AIRES, Alana Paula; NUNES, Silvia; CARVALHO, André Cutrim.	19
Captação da água da chuva através de cisternas para uso doméstico pela população ribeirinha e os impactos para a qualidade de vida local: Resultados preliminares AIRES, Renata di Karla Diniz; GALVÃO, Francisco José Girão.	23
Projeto Ecotrilha: Prática de educação ambiental ALBUQUERQUE, Klebersom Almeida de; BARBOSA, Antônia do Socorro Aleixo; SILVEIRA, Rosângela Caetano da.	26
Projeto quintais produtivos agroecológicos: Diagnóstico inicial ALBUQUERQUE, Klebersom Almeida de; BARBOSA, Antônia do Socorro Aleixo; SILVEIRA, Rosângela Caetano da.	27
Ribeirinhos da ilha do Combu no contexto do desenvolvimento sustentável ALMEIDA, Áurea Silva; SOUSA, Laís Victória Ferreira de.	28
Aplicações para o resíduo do beneficiamento de Caulim, uma realidade na região de Barcarena-PA ARAÚJO, Laiz Rayanna; MONTEIRO, Waldinei.	29
Impactos Ambientais na região de Barcarena-PA ARAÚJO, Laiz Rayanna; MONTEIRO, Waldinei.	30
O efeito do Contestado no processo de formação das comunidades quilombolas no estado do Amapá ARAÚJO, Lorena Souza; SILVA, Davi Junior de Souza.	31
A interdisciplinaridade nos estudos sobre o turismo em unidades de conservação no Baixo Rio Negro-AM AUZIER, Katiúscia; GOMES, Jocilene; DIAS, Luana Cristina.	32

A formação docente e a prática interdisciplinar da educação ambiental na Amazônia: Um estudo de caso em classes multisséries em Abaetetuba-PA	
AVELAR, Marcilene Calandrine de; SILVA, Marilena da.	33
Gestão social sustentável: Missão e estratégia em busca de um alinhamento	
BAENA, Silvia.	34
Planejando espaços de lazer: Acessibilidade pra quem?	
BAENA, Silvia; PEREIRA, Pablo; BAHIA, Mirleide.	35
Freetourbelem.com – Aplicativo mobile de roteiro turístico autoguiado em Belém-PA	
BATISTA, Heitor Reis; MATOS, Mario Daniel Silva de; CABRAL, Neila Waldomira do Socorro Sousa.	36
Os programas interinstitucionais da Universidade do Estado do Amazonas: A importância do programa de pós-graduação em turismo e hotelaria – UEA/UNIVALE	
BATISTA, Selma Paula Maciel; MARTINS, Cláudia Araújo Gonçalves; MAIA, Karla Cristina Ribeiro.	37
Diagnóstico dos serviços de água e reflexos da urbanização na comunidade ribeirinha Furo da Conceição, Barcarena, Pará	
BRAGA, Karla Giovanna Gonçalves de Souza; SOUZA, Ligia da Paz de; ARAÚJO, Maria Ludetana.	38
Composteiras domésticas como solução para os resíduos sólidos orgânicos em comunidades ribeirinhas da Amazônia	
BRAGA, Karla Giovanna Gonçalves de Souza; SOUZA, Ligia da Paz de; ARAÚJO, Maria Ludetana.	42
A relação entre natureza e sociedade sobre-vivências das crianças: Prática educativa popular em uma escola quilombola na Amazônia marajoara	
CAMPOS, Louise Rodrigues; MOTA NETO, João Colares da; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de.	46
Gestão dos resíduos sólidos em Belém	
CARDOSO, Emile Lebrege; SANTOS, Vanusa Carla Pereira.	47
Jardins botânicos: Preservação, práticas sociais, gestão e turismo no ambiente urbano	
CARDOSO, Silvia Laura Costa; FIGUEIREDO, Silvio.	50
Políticas habitacionais e processos socioespaciais: Uma análise do empreendimento Jardim das Flores do programa Minha Casa Minha Vida em Castanhal-PA	
CARVALHO, Anderson; RIBEIRO, Willame.	54

A curva de Phillips aceleracionista: Análise para Brasil no período de 1994 a 2017 CARVALHO, Nilton Alves de; FILGUEIRAS, Gisada Carvalho; MARTINS, Carlos Eduardo Rodrigues.	55
Consumo sustentável e qualidade da água no ambiente escolar CARVALHO, Simone; LOUREIRO, Marilena.	56
Políticas ambientais e o desmatamento no estado do Pará, Amazônia CONTE, Jéssica Cristina; CASTELO, Thiago Bandeira, ADAMI, Marcos.	57
Mudanças climáticas nos planos diretores dos municípios da região do delta amazônico CORRÊA, Alan Tiago; ALMEIDA, Oriana Trindade de.	58
Políticas públicas e povos e comunidades tradicionais na Amazônia: Uma análise sobre o acesso e os desafios de permanência dos alunos quilombolas na UFPA COSTA, Evanilde Silva da; CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida.	59
A infraestrutura rodoviária para o desenvolvimento rural do município de Mazagão - AP: Uma perspectiva aos potenciais socioeconômicos DAMASCENO, Thiago dos Santos; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro.	60
Do desenvolvimento regional ao descontínuo processo de implementação: A rodovia BR-210 no estado do Amapá DAMASCENO, Thiago dos Santos; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro.	61
A produção de materiais pedagógicos do curso educação ambiental DANTAS, Ana Paula; SILVA, Marilena.	62
Políticas públicas e relações de trabalho para mulheres na cidade de Macapá-AP DIAS, Jorge Lucas de Oliveira; SOARES, Ana Cristina de Paula Maués.	63
A produção acadêmica no curso de secretariado executivo trilingue da UEPA: Uma análise da percepção dos discentes acerca do seu desenvolvimento científico ESPÍRITO SANTO, Aline da Costa do; PRAXEDES, Bárbara da Silva; LIMA, Marco Antônio Silva.	66
Turismo no Marajó - Pará - Brasil: A importância das redes de relações estabelecidas nas políticas públicas de turismo nos municípios de Salvaterra e Soure FARIAS, Kassia; BAHIA, Mirleide.	67
Facilitação sobre compostagem com técnicas de agricultura biointensiva para comunitários da comunidade de Suruacá FARIAS, Maicon Alexandre Silva; GALVÃO, Andria Tavares; AZEVEDO, Marcia Mourão Ramos.	68

O fenômeno “Policy Transfer” nas políticas hídricas brasileiras FERREIRA, Fernanda Neves; DUTRA, Vitor Abner Borges; RIBEIRO, Hebe Morganne Campos.	69
A emergência de novos marcadores de r-existência camponesa na Amazônia: Uma análise a partir das epistemologias do Sul FERREIRA, Miqueias Rodrigues; ARRUDA, Daniel de Lima; CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes.	70
Desempenho socioambiental de um relevante <i>player</i> na cadeia produtiva do óleo de palma no Brasil FERREIRA, Susane; AZEVEDO-RAMOS, Claudia.	71
A interdisciplinaridade e a articulação dos saberes no contexto da saúde e do meio ambiente FRANÇA, Samara Avelino de Souza; FARIAS FILHO, Milton Cordeiro.	72
Impactos de mudanças climáticas em pequenas cidades amazônicas FREITAS, Nelson de Oliveira; ALMEIDA, Oriana; LEITE, Miguel.	73
Cuidar para preservar: Produção animal sustentável GALVÃO, Andria Tavares; PIRES, Adcleia Pereira; PACHECO, Aline.	74
Ocorrência de nidificação da espécie de abelhas sem ferrão <i>Frisemelitta longipes</i> em postes de energia elétrica na madeira de Acariquara (<i>Minquartia guianensis</i>), em Santarém, Pará GALVÃO, Andria Tavares; AZEVEDO, Hierro Hassler Feritas; PACHECO, Aline.	75
Licenciatura em geografia e em matemática: O que dizem da interdisciplinaridade quando re/conectam conhecimento da vida? GAMA, Jéssica; ROSÁRIO, Carina; GONÇALVES, Kátia Liége Nunes.	76
Análise da produção científica dos pesquisadores da UFPA indexada na web of science GOMES, Layane Rayssa Gaia; BERRÍO-ZAPATA, Cristian.	77
Produção de biodiesel por esterificação a partir de rejeitos da indústria de óleos vegetais LAVAREDA, José Paulo de Sales; NASCIMENTO, Luís Adriano do.	78
Amazônia, campo de lutas e resistência: A expansão da monocultura do coco e do dendê e os impactos na agricultura familiar - O caso da agrovila Santa Terezinha LIMA, Luiz Felipe da Silva; SILVA, Fernando Monteiro da; ARAÚJO, Paula Gabriela Travasso.	79
Cidades em linha de queda e o comum dos “invisíveis”: Uso do recurso hídrico e contradições na Amazônia dos grandes empreendimentos LIMA, Michel de Melo; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair da.	80

Cadastro ambiental rural: Perspectivas e desafios da implementação do CAR no município de Castanhal	
LIMA, Michelle de Melo; BITTENCOURT, Paulo Celso Santiago.	81
Religião e mídias sociais: Des(re)territorializações no ciberespaço	
LIMA, Paulo Afonso Dias de; BAHIA, Mirleide Chaar.	82
Memória e sociabilidade no lago de Tucuruí	
LIMA, Ticiano Rafael Santiago de; CAÑETE, Voyner Ravena.	83
Um olhar sobre as redes de sociabilidade em um assentamento agroextrativista: Alternativas para a construção de comunidades sustentáveis	
LOBATO, Gerciene de Jesus Miranda; VIEIRA, Ima Célia Guimarães.	84
A encruzilhada da reforma agrária no sudeste paraense	
LOPES, Kamilla Oliveira.	85
Marx e Weber e a contribuição de suas abordagens para as ciências sociais	
LOPES, Rebeca S. Nunes; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair.	86
A vulnerabilidade econômica de 35 municípios do delta amazônico	
LUZ, Emanuelle Santos; ALMEIDA, Oriana Trindade; ALENCAR, Douglas.	87
Elementos de sociologia figuracional para a análise da história da escravidão no Amapá	
MARTINS, Ana Beatriz; SANTOS, Jeferson Caldas dos; SILVA, Davi Junior de Souza.	88
Gastronomia e turismo: Estudos preliminares em revistas Qualis A1 a B2	
MARTINS, Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves.	89
A interdependência entre os serviços de transporte e a atividade turística e a sua influência no desenvolvimento local - Soure-PA	
MEGUIS, Thiliane Regina Barbosa; BAHIA, Mirleide Chaar.	90
Estudo interdisciplinar do estuário amazônico a partir da crítica da economia e ecologia política regional e do desenvolvimento	
MIRANDA, Mateus; LIMA, Leidiane; COSTA, Gilson.	91
Planejamento urbano, política habitacional e direito a cidades sustentáveis: Entre o discurso e a prática no município de Belém	
MONTEIRO, Alef; MERCÊS, Simaia do Socorro Sales das.	92
O saber-fazer feminino amazônica na pesca artesanal de arrasto de camarão como prática sustentável no salgado paraense	
MONTEIRO, Lorena Carolina; LOBATO, Flávio Henrique; CAÑETE, Voyner.	93

MMNEPA e o desenvolvimentto rural: A resistência através do movimento de mulheres MONTEIRO, Nádia Marília; SANTOS, Luzia; PEREIRA, Raimundo.	94
Viabilidade econômica da produção de subprodutos do mel na vila de Alter do Chão, Pará MORAES, Ádria Fernanda; PIRES, Adcléia; PACHECO, Aline.	95
Importância dos agentes polinizadores para a manutenção da biodiversidade no cenário da agricultura familiar MORAES, Ádria Fernanda; PIRES, Adcléia Pereira; PACHECO, Aline.....	96
Entre mangue, terra e mar: O sabor da Resex Mocapajuba, São Caetano de Odivelas-PA MORAIS, Ana Paula; MONTEIRO, Lorena Carolina; LOBATO, Flávio Henrique; CAÑETE, Voyner.	97
O carimbó, dançando no ritmo das políticas públicas de incentivo à cultura e ao desenvolvimento do turismo cultural em Belém-Pará MORAIS, Ana Paula; FIGUEIREDO, Silvio; BOGEA, Eliana.	98
O processo de patrimonialização e o reconhecimento da prática cultural do som automotivo MORAIS, Vanessa Malheiro.	99
Realidade e perspectivas dos agricultores familiares que praticam agricultura itinerante no município de Acará MOREIRA, Éberton da Costa; SCHMITZ, Heribert.	100
Agroecologia e educação do campo na Amazônia: Uma abordagem das epistemologias do Sul NASCIMENTO, Maycon; CARVALHO, Eduarda; CORRÊA, Sérgio.	101
Neoextrativismo, bem viver e soberania e segurança alimentar: Um estudo da experiência quilombola e de outras racionalidades de consumo alimentar na Amazônia NASCIMENTO, Maycon; BARROS, Flavio.	102
Impactos de desastres naturais no desenvolvimento da educação infantil na Amazônia NINA, Alex Santiago; LOBO, Ivonês Damasceno; ALMEIDA, Oriana.	103
Desmatamento, desastres naturais e políticas públicas na Amazônia NINA, Alex Santiago; LOBO, Ivonês Damasceno; ALMEIDA, Oriana.	104
Economia criativa e desenvolvimento socioeconômico no Brasil: Uma abordagem econômico-filosófica NUNES, Álvaro Marcelino; WANZELER, Líbia Thaís Batista; SANTOS, Valcir Bispo.	105

Turismo cultural e patrimonialização: Campo de relações, referências culturais e gestão para a visitação	
NUNES, Jonathan Rodrigues; FIGUEIREDO, Silvio J. L.	108
Processo de ocupação territorial e seus impactos no uso da terra: Do projeto de assentamento agroextrativista Utinga-Açú, Barcarena-PA	
OLIVEIRA, Carolina Furtado; ALVES, Livia Navegantes.	109
Diagnóstico ambiental dos recursos hídricos e da biodiversidade no distrito de Caratateua, Amazônia Oriental	
PAIXÃO, Mayko Rodrigo Martins da; PILLETTE, Edileuza Amoras.	110
Áreas de proteção das Nações Unidas (APNU) e agendas governamentais ambientais: Interesses divergentes	
PATRÍCIO, Marlinda Melo.	111
O parque naturalístico Mangal das Garças em Belém-Pará-Brasil: O olhar dos “usuários de lazer”	
PEREIRA, Pablo; BAHIA, Mirleide.	112
Experiência de uso de um aplicativo educacional para dispositivos móveis no município de Castanhal	
PINHEIRO, Paulo Sérgio; PIRES, Yomara Pinheiro; SERUFFO, Marcos César.....	113
Marajó, povos da ilha mãe.	
PIRES, Gustavo Moura; BOULHOSA, Marinete Silva.	114
Espaço público na avenida Doca de Souza Franco: O projeto “rua de todos” e a tentativa de comunalização frente ao capital em Belém-PA	
RAMOS, Erick Afonso; CURCINO, Tássia Tamyres; BAHIA, Mirleide.	115
Turismo no antropoceno: Um estudo sobre o contexto pós-colonial de divergências de ideologias, cultura, poder e recursos	
REIS, Milena; HORÁCIO, André Filipe; CABRAL, Neila Sousa.	116
O massacre de Pau D’arco e a mídia contra-hegemônica: Análise da narrativa jornalística do site Repórter Brasil	
REIS, Tatiana Ferreira; VECCHIONE, Marcela.	117
Observatório de turismo e eventos de Belém	
ROCHA JUNIOR, José; ARAUJO, Railena; CABRAL, Neila Sousa.	118
O circuito inferior da economia urbana na perspectiva do lazer e do turismo na ilha do Combu (Belém-Pará)	
RODRIGUES, Ágila; TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair.	119

Modo de vida pesqueira no município de Porto Grande-Amapá ROSA, Ádria de Melo; SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Lais Melo.	120
Ludicidade como ferramenta de socialização e ensino-aprendizagem: Um relato de experiência em uma escola estadual no município de Castanhal-PA ROSÁRIO, Carina; MAGALHÃES, Jéssica; SOMBRA, Daniel.	121
Geoprocessamento e sensoriamento remoto como instrumento de análise do uso e ocupação do solo na RMB: De 1984 a 2017 SANTOS FILHO, Mário Hélio Nunes; SILVA Nayara Maria Monteiro da.	122
Territórios do informal: A regulamentação do transporte alternativo em Belém e Manaus SANTOS, Gabriel Augusto Nogueira dos; NOGUEIRA, Ricardo B.	123
A inclusão da educação ambiental por meio de atividades experimentais e colaborativas SANTOS, Janaina Laura; SANTOS, Jéssica Karine; LEAL, Jose Fernando.	124
O espaço da possibilidade: Do colegiado de desenvolvimento territorial (CODETER) do sul do Pará /Alto Xingu ao movimento de mulheres camponesas (MMC) SANTOS, Laís Alves dos.	125
Democracia e educação pública na sociedade brasileira: O que as lutas do MST têm a revelar sob as perspectivas do pensamento freireano e das epistemologias do Sul? SANTOS, Luzia Camila; FERREIRA, Miqueias; CORRÊA, Sérgio Roberto.	126
Educação ambiental: Sensibilização acerca de problemas ambientais e na educação formal SANTOS, Luziane Brasil; CARVALHO, Elena.	127
Trajetos de memória: Experiências de lutas e resistências nas ruas e vielas do bairro da Terra Firme, Belém-PA SANTOS, Maria Karoline; SILVA, Ana Claudia; FIGUEIREDO, Silvio.	128
Espaço público, sociedade e natureza na metrópole belenense: O caso do parque estadual do Utinga SANTOS, Thamires; ALVES, Cyntia; LEITE, Gabriel.	129
“Até a caça não tem mais porque com a hidrelétrica os bichos foram embora”: Histórico das UHEs, conflitos e impactos socioambientais em Ferreira Gomes SANTOS, Vinícius Barriga dos; COSTA, Jade; PINTO, Manoel de Jesus.	130
Entre recortes espaciais e modelos de ordenamento territorial: A cidade de Cametá e as políticas de desenvolvimento urbano regional voltados para o Baixo Tocantins-PA SEPÊDA FILHO, Miguel Gonçalves.	131

A gestão ambiental no Pará	
SILVA, Benedito Evandro Ramos da; AZEVEDO-RAMOS, Claudia.	132
Interdisciplinaridade e indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade de agroecossistemas no estuário amazônico	
SILVA, Elineuza; SILVA, Juliana; COSTA, Gilson.	133
Centro e centralidade urbana: A realidade socioespacial das atividades de comércio e serviços no bairro Jaderlândia III em Castanhal - PA	
SILVA, Jhon; RIBEIRO, Willame.	134
Os desafios institucionais da defesa civil na gestão de riscos associados à barragem de Tucuruí	
SILVA, Lorena Pacheco Estumano da; LOUZADA, Aline Furtado.	135
Políticas e governanças para a redução das vulnerabilidades em Ponta de Pedras, Pará	
SILVA, Joel Carlos; ALMEIDA, Oriana; ALMEIDA, Atila.	138
Relações de governança e desenvolvimento: Uma análise no arranjo produtivo local minero-metalúrgico de Barcarena-PA	
SOUSA, Raissa Nauar de; PRAXEDES, Bárbara; LIMA, Marco Antônio.	139
Pontos de cultura “sem fronteiras”: Redes sociais, epistemologia de fronteira e práticas de cultura viva comunitária no Chile	
SOUZA JUNIOR, José Maria; FIGUEIREDO, Silvio.	140
Processos de resistência e mobilizações de povos e comunidades tradicionais contra a implantação do projeto da ferrovia paraense	
SOUZA, Jussara.	141
Vulnerabilidade socioambiental em áreas de riscos na bacia hidrográfica do rio Ariri	
SOUSA, Onairam Lima de; SILVA, Glauber Guimarães Cirino da.	142
Turismo cultural e patrimônio: Motivações e avaliação das potencialidades de Belém, PA	
SOUZA, Sidnei Correa de; FIGUEIREDO, Silvio.	143
As práticas sociais e usos presentes no complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí, Belém-PA	
TAVARES, Angelo Cezar; CASTRO, Milene de Cássia; BAHIA, Mirleide.	144
O papel da universidade no fortalecimento da agricultura familiar: Um estudo sobre a grovila Santa Terezinha, Castanhal-PA	
TEIXEIRA, Renires; MELO, Kátia Maria; ARAUJO, Paula	148
História local em sala de aula: Contribuição para a formação de um cidadão crítico	
THALY, Leonardo Neves Barbosa; CORRÊA, Marcio Ricardo Cardins; LISBOA, Marcos Paulo Santiago; PEREIRA, Telma.	149

Ocupações precárias e dispersão urbana: Dinâmicas da estruturação do espaço na “agrovila” Calúcia e Castanhal-PA	
VALE, Kelly; RIBEIRO, Willame.	150
Educação e identidade no contexto amazônico: A escola municipal Professor Bento Lima de Oliveira e os diálogos com os saberes culturais da comunidade quilombola África	
VIEGAS, Nazaré; MELO, Clarice.	151
Produção de conhecimento médico na Amazônia (Pará, Brasil): Um estudo transversal (2015) para a atualização do debate no século XXI	
WARKEN, Ana Carolina Barros; RODRIGUES, Anderson Raiol; TEIXEIRA, Cláudio Eduardo Corrêa.	155
Estudos sobre persistência e evasão escolar em EJA no nordeste paraense, Castanhal-PA: Análises e proposições	
XAVIER, Maria do Perpétuo Socorro; PIRES, Yomara Pinheiro; SERUFFO, Marcos César da Rocha.	156

APRESENTAÇÃO

O segundo simpósio do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) se propõe a tratar da produção de conhecimento em uma região cuja importância é notória. O Naea tem persistentemente ensaiado uma trajetória de formação e pesquisa interdisciplinar que se sintetiza tanto nas condições de possibilidade para essas experiências, ao longo desses 45 anos, quanto na interrogação sobre as dificuldades de propostas, processos e produtos que revelem abordagens, perspectivas ou o mais importante, práticas interdisciplinares. O filósofo paraense Benedito Nunes em aula inaugural ministrada na Universidade Federal do Pará, em abril de 1999, comentou duas acepções de interdisciplinaridade: trata-se da “colaboração entre ciências, produzindo domínio científico mais amplo que o das disciplinas convergentes, como é a Cibernética... ou é o confronto dialógico, crítico e interpretativo, a cargo de estudantes e professores, entre disciplinas, cujas fronteiras movediças, instáveis, convidam ao debate de conceitos, no esforço de entrosá-los teoricamente para melhor compreendê-los e para melhor aproveitar-lhes os benefícios da aplicação prática que geram” e, logo, destacava o Naea por ter concentrado espaço de “diálogo crítico e interpretativo das ciências humanas”. A realização deste segundo simpósio tem contribuições distintas, mas complementares. Para o público externo, será uma oportunidade de ter acesso a um conjunto de temas, reflexões, críticas e produção do conhecimento acerca da Amazônia que tem na interdisciplinaridade a forma de estabelecer os vasos comunicantes entre as disciplinas necessárias para a interpretação do universo complexo que caracteriza a Amazônia. Para o público interno, será um momento de reflexão e de um amplo debate focalizando as próprias condições de progresso das pesquisas e formação interdisciplinar/transdisciplinar; ressaltando as dificuldades relativas ao ensino, aos procedimentos pedagógicos e, para isto, reunir instituições com propósitos e trajetórias semelhantes. O Simpósio propõe-se a discutir a produção do conhecimento realizada pelo Naea nestes 45 anos, refletindo sobre em que medida as centenas de trabalhos acadêmicos entre teses, dissertações e monografias de especialização; dezenas de pesquisas e publicações com a marca do Núcleo podem ser examinados como esforço de autocompreensão de uma experiência interdisciplinar na produção de conhecimento de um território marcado pela complexidade. Que intelectuais foram formados nesta instituição? Como se ordena a constelação de saberes sobre sociedades amazônicas, em torno de temas, objetos, problemáticas, realidades localizadas e situacionalidades? A interdisciplinaridade tem permitido uma melhor inteligência das complexas situações sociais, culturais, políticas, econômicas, ecológicas que se desenvolvem nas Amazônias? Estas são questões que pontuam as mesas-redondas e os grupos de trabalho propostos neste Simpósio.

Silvio Lima Figueiredo e Nirvia Ravena

TRABALHOS APRESENTADOS

A PRECIPITAÇÃO RELACIONADA À PROLIFERAÇÃO DA DENGUE EM MARABÁ-PA

Stélio Abreu
Embrapa Amazônia Oriental
stelio.abreu@gmail.com

Ariane Mendonça
Exército Brasileiro
eng.arianne@gmail.com

Jéssica Neves
UFPA
jessicanevesazevedo@gmail.com

Resumo: O Município de Marabá-PA possui o clima tropical semiúmido com temperatura média compensada anual em torno de 27 °C, baixas amplitudes térmicas e índice pluviométrico elevado, próximo aos 1900 milímetros (mm) anuais, concentrados entre os meses de dezembro e abril. Segundo Lisboa (1997), o período mais chuvoso da região Amazônica ocorre entre os meses de janeiro e maio, alcançando uma média anual de 2500 mm; já o período menos chuvoso vai de setembro a novembro. A umidade relativa média anual é de cerca de 80% e a direção do vento é predominante de nordeste (NE) (MORAES et al., 1997). No período chuvoso, que se estende de janeiro a maio, ocorre a proliferação de diversas doenças, causadas pelo acúmulo de água, provocadas por materiais e objetos descartados sem o devido cuidado no meio ambiente, provocando assim a disseminação da dengue pelo mundo. Apresenta-se como objetivo do artigo, compreender o comportamento da precipitação em relação à proliferação do mosquito transmissor da dengue e como se visualiza a dinâmica da dengue no município de Marabá. O artigo possui dados de precipitação, temperatura e umidade média fornecida pelo banco de dados do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), BDMEP; referente à Estação MARABA-PA (MM: 82562) Latitude: -5,36, Longitude: -49,13. Os registros mensais de caso da dengue foram extraídos do DATASUS (Portal de Saúde do SUS). Os resultados encontrados no artigo foram adquiridos através de métodos estatísticos manipulados no programa Microsoft Excel. A partir das análises dos dados podemos concluir que quanto maior o volume pluviométrico e a umidade da região, maior o índice de dengue e a proliferação do mosquito. Contudo no período chuvoso requer maior prevenção e cuidados do governo, órgãos de saúde e da população para que não ocorram casos frequentes.

Palavras-chave: Chuva; Proliferação; Doença.

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DA GESTÃO DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES NO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS-PA

Alana Paula de Araujo Aires
UFPA/NAEA(FIPAM)/NUMA(PPGEDAM)
alanah.aires@gmail.com

Silvia Ferreira Nunes
SEJUDH-PA/FIPAM
silvnunes@yahoo.com.br

André Cutrim Carvalho
FACECON/NUMA(PPGEDAM)
andrecc83@gmail.com

Resumo: Os recursos naturais necessitam de planejamento e de utilização das políticas públicas locais no momento de alocar os recursos. Porém, o crescimento econômico em regiões de fronteira como o município de estudo, continua sendo desafio diante destas políticas. O artigo tem como objetivo entender o processo de comunicação científica e políticas públicas em um contexto do Programa Municípios Verdes (PMV); analisar a gestão da política pública deste Programa; demonstrar a importância da comunicação científica como instrumento que assiste as instituições e sociedade civil para entender este processo; e demonstrar a gestão do PMV junto ao município de Óbidos (PA). A questão norteadora do artigo é entender de que forma a comunicação científica auxilia a política pública dos municípios verdes. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o pacto local é pré-condição para o que o município seja reconhecido como município verde e, segundo Caldas (2011), “a comunicação científica não só reconhece como valoriza a opinião do público e seu direito de participar das decisões sobre políticas públicas”. Desta forma, entende-se que a comunicação científica deste programa em Óbidos foi ampla e estendida a todos que se comprometeram com o pacto local. Do ponto de vista metodológico para entender o processo da comunicação e divulgação científica, dentro das políticas públicas, foram utilizados os conceitos e discussões feitos por Graça Caldas (2011) em seu estudo sobre “mídia e políticas públicas para comunicação da ciência”. Além disso, para trabalhar com a gestão do PMV foram analisados três relatórios do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes (NEPMV), sendo dois deles referentes ao ano de 2016 e um de 2017. Os diagnósticos, mapeamentos e reuniões de Gestão do PMV foram realizados pela empresa de consultoria FLORAM Engenharia e Meio Ambiente contratada pelo Núcleo Executor do Programa. Neste sentido, o artigo apresenta esta compreensão da política pública dos municípios verdes a partir do estudo de caso em Óbidos-PA. De acordo com Yin (2001, p.32), “o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. O autor ressalta a importância desta estratégia como sendo a mais adequada para responder questões de “como” e “por que”. Diante disso, a pesquisa é justificada pelo estudo estar relacionado com a gestão dos municípios verdes em prol do desenvolvimento nos municípios paraenses e por ser direcionado como uma alternativa de compreensão sobre o processo de comunicação científica como elemento auxiliador desta política pública. Além disso, o município também é um território de fronteira e apresenta nos limites com Oriximiná-PA altos índices de desmatamento de acordo com o Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES). Outro ponto a ser destacado é a carência de pesquisa científica tratando desta

política pública e relacionando-a com a comunicação científica no município de Óbidos-PA. Desde 2013 a Amazônia tem apresentado trajetórias crescentes do desmatamento, contudo este comportamento tornou-se muito expressivo a partir de 2016 com quase 8 mil quilômetros quadrados de florestas destruídas. De acordo com os dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (IMAZON), em 2016, o desmatamento atingiu 19% das florestas da Amazônia brasileira. Esses dados sobre o desmatamento são importantes, porque além de apresentar as consequências das atividades socioeconômicas ambientalmente insustentáveis na região, elas exigem providências de políticas públicas governamentais pontuais e de longo prazo. Neste sentido, instituições públicas e organizações não governamentais vêm se encarregando de multiplicar e difundir esse conhecimento, essencial para alterar o padrão de produção. A partir destas contribuições, projetos que utilizam o termo “municípios verdes” começaram a se desenvolver em diferentes regiões do país. Algumas vezes, como uma reação quanto ao rigor das leis contra o desmatamento (AMORIM, 2010). O Programa “Municípios Verdes” foi criado apresentando como principal meta, em sua política, o combate e redução do desmatamento nos municípios do estado do Pará, no qual se configura como um programa iniciado em 2011. A política obteve destaque nacional e internacional de acordo com os resultados apresentados por alguns municípios como Paragominas (CASTELLO, 2016). Este município obteve alcance nas metas que o PMV estabelece. De acordo com Guimarães et al. (2011), isto foi possível por meio de pactos com entidades públicas, privadas e não governamentais. A partir deste exemplo, outros municípios, como Óbidos-PA passaram a desenvolver maiores ações com ênfase no combate ao desmatamento para ser incluso no PMV e desempenhar práticas mais sustentáveis. O Programa Municípios Verdes (PMV) utiliza instrumentos com o intuito de implantar o fortalecimento de gestão ambiental e o combate ao desmatamento ilegal no Pará. Entre eles estão duas ferramentas de gestão compartilhada que reforçam a divulgação da situação do desmatamento nos municípios paraenses: o Sistema de Alerta do Desmatamento automatizado da Lista do Desmatamento Ilegal (LDI) e a Plataforma Simples Ambiental (IMAZON, 2017). A discussão sobre Amazônia enfatiza a questão ambiental. A preservação da biodiversidade tornou-se meta internacional. Por outro lado, as questões ambientais alteram as condições de apropriação do território, legitimando novas práticas – consideradas “sustentáveis” – ou justificando novos mecanismos de regulação do uso da base material da sociedade, como o zoneamento econômico-ecológico (ZEE), a internalização de custos ambientais, os mecanismos ditos participativos de “governança” como conselhos de meio ambiente, Agendas 21, etc. (PRESSLER, 2012). Diante deste cenário, a partir da Agenda 21, criada no Rio 92, o discurso sobre sustentabilidade ganha força e temas como indicadores sociais que visam promover o desenvolvimento sustentável, por meio da melhoria da governança e tomada de decisão, aparecem para fomentar o debate de políticas públicas ambientais (PRESSLER, 2012). Nesse contexto, faz-se necessário trazer para discussão o conceito de sustentabilidade, pois, ainda que ele seja popularizado de forma ostensiva, apresenta controvérsias e diversas definições conforme sua abordagem. Isto demonstra o quanto a mediação – relações sociais no processo de recepção - e midiaticização – forma como as mídias interferem nestas relações sociais - estão presentes neste processo (BRAGA, 2012). Uma das principais características do PMV é a sua vinculação com as políticas públicas federais e estaduais de combate ao desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, especialmente com as ações do Plano Amazônia Sustentável (PAS), do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD). Isto é, a política dos municípios verdes funciona como estimuladora de adoção das práticas mais sustentáveis do ponto vista ambiental, social, econômico e jurídico. Isso é possível somente pelo estabelecimento de parcerias. E para o estabelecimento destas parcerias a comunicação é de extrema importância. Nos últimos anos o debate em torno da comunicação científica e políticas públicas têm aumentado. De acordo com Caldas (2011, p.19), “alguns elementos

como alimentos transgênicos, clonagem, células tronco, mudanças climáticas, energia nuclear têm povoado o imaginário popular” No entanto, isto ocorre ao mesmo tempo em que não existe um entendimento da sociedade brasileira quando se trata dos riscos e dos benefícios do desenvolvimento da ciência, não somente para estes temas mencionados anteriormente, mas para outros de cunho polêmico e decisórios. Dessa forma é necessário entender o conceito do termo e atuações da comunicação científica. De acordo com Caribé (2015, p. 90) “comunicação científica é um processo de comunicação clássico, tal como descrito, em 1949, por Shannon e Weaver (emissor, mensagem/canal e receptor)”. A autora destaca ainda que o conteúdo informacional é elaborado a partir dos processos da ciência por cientistas, pesquisadores, acadêmico e outros profissionais do campo das ciências. Já os termos percepção pública da ciência, compreensão pública da ciência, educação científica, alfabetização científica estão focados no indivíduo que recebe as mensagens, ou seja, indicam o conjunto de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) que serão desenvolvidas nos indivíduos que compõem o grupo para o qual a comunicação é dirigida. Neste sentido, o termo comunicação científica é um termo genérico. É possível compreender que difusão científica, divulgação científica, popularização da ciência, disseminação científica são termos subordinados e específicos de comunicação científica. Estão relacionados às atividades desenvolvidas por diferentes pessoas e instituições – caso da gestão do PMV, com o objetivo de levar a informação científica a determinado grupo social. Esses termos são vistos como processos, isto é, atividades desenvolvidas com o objetivo de levar a informação científica ao cliente, o grupo social (CARIBÉ, 2015). Diante deste contexto é possível perceber a necessidade da presença da comunicação científica inserida na gestão do PMV, pois a gestão desta política pública estadual atua como estimuladora dos municípios, das secretarias de meio ambiente, prefeituras, das instituições como escolas, centro de pesquisas, lideranças locais dos sindicatos de agricultores, pecuaristas, pequenos produtores, madeireiros, moveleiros, comerciários e industriais. Além destes, representantes do Órgão Estadual de Meio Ambiente (Oema), ONGs com atuação na região, também participam. O programa possui um Núcleo Executor – NEPMV – que realiza levantamentos pautados nas metas do PMV. Estes dados e elaboração dos diagnósticos são demonstrados e debatidos, em reuniões, diante dos atores de interesse citados acima (NEPMV, 2017). A equipe responsável por trabalhar estas ações – Técnicos da Engenharia e Meio Ambiente (Floram) recebem uma capacitação em mobilização e mediação de processos participativos, realizada na cidade de Belém, nos dias 24 e 25 de maio de 2016 (NEPMV, 2017). A capacitação tem como objetivo o treinamento inicial das habilidades da moderação, com destaque para o papel e as funções do moderador e a transmissão de conhecimentos sobre as principais técnicas da visualização móvel, coleta e estruturação de ideias e a preparação e condução de reuniões de forma eficiente. O grande desafio para estas reuniões é tornar a divulgação científica em processo de transmissão de informações científicas e tecnológicas ao grande público, em linguagem decodificada e acessível para que todos possam colaborar de forma direta com a formação de um município mais sustentável do ponto de vista ambiental, social, político, jurídico e econômico. De acordo com Reis (1982, p. 86), “divulgação científica é a veiculação em termos simples da ciência como processo, dos princípios nela estabelecidos, das metodologias que emprega”. A descrição histórica da Amazônia converge para o ponto de vista sobre a relação entre comunicação e desenvolvimento como mostra Gondim (2007), Dutra (2003), Bueno (2002). Assim a Amazônia apresenta maior interdiscursividade por diversos campos e, principalmente, após 1950 até a implementação dos projetos socioambientais no PPG7. A partir da implantação dos grandes projetos e a divulgação das reservas minerais, o Brasil e Amazônia viveram a fase denominada desenvolvimentista. Neste sentido, é fundamental verificar em que condições foram implantadas e divulgadas as mensagens relativas a esses empreendimentos. A Amazônia sempre estava sendo apontada com o objetivo de demonstrar riqueza, grandeza e mineral em grandes quantidades, para gerar a possibilidade do país se transformar e potência mundial (FICO, 1997).

Isto acontecia a fim de praticar acordos que promovessem negócios. Dessa forma, era feita uma boa imagem institucional do Brasil, tanto em nível nacional quanto internacional. Tais acordos internacionais tiveram como resultado inúmeras cooperações internacionais que desencadearam vários projetos, entre eles o Projeto Carajás (1979-1986), concebido como projeto de exploração mineral. No entanto, para as empresas envolvidas o empreendimento teve grandes êxitos, mas para as comunidades tradicionais restou desemprego, poluição das águas, dos rios nas proximidades do garimpo (utilizados para separar ouro e outros metais das impurezas por diversas empresas nas regiões. Assim, ao promover uma explicação sobre os discursos constituídos da Amazônia fica explícito que a preocupação científica e econômica desta região não é originada apenas da fase de CTI (englobou os acordos do PPG7). Para o estudo foi decidido estudar o município de Óbidos para entender melhor como a gestão do Programa Municípios Verdes é desenvolvida. Óbidos está localizado no Oeste paraense, possui 49.254 habitantes, 21 comunidades quilombolas – de acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP). Além disso, possui aproximadamente 47% do território do município ocupado por duas Terras Indígenas - Parque do Tumucumaque e Zoe –, regularizadas e tradicionalmente ocupadas que abrangem o município. Já em relação aos assentamentos rurais a ocupação é de 10,78% da extensão do município. O município de estudo foi escolhido para análise por apresentar algumas características peculiares em relação aos outros 124 municípios que também estão incluídos nesta política pública ambiental. Entre estas características está o fato de Óbidos ter sido o primeiro município do Oeste paraense a alcançar o selo de município de verde. Além disso, ele também é uma região de fronteira. Local onde ocorrem muitos conflitos por território, exploração madeireira ilegal e desmatamento, principalmente na divisa com Oriximiná (PA). A escolha também ocorreu pela carência de estudos que relacionasse a temática e questão com o município de estudo. O município de Óbidos, assim como Paragominas, é um exemplo que apresentou elementos positivos para aplicabilidade do Programa “Municípios Verdes”. Apesar da redução significativa do desmatamento no município, não houve integração efetiva entre sociedade e ação conjunta das instituições, Estado e Municípios para alcançar os outros objetivos propostos pelo PMV; a partir da análise dos relatórios citados, esta redução do desmatamento – pós ingresso na política pública – foi possível por meio da adoção de modelos e práticas de gestão do desenvolvimento sustentável. Os instrumentos comunicacionais para gerar melhorias na forma como técnicos do NEPMV se comunicam poderia ser mais efetiva para dialogar com os atores de interesse na política pública. Neste sentido, a política apresenta muito mais características quantitativas do que qualitativas. A forma como ocorre a divulgação das reuniões anuais para a divulgação dos diagnósticos ambientais realizadas pela consultoria da FLORAM engloba muito mais os representantes da própria Secretaria de Meio de Meio Ambiente. Os outros representantes que também têm interesse no projeto acabam sendo pouco ou não estimulados a participarem dessas reuniões de diagnóstico e, deste modo, não oferecerem suas contribuições. Portanto, a gestão da política pública do PMV não adota a comunicação científica como instrumento promovedor do Programa. Isto faz com que esta não seja replicada de forma eficiente para todos os municípios do estado do Pará, incluindo Óbidos, que foi o município de análise do artigo. Falta apoio por parte do Estado na implantação de Políticas mais efetivas onde é possível desenvolver elementos entre a comunicação e meio ambiente. Este fator pode permitir transferência de conhecimento da política pública ambiental e como isso o sentimento de pertencimento para atuar como cidadão para colaborar na construção da política pública de municípios verdes.

Palavras-chave: políticas públicas; comunicação; meio ambiente e desenvolvimento.

CAPTAÇÃO DA ÁGUA DA CHUVA ATRAVÉS DE CISTERNAS PARA USO DOMÉSTICO PELA POPULAÇÃO RIBEIRINHA E OS IMPACTOS PARA A QUALIDADE DE VIDA LOCAL: RESULTADOS PRELIMINARES

Renata di Karla Diniz Aires
Universidade Estadual do Ceará
enf_renataaires@hotmail.com

Francisco José Girão Galvão
Universidade Federal do Ceará
kikogirao@yahoo.com.br

Resumo: Apesar de todos os esforços para armazenar e diminuir o seu consumo, a água está se tornando, cada vez mais, um bem escasso, e sua qualidade se deteriora cada vez mais rápido. Sabe-se que apesar de a Amazônia ostentar um grandioso patrimônio ambiental e abundância de recursos hídricos, esta região também abriga os piores índices de acesso a serviços de saneamento e indicadores de saúde pública. A falta ou a precariedade de acesso à água destinada ao consumo humano representa situação de risco, que favorece o surgimento de doenças infecciosas agudas, principalmente associadas a verminoses. Em regiões desprovidas de saneamento, a falta de acesso a fontes seguras de água pode levar à busca por fontes alternativas, resultando num consumo de água com qualidade sanitária duvidosa. Na Amazônia estão disponíveis cerca de 12% de toda a água doce superficial do mundo, entretanto cerca de 60% dos municípios paraenses não dispõem de água tratada. O uso da água da chuva, com o devido tratamento para torná-la potável, pode ser uma estratégia para compensar essa deficiência de abastecimento, visto que os índices pluviométricos são elevados nesta região. O aproveitamento da água da chuva é relativamente simples, trata-se de um modelo alternativo, que capta água da chuva por meio de superfícies impermeáveis e a armazena em reservatórios próprios conhecidos por cisternas. Diversas pesquisas vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos com enfoque na captação e tratamento da água da chuva no contexto amazônico com fins de abastecimento doméstico potável e não potável. Vivenciamos, atualmente, um momento de transição, com novas formas de interação entre o homem e o meio ambiente. A criação de uma consciência ecológica, sobretudo de uma demanda sustentável, se faz urgente, a fim de garantir às futuras gerações um meio ambiente sustentável, com disposição de água em quantidade e qualidade adequadas aos diversos usos. As ações de saneamento e vigilância ambiental do Sistema Único de Saúde, tem prestado apoio técnico aos pequenos municípios com o intuito de garantir qualidade de água distribuída pelos sistemas de abastecimento público, cujo principal propósito é a melhoria de qualidade de vida da população por intermédio do acesso à água potável. O propósito primário para a exigência de qualidade da água é a proteção à saúde pública. Os critérios adotados para assegurar essa qualidade têm por objetivo fornecer uma base para o desenvolvimento de ações que, se propriamente implementadas junto à população, garantirão a segurança do fornecimento de água através da eliminação ou redução à concentração mínima de constituintes na água conhecidos por serem perigosos à saúde. É de grande importância a relação entre meio ambiente e saúde, portanto, ações de melhoria de qualidade da água tem grande potencial de redução de riscos relacionados às doenças de transmissão e veiculação hídrica. Os riscos à saúde relacionados com a água podem ser distribuídos em riscos relacionados à ingestão de água contaminada por agentes biológicos, e riscos relacionados à contaminação por poluentes químicos. As bactérias patogênicas encontradas na água, constituem uma das principais causas de morbidade e mortalidade em nosso meio, sendo responsáveis por numerosos casos de enterites, diarreias

infantis e doenças epidêmicas, que podem culminar em casos letais. **Objetivos:** objetiva-se com este trabalho, avaliar os impactos para a qualidade de vida da comunidade ribeirinha da Ilha do Combu-PA após a implantação de cisternas para captação de água da chuva para uso doméstico como estratégia de saúde pública para compensar a falta de água potável e a alta incidência de doenças diarreicas relacionadas ao consumo de água imprópria na região. **Métodos e Técnicas:** Este trabalho apresenta resultados preliminares da pesquisa em andamento do Programa de Mestrado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, vinculada ao Grupo de Pesquisa Clínica e Epidemiologia de Doenças Infecciosas e Parasitárias da Universidade Estadual do Ceará. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva, que tem como objeto de estudo o impacto da implantação de cisternas para captação de água da chuva para uso doméstico em uma comunidade ribeirinha localizada na Ilha do Combu-PA. Para a produção de dados utilizou-se técnica mista, dividida em duas etapas. Num primeiro momento foi aplicado o processo de observação participante, constituindo-se de interações sociais informais, em que, através de conversa com os ribeirinhos e profissionais do local, foi possível conhecer sua experiência acerca do tema. Num segundo momento, ainda a ocorrer, haverá a aplicação de entrevista guiada por roteiro semiestruturado, contendo questões acerca do perfil sociodemográfico e percepção acerca do impacto do uso de cisternas para captação de água da chuva e seu impacto para a qualidade de vida local. A comunidade ribeirinha é situada na Ilha do Combu, localizada à margem esquerda do Rio Guamá, em frente à Orla de Belém/PA. Esta ilha possui uma população estimada de 200 famílias ribeirinhas, que obtêm sua renda familiar principalmente através da pesca artesanal e extrativismo vegetal. A comunidade visitada é atendida por uma equipe do programa “Estratégia Saúde da Família”, que dispunha de uma enfermeira, um médico e cinco agentes de saúde. A primeira etapa de produção de dados ocorreu durante o mês de julho de 2018, tendo como previsão para a segunda etapa de coletas a ser realizada no mês de janeiro de 2019. Como sujeitos de pesquisa, selecionaram-se aleatoriamente 100 moradores, maiores de 18 anos, que, sob assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aceitassem participar voluntariamente da pesquisa. Os dados vêm sendo analisados pelo método Análise temática proposta por Bardin. A pesquisa compromete-se com os preceitos éticos descritos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará. **Resultados:** Durante a observação participante, foi possível acompanhar o dia a dia da comunidade ribeirinha e conversar informalmente com os moradores beneficiados pela implantação de cisternas. De acordo com relatos, o número de doenças diarreicas, principalmente entre crianças, com causa provável relacionadas ao consumo da água do rio não tratada, lhe causavam grande preocupação. A tentativa de instalação de poços artesianos por iniciativa das lideranças comunitárias, também não foi bem-sucedida, pois apresentavam elevado índice de coliformes fecais, supostamente associados ao despejo irregular de dejetos urbanos no rio. Apenas em 2015, com a instalação de cisternas para captação de água da chuva a partir do programa Cisternas para Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo na Região Norte, que o abastecimento de água tornou-se suficiente para atender as demandas dos ribeirinhos. A estrutura é composta por uma superfície elevada de madeira, calhas, tubos de PVC, filtros e reservatórios, além da adição de hipoclorito à água armazenada. O tratamento realiza-se através de etapas de captação, autolimpeza, reservação, filtração e desinfecção. A capacidade de armazenamento das cisternas podem chegar até 16 mil litros, variando para atender as demandas de acordo com o número de membros da família. De acordo com os relatos obtidos durante a primeira visita, esta estratégia teria impactado positivamente na qualidade de vida dos ribeirinhos, e estaria associado à uma melhora significativa da saúde da população local. Antes da implementação do sistema de cisternas para os ribeirinhos, os moradores precisavam usar água do rio para suprir suas necessidades domésticas, como cozimento de alimentos e lavagem de roupas. Outra alternativa, era comprar galões de água de origem desconhecida de vendedores

ambulantes, que vendiam de porta em porta aos moradores ribeirinhos. Com a primeira etapa de produção de dados, pudemos notar que a água coletada pelas cisternas, após o tratamento com hipoclorito, era utilizada para os mais diversos fins: para a lavagem de roupas, para cozinhar, para a limpeza da casa, para consumo direto, numa forma óbvia de sustentabilidade, aproveitando o recurso mais abundante da região amazônica: a chuva da tarde. Houve também, relatos de que intercorrências frequentes relacionadas, principalmente, a infecções agudas do trato gastrointestinal, têm diminuído quanto à frequência e gravidade. Tais relatos podem subsidiar estudos mais aprofundados capazes de gerar dados mais robustos. Preliminarmente, sugere-se que o projeto de implantação de cisternas beneficiou positivamente a qualidade de vida ribeirinha da comunidade situada à ilha do Combu. **Conclusões:** Ainda que pareça paradoxo, muitas regiões no contexto amazônico que não têm acesso à água potável, sendo, muitas vezes, acometidas por patologias associadas ao consumo de água contaminada e/ou de origem duvidosa. Ações de intervenção e educação sanitária precisam ser disseminadas pelo poder público, e estimuladas pela sociedade. O abastecimento doméstico a partir da água da chuva é uma realidade tímida, mas que já demonstra seu impacto positivo na qualidade de vida ribeirinha. O grande volume de chuvas nesta região fornece a possibilidade de desenvolvimento em maior escala do uso de cisternas para abastecimento domiciliar. O potencial da região amazônica permite o aproveitamento deste recurso a favor do desenvolvimento social e econômico, melhoria de condições de vida ribeirinha, redução de doenças infecciosas agudas relacionadas à água contaminada e a sustentabilidade do uso de tecnologias limpas.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Água; Saúde Pública.

PROJETO ECOTRILHA: PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Klebersom Almeida de Albuquerque
Acadêmico de Ciências Sociais - UFPA

Antônia do Socorro Aleixo Barbosa
Mestre em Agronomia - UFRA
Instituto Pobres Servos da Divina Providência (IPSDP)

Rosângela Caetano da Silveira
Pedagoga
Instituto Pobres Servos da Divina Providência (IPSDP)

Resumo: O projeto Ecotrilha é o resultado de um diálogo contínuo existente entre a comunidade e o Centro Sócio Educativo Fazendinha Esperança (CESEFE). Foi elaborado inicialmente para participar do processo de patrocínio de uma grande empresa nacional em 2014, porém mesmo não sendo contemplado tem sua execução inicial no ano de 2016, tornando-se projeto permanente nas atividades do centro até hoje, tendo o intuito de amenizar a situação do descarte indevido dos resíduos sólidos e da falta de consciência ambiental. Com a efetivação da proposta, abre-se um espaço comunitário de reflexão e aprofundamento de novas práticas sustentáveis na comunidade, criando assim um local útil como ferramenta de educação ambiental por escolas, instituições e comunidade em geral, tornando cada atendido pelo projeto sujeito da sua própria história e ao mesmo tempo fonte de soluções alternativas para os seus problemas. Ao apropriar-se do referido projeto, a comunidade escolar torna-se protagonista nas ações de melhoramento da qualidade de vida e aplicações de práticas sustentáveis em suas escolas.

PROJETO QUINTAIS PRODUTIVOS AGROECOLÓGICOS: DIAGNÓSTICO INICIAL

Klebersom Almeida de Albuquerque
Acadêmico de Ciências Sociais - UFPA

Antônia do Socorro Aleixo Barbosa
Mestre em Agronomia - UFRA
Instituto Pobres Servos da Divina Providência (IPSDP)

Rosângela Caetano da Silveira
Pedagoga
Instituto Pobres Servos da Divina Providência (IPSDP)

Resumo: O projeto Quintais Produtivos Agroecológicos surgiu a partir da necessidade de se pensar soluções para o crescente aumento do descarte indevido do lixo doméstico em Marituba, visando despertar por meio de ações junto aos moradores de baixa renda dos bairros vizinhos ao Centro Socioeducativo Fazendinha Esperança (CESEFE) o interesse por práticas sustentáveis que associem a destinação adequada do lixo, a produção de alimentos sob a perspectiva da agricultura urbana e a qualidade de vida das famílias. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar as ações implementadas no projeto e analisar os impactos socioambientais gerados, não apenas aos moradores participantes das atividades, mas ao município de Marituba em sua totalidade. O período de execução do projeto foi de um ano, sendo desenvolvido entre os meses de junho de 2017 e junho de 2018. Foram atendidas 64 famílias por meio de capacitações em olericultura, fruticultura, cultivo de plantas medicinais e ornamentais, aproveitamento integral dos alimentos, além do reaproveitamento do lixo com a coleta seletiva de resíduos secos e úmidos, onde o lixo inorgânico foi reaproveitado para confecção de vasos e artesanatos, e o lixo orgânico utilizado na produção de adubos a partir do processo da compostagem. As atividades desenvolvidas com as famílias proporcionaram aprendizados de novas alternativas para lidar com o lixo, permitindo uma compreensão mais ampla sobre as interações homem e meio ambiente e sobre o protagonismo que cada família deve desempenhar como responsáveis por uma sociedade mais sustentável, desenvolvendo uma nova visão de sustentabilidade em parceria com toda comunidade, tornando-se assim referência em práticas sustentáveis no município.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Responsabilidade socioambiental; Região Metropolitana de Belém.

RIBEIRINHOS DA ILHA DO COMBU NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Áurea Silva Almeida
Universidade Federal do Pará
aurealmeida2010@gmail.com

Laís Victória Ferreira de Sousa
Universidade Federal do Pará
laisvicferreira@hotmail.com

Resumo: Desenvolvimento sustentável é definido como a responsabilidade assumida pelas sociedades, no qual ocorra a utilização de recursos pelas gerações atuais, sem comprometer a utilização pelas futuras gerações. Existem tipos de sociedades sustentáveis que possuem meios de vida particulares em que há uma diversidade de organizações sociais, culturais e ecológicas que se distanciam do modelo capitalista vigente. O conceito de populações tradicionais oriunda dos grupos que apresentam o modelo de ocupação do espaço e dos recursos naturais voltados para subsistência. A relação com mercado é fraca, apresentando mão de obra familiar, transmissão de conhecimentos através de gerações e as tecnologias utilizadas são de baixo impacto ambiental. Enquanto populações tradicionais, os ribeirinhos têm sua rotina baseada nos períodos de enchente e vazante; o trabalho, as roças e as atividades se estruturam no ciclo sazonal amazônico; a convivência com a água é o principal diferencial em relação a outros grupos tradicionais. O objetivo deste trabalho é avaliar como os conceitos de desenvolvimento sustentável se encaixam na comunidade ribeirinha da Ilha do Combu, Estado do Pará. A análise desta pesquisa se deu através de visita à comunidade em outubro de 2018. O deslocamento é através de rios e os horários de maré. Mesmo com influência de Belém, os moradores exercem atividades de forma tradicional, com cultivos de espécies frutíferas, o zelo com os quintais e atividade extrativista de açaí. A característica dos moradores não se encaixa ao modelo capitalista, no qual busca-se apenas o lucro, com a exploração da natureza e seus recursos. O chocolate produzido na Ilha, não possui pretensões em larga escala. As atividades são realizadas através do que a natureza oferece, sem excedente de produção e extração de recursos visando o lucro. O desenvolvimento sustentável pode ocorrer através das atividades, principalmente na produção de chocolate, no qual ocorre a eficiência econômica (produção e a venda do produto em um preço que possa gerar lucro suficiente), justiça social (inclusão de moradores da ilha na produção) e preservação ambiental (a produção não acontece em grande escala e não compromete o meio ambiente, pois a área é propícia ecologicamente à produção de cacau), que alcançam os princípios da ideologia do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Populações Tradicionais; Desenvolvimento sustentável; Pluriatividade.

APLICAÇÕES PARA O RESÍDUO DO BENEFICIAMENTO DE CAULIM, UMA REALIDADE NA REGIÃO DE BARCARENA-PA

Laiz Rayanna Araújo
Universidade Federal do Pará
laizrayanna@gmail.com

Waldinei Monteiro
Universidade Federal do Pará
waldineim@gmail.com

Resumo: A IMERYS, empresa localizada em Barcarena próxima a Vila do Conde é o maior produtor mundial de caulim. Caulim é uma rocha formada por um grupo de silicatos hidratados de alumínio, principalmente caulinita e haloisita. Contém outras substâncias sob forma de impurezas como areia, quartzo, palhetas de mica, grãos de feldspato, óxidos de ferro e titânio, etc. Embora o mineral caulinita ($Al_2O_3 \cdot 2SiO_2 \cdot 2H_2O$) seja o principal constituinte do caulim, outros elementos além do alumínio, silício, hidrogênio e oxigênio acham-se geralmente presentes sob forma mais complicada por vezes desconhecida. Os rejeitos do beneficiamento do caulim ficam depositados em bacias, pois geralmente não há aproveitamento. Porém é necessário encontrar alternativas de uso para este resíduo, pelo fato das bacias se localizarem muito próximas às comunidades ao entorno da empresa, apresentando risco de vida aos moradores por vazamento, e poluição dos afluentes da região. Foram selecionados artigos científicos, para que pudessem ser encontradas finalidades para o rejeito do caulim, as quais serão evidenciadas as vantagens imediatas para o meio ambiente e para a sociedade. Foram encontradas pelo menos duas finalidades úteis para o rejeito do beneficiamento do caulim: utilização dos resíduos para produção de blocos solo-cal e aproveitamento de resíduos na produção de concreto. Diante do iminente risco advindo da atividade mineradora na região e do armazenamento cumulativo do resíduo que gera riscos à sociedade, as alternativas desenvolvidas beneficiam tanto a empresa, quanto são uma alternativa para o problema de risco dos moradores residentes aos redores das bacias da Imerys.

Palavras-chave: Caulim; Beneficiamento; Resíduos.

IMPACTOS AMBIENTAIS NA REGIÃO DE BARCARENA-PA

Laiz Rayanna Araújo
Universidade Federal do Pará
laizrayanna@gmail.com

Waldinei Rosa Monteiro
Universidade Federal do Pará
waldineim@gmail.com

Resumo: O polo industrial de Barcarena desde 1976 movimentou a economia do município, mas também traz preocupações por conta de muitos acidentes ambientais que já ocorreram na região. É possível relacionar a essa situação a incidência de numerosas operações de risco, seja relacionada à mineração em si, ou nos processos secundários de armazenamento de resíduos e transporte. São também dignas de observação as ações das empresas responsáveis pela mineração, as quais são fiscalizadas pelos órgãos competentes, sobretudo quanto à questão ambiental. Diante da frequência elevada de eventos envolvendo todos esses atores há indícios da prática de descaso seja por parte dos órgãos fiscalizadores, seja pelas empresas e, neste universo é justo analisar a postura da mídia frente à questão que via de regra, observa-se a atenuação da condição dos moradores, trabalhadores, visitantes e o meio ambiente como um todo diante das ações nocivas que envolvem as empresas da região. Serão evidenciados alguns eventos de desastres ambientais causados devido às atividades do polo, datados do ano de 2000 a 2018. A partir da análise de peças da mídia impressa, e digital será levantado o histórico de acidentes ambientais ocorridos do ano de 2000 a 2018 na região de Barcarena. Foi elaborado um quadro com os eventos em ordem cronológica, com ano e acontecimento. É de se esperar alguma ação por conta das empresas responsáveis pelas evidências aqui explicitadas. No mínimo a comunidade deveria ser bem assistida e amparada pelas empresas, sobretudo no que diz respeito às condições básicas de cidadania. Embora essa seja uma condição pré-estabelecida muitas vezes nos acordos de implantação; é possível que o rigor nos requisitos de qualidade, ora preconizado pelas metas da empresa não tenha tanto compromisso quanto ao cumprimento da legislação vigente voltadas ao cidadão e ao meio ambiente.

Palavras-chave: Impactos Ambientais; Acidentes; Polo.

O EFEITO DO CONTESTADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO AMAPÁ

Lorena Sousa Araújo
Universidade Federal do Amapá
lorenaaraujognr@gmail.com

David Junior de Souza Silva
Universidade Federal do Amapá
davi_rosendo@live.com

Luiz Guilherme Alfaia da Silva
Universidade Federal do Amapá
luizguilhermealfaia@gmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é interpretar o significado da memória social do Quilombo do Rosa, no município de Macapá, Amapá, na sua contemporânea mobilização por reconhecimento de sua cidadania. Busca-se sistematizar os elementos da memória da comunidade sobre a formação e origem de sua própria comunidade e de seu território, em paralelo com os conhecimentos da comunidade sobre a formação dos quilombos vizinhos. A metodologia adotada foi a da etnografia na comunidade, mais precisamente a modalidade da “etnografia histórica” (SAHLINS, 1993), e sob o referencial teórico que explica as relações entre memória e espaço (HALBWACHS, 2006). Como resultados, identificamos que o passado é fonte de força política da comunidade, não apenas no sentido de dele emanar a legitimação do direito reivindicado, mas também de dele emanar a motivação, o sentido e a força moral para a luta. No passado recente, o assassinato de Benedito, patriarca da comunidade, produziu o elemento emocional que é a principal fonte de força política da comunidade. Este assassinato está vivo na consciência e na estrutura afetiva dos seus filhos. Diante da dor e do impacto desta injustiça, hoje o sentido de defender o território mistura-se com o sentido de proteção de Maria Geralda, a matriarca, viúva de Benedito. No outro extremo, a memória do passado mais longínquo, alcançado quase que exclusivamente pela imaginação, sua ancestralidade africana, desempenha papel fundamental na sintaxe da luta por direitos, pois é a fonte de legitimidade e de sentido da mais significativa estratégia de territorialização contemporânea da comunidade: sua autoidentificação como quilombola. Como conclusão geral, temos que as diferentes comunidades quilombolas no Amapá se formaram a partir de dois processos: o primeiro, a resistência dos africanos escravizados e sua fuga dos colonizadores para a formação de um mocambo em uma floresta próxima ao hoje município de Macapá; o segundo, o naufrágio de um navio escravista nas proximidades do hoje município de Mazagão, para onde fugiram os africanos escravizados após esse naufrágio, e estabeleceram uma comunidade.

Palavras-chave: Memória; Mocambos; Criaú; Quilombos; Amazônia.

A INTERDISCIPLINARIDADE NOS ESTUDOS SOBRE O TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BAIXO RIO NEGRO-AM

Katiuscia Auzier
Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica/NEICAM
Kat_auzier@hotmail.com

Jocilene Gomes
Universidade do Estado do Amazonas/NEICAM
jocilene.am@gmail.com

Luana Cristina Dias
Universidade do Estado do Amazonas/NEICAM
diasluanacristina@gmail.com

Resumo: No contexto da epistemologia do turismo a adoção de diferentes abordagens teórico-metodológicas são fundamentais pois permitem análises para além do aspecto econômico, abarcando as demais dimensões de um fenômeno social. Nesse percurso as pesquisas calcadas na interdisciplinaridade mostram-se fecundas, fato constatado nos estudos sobre atividades turísticas na região do Baixo Rio Negro em quatro comunidades indígenas recém-criadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga Conquista. Trata-se das pesquisas empreendidas pelo Grupo de Pesquisa NEICAM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Conforme Cruz et al (2018) essas comunidades foram criadas em meio a conflitos envolvendo agentes e agências sociais distintos, sendo denominadas pelos órgãos gestores das RDS “núcleos indígenas”. Estas comunidades por sua vez, possuem suas próprias autodesignações, a saber: Núcleo do Diakuru e Aldeia Tuyuka (RDS Tupé); Comunidade Cipiá e Comunidade Tatuyo (RDS Puranga Conquista). São comunidades multiétnicas, formadas por representantes de povos indígenas da região do Alto Rio Negro, que saíram de suas terras na década de 1980 e, a partir de então, construíram uma trajetória em diferentes localidades do Baixo Rio Negro (CRUZ, et al 2018). Em todas elas o turismo se apresenta como uma alternativa sustentável de renda que lhes permite construir novas territorialidades em Áreas Protegidas, sendo essas dinâmicas o foco dos estudos do NEICAM. A coleta de dados dá-se por meio de método e procedimentos metodológicos característicos de uma abordagem qualitativa, fazendo-se uso da história oral, entrevistas narrativas, entrevistas semiestruturada e a observação participante. Os dados parciais da pesquisa evidenciam a luta das comunidades indígenas para permanecerem onde estão, frente às dificuldades para realizarem atividades agrícolas e extrativistas, dadas as características do local. Assim, o turismo se apresenta para as mesmas como uma importante estratégia, pois por meio dele obtém os bens materiais e simbólicos que consideram necessários para a reprodução da vida social. Por outro lado, são imersas em inúmeros conflitos advindos com a atividade turística e com as diferentes visões sobre quem sejam os indígenas, a cultura indígena e a vida dos povos indígenas na contemporaneidade.

Palavras-chave: Comunidades Indígenas; Turismo; Unidades de Conservação

A FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO EM CLASSES MULTISSÉRIES EM ABAETETUBA-PA

Marcilene Calandrine de Avelar
(Mestranda em Ensino de Ciências Ambientais - PROFCIAMB)
lenerafinha@hotmail.com

Marilena Loureiro da Silva
NAEA - Universidade Federal do Pará
marilenaloureiro@yahoo.com.br

Resumo: A Educação Ambiental é um tema de extrema relevância. Contudo, a aplicação de práticas pedagógicas mecanizadas com cunho naturalista, ecologista e individualizada dificulta a compreensão do meio ambiente dentro de sua complexidade e distorce o objetivo de formação do sujeito crítico e transformador de sua realidade. Trabalhar a educação ambiental de forma efetiva implica em re-conhecimento do ser humano como sujeito ativo e passivo no processo de degradação. Dentro desta perspectiva, a escolha deste tema justifica-se pela necessidade de se formar docentes capazes de redefinir conceitos tradicionais ainda presentes no sistema de ensino, a fim de se construir metodologias interdisciplinares, planetárias, mas ao mesmo tempo locais e contextualizadas, que considerem as diferentes percepções de meio ambiente e as especificidades de cada povo e região. Dessa forma, promover o ensino que englobe a própria complexidade territorialística socioambiental, econômica, cultural e social exige uma proposta pedagógica interdisciplinar da educação ambiental desde a universidade até a escola. Assim, a pesquisa objetiva compreender como o conhecimento sistematizado ofertado pelo Parfor-Pedagogia contribui para a aplicação de práticas pedagógicas interdisciplinares de educação Ambiental em turmas multisséries na escola São Miguel, localizada em uma comunidade Quilombola no município de Abaetetuba-PA. Quanto aos procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa-ação que usará para a coleta de dados a aplicação de questionários no início e no final do projeto, além de observação sistemática. O produto desta pesquisa consiste na elaboração de um livro paradidático interativo e interdisciplinar de educação ambiental que será confeccionado com auxílio dos professores e aluno da escola, após a aplicação da cartografia social para a identificação do problema socioambiental que mais os incomoda na região. O tempo total de aplicação projeto será de 7 meses. Ao término almeja-se 1. Abrir o diálogo sobre o conhecimento sistematizado de Educação Ambiental ofertado pelas instituições de ensino superior. 2. Facilitar as práticas pedagógicas interdisciplinares de educação ambiental. 2. Proporcionar mudança de postura, aquisição de valores e a melhoria da qualidade de vida tanto dos alunos como de seus familiares.

Palavras chaves: Formação Docente, Educação Ambiental, interdisciplinaridade

GESTÃO SOCIAL SUSTENTÁVEL: MISSÃO E ESTRATÉGIA EM BUSCA DE UM ALINHAMENTO

Silvia Baena
NAEA/Universidade Federal do Pará
silviabaena80@gmail.com

Resumo: As mudanças no cenário político, econômico e social no mundo têm afetado as organizações. Manter-se competitiva, sustentável e com desempenho eficaz, tornou-se um grande desafio. Não fugindo a esta regra, assim como quaisquer organizações dos mais variados setores, o terceiro setor, também não tem deixado de enfrentar estes obstáculos. Estas organizações também chamadas de organizações sem fins lucrativos têm um papel de grande importância para sociedade. Ao promoverem benefícios e contribuições, estas complementam o trabalho do Estado, na realização de ações das quais o mesmo não consegue satisfazer, desenvolvendo atividades de interesse público, principalmente pelo motivo da não eficiência, por parte deste órgão, em atender às necessidades da sociedade. Um dos grandes desafios destas organizações tem encontrado lugar no campo da gestão, que desde a década de 90, passaram a repensar sua administração, revendo missão, forma de atuação e funcionamento. Estas organizações reúnem um conjunto de objetivos e ações diversas, num processo que deliberam o cumprimento de sua missão e por consequência, as estratégias que visam o alcance de seus propósitos. Para isso, as organizações sem fins lucrativos têm adaptado alguns valores e convertendo certos processos anteriormente informais, em práticas gerenciais modernas, baseados na lógica empresarial. Diante disto, esta pesquisa investiga o alinhamento entre as estratégias praticadas e missão organizacional de uma instituição sem fins lucrativos. Uma reflexão voltada para os desafios enfrentados no campo gerencial, obrigando-a repensar missão e forma de atuação. Estas organizações têm adaptado alguns valores e convertendo processos anteriormente informais em práticas gerenciais modernas da lógica empresarial. Mintzberg (2002) ressalta que a transposição de técnicas gerenciais provenientes da esfera privada não deve ser desenvolvida de maneira linear e absoluta, esbarrando nas especificidades da gestão social, a qual poderá causar distorções quanto à natureza social. O estudo de caso, realizado sob a perspectiva qualitativa, cujo amparo metodológico principal de análise de dados baseou-se na análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa mostraram que a perspectiva da estratégia na gestão social ganha complexidade no processo de construção, com uso maior de estratégias emergentes, o que é justificada pelas mudanças bruscas que ocorrem no dia-a-dia da organização.

Palavras-chave: Gestão Social; Missão; Alinhamento e Estratégias.

PLANEJANDO ESPAÇOS DE LAZER: ACESSIBILIDADE PRA QUEM?

Silvia Baena
NAEA/Universidade Federal do Pará
silviabaena80@gmail.com

Pablo Pereira
NAEA/Universidade Federal do Pará
pablo.viana28@gmail.com

Mirleide Bahia
NAEA/Universidade Federal do Pará
mirleidebahia@gmail.com

Resumo: As cidades cresceram numa velocidade inimaginável, trazendo consigo o aumento da população urbana. A dispersão para as cidades traz uma enorme carga sobre a infraestrutura, serviços governamentais, recursos naturais, clima e diversos elementos essenciais para a qualidade de vida nas áreas urbanas. Neste sentido, esta realidade é vinculada a uma série de problemáticas sociais, nas quais grande parte da população vive em condições precárias e informais. Fato este, ligado à exclusão socioeconômica, ocasionando segregação territorial, marcada por desigualdades, pobreza e violência. O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção da população em relação à produção dos espaços na cidade de Belém, tendo como foco de investigação o Parque Naturalístico Mangal das Garças. Procurou-se compreender sobre o que eles consideravam como espaço público, e se reconheciam o parque enquanto espaço público. Como aporte metodológico, a pesquisa parte de uma abordagem quantitativa e qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Para análise das entrevistas utilizaram-se as categorias: reconhecimento do Espaço Público; Acessibilidade Física e Simbólica; e por último Práticas Sociais de Uso. Como conclusão, percebeu-se que são perceptíveis as barreiras existentes no espaço, seja física, por meio de muros, cercas, vigilância pessoal e eletrônica que exercem certa imagem de restrição a este espaço, seja pela barreira simbólica que, reforçadas por estas representações materiais, causam certo desconforto ao que pretende adentrar o espaço. Outra questão é que a própria sociedade nega aquilo que lhe aproxima, e reflete a sua relação de pertencimento com a cidade, como se aquilo não fizesse parte de sua realidade ou não reconhecesse ou se apropriasse destes espaços como a representação de gostos, costume e cultura local.

Palavras-chave: Espaço público; Lazer; Acessibilidade.

FREETOURBELEM.COM – APLICATIVO MOBILE DE ROTEIRO TURÍSTICO AUTOGUIADO EM BELÉM-PA.

Heitor Reis Batista
IFPA
heitor.25batista@gmail.com

Mario Daniel Silva de Matos
IFPA
maikdelta101@gmail.com

Neila Waldomira do Socorro Sousa Cabral
IFPA
neilacabral@yahoo.com.br

Resumo: Segundo dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (sigla em inglês, WTTC), organização que congrega o trade turístico internacional, que divulgou em 2016 o estudo “Viagens e Turismo: impacto econômico” que traz dados de 184 países; o Brasil figura em 6º lugar no ranking mundial da economia do turismo. Contudo, pesquisadores, gestores e empresários do trade turístico também já veem alertando para alguns “gargalos” existentes para o desenvolvimento sustentado do turismo no Brasil, entre esses estão a falta de um planejamento integrado do turismo, que envolva gestores públicos, empresários e comunidades receptoras, o tratamento irresponsável com a questão do lixo e de resíduos sólidos reaproveitáveis, e um que tem sido central que é a deficiência em marketing e promoção turística. Belém do Pará, conhecida como a metrópole da Amazônia, não está fora dessa realidade. Tem um patrimônio histórico material e imaterial formidável (prédios históricos, espaços públicos, manifestações e expressões da cultura popular, gastronomia, etc.), um patrimônio natural imenso (grandes áreas verdes, parques, toda uma região insular, rios, florestas, etc.), e há muito tempo (pelo menos uns 30 anos) não diversifica sua oferta de produtos turísticos. Dessa forma, o projeto FreetourBelem.com surge como uma proposta criativa de roteirização e promoção turística no centro histórico de Belém, uma iniciativa inovadora que integra pesquisa e extensão, buscando contribuir com o desenvolvimento turístico responsável em Belém, criando um novo produto turístico com base no que já existe; e do ponto de vista do público interno do IFPA (seus e suas bolsistas, professores (as) e técnicos administrativos) configura-se como uma esplendida oportunidade de aprendizado, trocas de saberes e vivência no ambiente real de empreendedorismo e inovação. Tem por objetivo promover a interdisciplinaridade de conhecimentos sobre Turismo, Tecnologia da Informação, Empreendedorismo, entre outras áreas, e assim proporcionar ao público atendido uma visão mais integral da realidade, do mundo trabalho e da prestação de serviços turísticos. A metodologia envolve etapas formativas, de pesquisa de informações, organização e processamentos de dados, criação de aplicativo mobile, teste de protótipo e promoção do produto, tudo em ambiente de *startup*. Os resultados esperados são ter um aplicativo mobile de roteirização turística do centro Histórico de Belém operando, em funcionamento e à disposição da sociedade.

Palavras-chave: FreetourBelem; Tecnologia Mobile; Turismo; Inovação.

OS PROGRAMAS INTERINSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E HOTELARIA – UEA/UNIVALI

Selma Paula Maciel Batista
Universidade do Estado do Amazonas
sbatista@uea.edu.br

Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves Martins
Universidade do Estado do Amazonas
camenezes@uea.edu.br

Karla Cristina Ribeiro Maia
Universidade do Estado do Amazonas
kribeiro@uea.edu.br

Resumo: No contexto do segundo simpósio internacional do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, se apresenta um resumo dos Programas Interinstitucionais de Pós-Graduação *Strictu Sensu* celebrados pela Universidade do Estado do Amazonas, entre o período de 2015 a 2018. De acordo com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, os 6 convênios firmados, sendo 5 de doutorado e 1 de mestrado, com 4 Universidades em 4 áreas do conhecimento, resultará em 25 profissionais Mestres e 85 Doutores. Profissionais cujo desenvolvimento das pesquisas tende a ampliar a produção do conhecimento sobre a Amazônia Brasileira (BECKER, 2014). Entre os convênios, destaca-se o Programa de Doutorado Interinstitucional em Turismo e Hotelaria, celebrado em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, iniciado em novembro de 2017 com pesquisas nas áreas de Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria. Com foco neste convênio, este trabalho apresenta a estrutura do Programa; detalha os objetivos estabelecidos; discorre sobre as linhas de pesquisa e apresenta os resultados esperados para 2020. O Programa de Doutorado interinstitucional em Turismo e Hotelaria UEA/Univali previsto no Programa de Desenvolvimento Institucional-PDI (UEA,2017) visa qualificar seu corpo docente através do Plano de Ação Anual do Programa de Capacitação Docente. Neste programa, as aulas presenciais acontecem em Manaus e sede da Univali, em Balneário Camboriú, Santa Catarina. A turma, com dez doutorandos, pioneira no estado do Amazonas e única na região Norte do país, organiza para o período de 29 a 31 de maio de 2019, em Manaus, o *Amazon Tourism Conference – ATC 2019*. Evento que objetiva reunir pesquisadores da área do turismo e de outras ciências para discutir o desenvolvimento da atividade do turismo. Contexto em que ampliar o debate, em rede, com parcerias interdisciplinares, é um dos pressupostos que envolvem os profissionais do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria UEA/Univali. Considera-se que no universo dos 6 convênios firmados, com projeção de 110 profissionais capacitados em suas áreas do conhecimento, a Universidade do Estado do Amazonas cumpre uma função de relevância social, econômica e ambiental ao garantir que, por meio da pesquisa, a produção do conhecimento gere desenvolvimento, sendo o turismo uma alternativa para geração de atividades produtivas, renda e preservação do bioma Amazônico.

Palavras-chave: Pós-Graduação *Stricto Sensu*; Turismo; Hotelaria; Amazonas.

DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E REFLEXOS DA URBANIZAÇÃO NA COMUNIDADE RIBEIRINHA FURO DA CONCEIÇÃO, BARCARENA, PARÁ

Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga
Universidade Federal do Pará
karlagiovannabraga@gmail.com

Ligia da Paz de Souza
Universidade Federal do Pará
ligiadapaz@outlook.com

Maria Ludetana Araújo
Universidade Federal do Pará
ludetanaaraujo@yahoo.com.br

Resumo: O acesso aos serviços de saneamento básico é um dos aspectos importantes para a promoção da saúde pública e para a melhoria da qualidade de vida da população, e é entendido pela Lei federal n. 11.445/20071, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico, como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas (art. 3º) (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2018).

O Brasil é um país desigual em diversos quesitos, tal qual sua distribuição hídrica. Estima-se que 80% dessas águas localizam-se na região Norte, onde concentram-se aproximadamente 5% da população do país (ANA, 2018). Segundo o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – SNIS (2012), na região Norte do país cerca de 57% da área rural e urbana possuem acesso ao sistema de abastecimento de água.

Além da problemática do acesso à água potável, outro fator que tem impacto direto na saúde pública, é a ausência ou insuficiência de formas adequadas de coleta e tratamento dos esgotos sanitários, com um Índice de Coleta de Esgoto total de 8,1%, segundo o SNIS (2012). Isso apresenta uma correlação extremamente preocupante, pois reflete diretamente na qualidade hídrica amazônica e na vida de seus habitantes que dependem dos rios, muitas vezes, para consumo humano, subsistência, locomoção e que representa um forte traço cultural para o povo amazônida.

Em países onde a oferta de saneamento é baixa, tem-se como consequência elevado índice de propagação de doenças, como doenças viróticas, bacterianas e parasitoses (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2018). Pelo menos 2 milhões de pessoas morrem ao ano por problemáticas associadas a doenças de veiculação hídrica, principalmente crianças com menos de 5 anos de idade, que poderiam ser evitadas por meio de políticas públicas eficientes, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), sem mencionar os custos com saúde que são por vezes quadruplicados se compararmos com o custo benefício oferecido pelo investimento prévio em saneamento.

As áreas ribeirinhas são intensamente afetadas pela carência de serviços de saneamento básico e as dificuldades de implantação de políticas nessas regiões impactam diretamente na qualidade de vida dos ribeirinhos. Nesse contexto, este trabalho busca diagnóstico dos serviços de água e os reflexos da urbanização na comunidade ribeirinha do Furo Conceição localizada na Ilha das Onças, Município de Barcarena (PA), bem como objetivou diagnosticar os serviços de água e os reflexos da urbanização na comunidade com um paralelismo com a situação ambiental e seus reflexos na saúde dos habitantes do Furo e meio ambiente.

A área de estudo compreende as ilhas das Onças, localizada no estuário do rio Amazonas e Tocantins, à margem esquerda da baía do Guajará, sendo drenada por diversos rios e canais que permitem a circulação de embarcações pesqueiras e de transporte. As famílias residentes na ilha das Onças convivem com o rural e o urbano, separado apenas pelas águas da baía do Guajará. (RODRIGUES, 2015).

A fim de atingir os objetivos propostos, optou-se pelo enfoque de uma pesquisa qualitativa a partir de uma análise histórico-descritiva em que se buscou reconstruir a história identitária das comunidades, além de observar, compreender e analisar os aspectos subjetivos do uso doméstico da água nesses locais e o possível impacto na saúde dos ribeirinhos através de revisão bibliográfica e aplicação de questionários para os residentes do local.

A escolha por essa metodologia baseou-se no discurso de Marconi e Lakatos (2007), que afirmam que “por meio do método qualitativo, o investigador entra em contato direto e prolongado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e a situação que está sendo investigada, permitindo um contato de perto com os informantes”. O referencial teórico do presente no trabalho foi construído através de matérias publicadas em artigos científicos, legislações sobre o tema e literaturas no ramo do Saneamento e Meio Ambiente.

Segundo os dados coletados em campo e de artigos científicos, existem no Furo Conceição, 14 crianças e 64 adultos distribuídos em 17 famílias ribeirinhas procedentes do município de Barcarena, Distrito de Icoaraci ou das ilhas próximas. Eles exercem suas atividades de trabalho como servidores públicos municipais (duas famílias) e, em grande parte, da economia extrativista e, em parte, da pesca artesanal. O estado civil mais citado foi o casado, com 1 a 3 filhos.

Verificaram-se também as formas do uso doméstico da água pelos moradores desse furo. Pelas entrevistas, depreendeu-se que 24% compram água em Icoaraci e localidades próximas pertencentes a essa vila. Segundo informações dos moradores, essa água comprada é utilizada para uso doméstico (beber e cozinhar) e 24% afirmou insatisfação com o abastecimento de água fornecido pelo microssistema de abastecimento superficial público e desconfiam da eficiência do sistema, preferindo comprá-la na cidade, principalmente, para o uso das crianças

Nas entrevistas, alguns moradores mencionaram que a contaminação dos rios e mananciais por dejetos que são produzidos e lançados diretamente nos rios dificulta o tratamento dessa água. Há um morador que utiliza água da chuva de forma rudimentar para fins domésticos, ressaltando que ele não é um nativo da Amazônia e sim um migrante oriundo do Nordeste (Recife-PE) e que se estabeleceu no Furo Conceição há vários anos.

É importante ressaltar que o Município de Barcarena passou, em fevereiro de 2018, por um desastre ambiental onde ocorreu um vazamento de rejeito de minério e, segundo o laudo de qualidade da água do Instituto Evandro Chagas (IEC), contaminou o rio com substâncias nocivas onde se encontraram alta de sódio e alcalinidade elevada, resultantes do uso da Soda Cáustica (NaOH), utilizada no beneficiamento da bauxita, apresentando também alto teor de Alumínio e metais tóxicos como o Cromo (Cr) e Chumbo (Pb), que representam substâncias tóxicas cuja presença na água não é fácil de identificar ou remover. Essas substâncias possuem efeitos cumulativos que podem levar anos para manifestar os sintomas.

Cerca de 41% do total de moradores no Furo Conceição são abastecidos pelo sistema público de água subterrânea. O sistema de abastecimento de água superficial encontra-se praticamente restrito ao longo do território nos dois furos, ou seja, o sistema público fica localizado apenas em uma única residência central, onde os demais moradores se deslocam até o microssistema de água ao longo do furo para buscar essa água.

Quanto à forma de tratamento da água, a mais usada no furo é a cloração seguida da coagem e, observando o mesmo gráfico, nota-se um aspecto expressivo do não tratamento da água destinada para consumo de água

no Furo Conceição, correspondendo a 53%. A Cloração da água, que segundo a parte dos moradores é classificada como turva e extremamente perigosa, pois cloração em águas turvas pode propiciar a formação de Trihalometanos (THM) responsáveis por desencadear a produção de radicais livres no organismo, são carcinogênicos e causam danos celulares.

Em relação ao tipo de tratamento da água para uso doméstico, segundo as entrevistas de campo, foi enfatizado a cloração (35%), a coagem (12%), mas a maioria não faz nenhum tipo de tratamento domiciliar (53%).

A urbanização sem planejamento é outro fator prejudicial para as comunidades ribeirinhas que relatam chegada constante de resíduos sólidos como garrafas pet, vidros e diversos outros materiais que compõem, majoritariamente, materiais plásticos e acabam por poluir o ecossistema ribeirinho e veem junto à correnteza dos rios, refletindo os hábitos citadinos de descarte inadequado de resíduos.

Uma alternativa adequada seria a descentralização do saneamento como forma de garantir esses direitos básicos à população através de iniciativas que implantassem sistemas de captação de água da chuva com filtração ou adotarem-se soluções baseadas na natureza como propõem o relatório *Nature Based Solutions For Water*, lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) no *World Water Forum*, que ocorreu em Brasília em Março de 2018.

Percebe-se que há uma mudança de hábitos e de cultura na relação homem-água nas áreas ribeirinhas do Pará, pois a comunidades analisada passou, por exemplo, a comprar água para uso doméstico em função dos problemas de abastecimento e impactos ambientais que estão presentes nas bacias hidrográficas de Barcarena e no leito dos rios que as circundam, tendo como principal fator a ausência de tratamento de efluentes com despejo *in natura* nos rios, prejudicando assim todo um ecossistema hidrológico que reflete na saúde e cultura das populações ribeirinhas, perceptível a partir da caracterização do impacto ambiental na região.

O estudo aponta, ainda, para uma crescente necessidade de utilizar soluções naturais para o tratamento de água e esgoto como alternativa as técnicas tradicionais e de alto custo adotadas na maior parte do mundo. O debate nasceu com base na experiência de países como Alemanha e Holanda que estão reestruturando seus sistemas de saneamento e urbanização para algo mais próximo a natureza como uma maneira de conciliar um desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se a importância de estudos dessa natureza, visto que há poucas referências na literatura relacionadas às mudanças de comportamento de populações tradicionais, envolvendo o uso da água, originadas pela urbanização desenfreada aliada com a ausência de planejamento urbano e rural referente ao fornecimento de água e coleta de esgoto na Amazônia.

Os resultados permitiram traçar um panorama do saneamento na localidade, analisar a percepção local acerca da problemática da não disponibilidade de água confiável - mesmo diante da realidade ribeirinha cercada de rios de água doce - as consequências culturais, ambientais e possíveis danos à saúde dos moradores, estes vulneráveis a doenças de veiculação hídrica.

Como proposta interventiva, seria necessário investimento em políticas públicas para aplicação de medidas preventivas primárias que visem à promoção de saúde, pois o descaso com o saneamento acrescido de uma carente assistência médica acaba por submeter à comunidade a

uma pré-patogênese frente às múltiplas variáveis que representam risco à saúde ambiental local e submetendo os moradores às consequências da alteração do meio ambiente.

Sendo assim, o presente artigo se mostra de fundamental importância para a caracterização ambiental das localidades na Amazônia, podendo orientar sobre possíveis consequências ao mesmo tempo em que aborda alternativas de saneamento descentralizado como solução da problemática local.

Palavras-chave: Saneamento; Amazônia; Ribeirinhos; Doenças.

COMPOSTEIRAS DOMÉSTICAS COMO SOLUÇÃO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA

Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga
Universidade Federal do Pará
karlagiovannabraga@gmail.com

Ligia da Paz de Souza
Universidade Federal do Pará
ligiadapaz@outlook.com

Maria Ludetana Araújo
Universidade Federal do Pará
ludetanaaraujo@yahoo.com.br

Resumo: Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é controle de todas as fontes existentes no meio físico que possuem capacidade de causar efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social do ser humano. O conjunto de medidas englobadas pelo saneamento tem como objetivo atuar no meio ambiente de forma a prevenir doenças e promover saúde, melhorando a qualidade de vida da população e buscando a salubridade ambiental.

O saneamento básico, no Brasil, é um direito definido constitucionalmente pela Lei do Saneamento Básico de nº. 11.445 de 5 de janeiro de 2007 como um conjunto de serviços infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais. Ainda no Brasil, a universalidade do saneamento de qualidade é vista como um desafio, conforme Borja (2014) afirma. A falha existente na garantia do acesso aos direitos básicos como água potável e manejo inadequado dos resíduos e dejetos reflete diretamente no desenvolvimento do país, desde o setor cultural ao econômico, com intensos cenários de desigualdade sociais no tecido urbano.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012) registra que em 2010 aproximadamente 1.915.292 domicílios não possuíam sistema de abastecimento de água adequado, 514.992 domicílios não possuíam banheiros nem sanitários e 7.218.079 despejavam seus Resíduos Sólidos incorretamente no meio ambiente. Há ainda registros de aproximadamente 31 milhões de habitantes residindo em áreas rurais e comunidades isoladas.

Nesses locais, a realidade é composta pela ausência de serviços de saneamento básico, com fossas rudimentares, queima ou disposição inadequada dos resíduos e ausência de sistema de abastecimento de água, resultando em graves problemas de saúde pública e salubridade ambiental. A dificuldade de acesso aos serviços de saúde e assistência, além da falta de informações, contribui para que o cenário se torne mais precário para a população residente.

Conforme o art. 225 da Constituição Federal de 1988: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Sendo este um

direito fundamental, portanto, irrevogável e de suma importância para manutenção do bem-estar coletivo, a incorporação de práticas que corroborem para a preservação de um meio ambiente equilibrado e saneado é de extrema necessidade, considerando principalmente as realidades locais das comunidades ribeirinhas da Amazônia que carecem de infraestrutura básica habitacional. Esta conjuntura reflete diretamente na saúde e bem estar populacional da localidade, o que dificulta a efetividade dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015.

Com base no Panorama do Saneamento Rural no Brasil (2017), desenvolvido pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, o saneamento rural no Norte do país, onde se encontram abundância hídrica doce, possui um dos cenários mais precários de saneamento e se tratando dos resíduos sólidos é registrado 83% do volume destinado incorretamente (como a queima, por exemplo). Essa conjuntura contribui para o surgimento de doenças de transmissão hídrica, parasitoses intestinais e diarreias que impactam diretamente na saúde pública da população.

Sendo de suma importância as ações de saneamento em áreas rurais visando reverter este quadro, promovendo também a inclusão social dos grupos minoritários, soluções alternativas englobando tecnologias sociais de maneira sustentável, simples e barata vêm se desenvolvendo de modo a universalizar esses serviços de saneamento. Para a problemática de Resíduos Sólidos, a compostagem se destaca por ser um processo natural, fácil e acessível para realização. Conforme Peixe e Hack (2014), “compostar resíduos sólidos urbanos através da formação de leiras estáticas de aeração passiva significa em outras palavras, agir proativamente no caminho da sustentabilidade”.

Os resíduos orgânicos são biodegradáveis, isto é, se decompõem por ação microbiológica de pequenos animais e invertebrados quando dispostos no ambiente natural. A compostagem, sendo uma biotecnologia ambiental, traz soluções integradas para problemas rurais e urbanos representando um elo de benefícios mútuos (INÁCIO & MILLER, 2009).

É importante mencionar que a matéria orgânica, segundo Sperling (2014), “é uma característica de primordial importância, sendo a causadora do principal problema de poluição das águas: o consumo de oxigênio dissolvido pelos microrganismos nos seus processos metabólicos de utilização e estabilização de matéria orgânica (...)”. Portanto, a adoção da compostagem se destaca também como uma alternativa da redução dos impactos ambientais causados por resíduos orgânicos também nos corpos hídricos, além de um processo facilitador da universalização do saneamento.

Diante deste cenário, o presente trabalho teve como objetivo o desenvolvimento de composteiras unifamiliar capazes de transformar o resíduo orgânico em adubo e biofertilizante com ação antipragas como alternativa adequada para descarte do lixo orgânico e de manejo dos resíduos sólidos orgânicos em comunidades ribeirinhas da Amazônia, tomando como exemplo a comunidade Quadra do Adilson, localizada na região insular de Belém do Pará. Propondo a aproximação das relações entre moradores da comunidade com o seu resíduo e educando através do saneamento em um processo que independe da idade ou grau de escolaridade, a didática foi desenvolvida para ser de fácil acesso visando contemplar todos os públicos da localidade ribeirinha. Assim, buscou-se contribuir para a redução de carga de matéria orgânica nos rios Amazônicos ao mesmo tempo em que a educação ambiental permitiria a perpetuação dessas ações.

A atividade foi realizada pela Samtec Empresa Júnior do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal do Pará, campus Belém, em uma comunidade localizada na região insular

do município de Belém, Estado do Pará, que está inserido na região da Amazônia. A comunidade, nomeada Quadra do Adilson, é composta por 8 famílias, tendo em média 64 moradores.

Antes da ação, realizou-se um breve diagnóstico do destino dos resíduos sólidos gerados no local para melhor abordagem e adaptação da solução à problemática. Para a confecção da composteira, os materiais utilizados foram dois baldes de 3 litros, luvas, caroço de açaí, folhas secas e restos de frutas (coletados na comunidade). Buscando possibilitar a compreensão do processo por toda a comunidade, elaboram-se adesivos ilustrativos das etapas da compostagem em uma linguagem verbal e não verbal, de modo que o grau de escolaridade não fosse empecilho para observação e assimilação das informações. Para a envolver a comunidade na montagem do produto e, ao mesmo tempo, repassar as informações de todo o processo de compostagem, a atividade foi realizada com a participação dos moradores. Cada fase da compostagem e a importância do procedimento foram esclarecidas através de conversas e questionamentos apontados. Após a finalização da confecção da composteira, foram repassadas instruções para acompanhamento do procedimento, bem como orientações para elaboração de outros exemplares.

A comunidade Quadra do Adilson está inserida na ilha do Combu, cerca de 15 minutos da capital paraense, Belém, com intensa movimentação turística, sendo rodeada por restaurantes caracterizados como potenciais geradores de resíduos orgânicos. Além disso, no próprio local há ausência de um manejo e destino correto dos resíduos sólidos em geral, expondo os moradores a riscos de doenças infecciosas e ambientes insalubres.

A compostagem de resíduos orgânicos foi apresentada à comunidade como um processo alternativo de tratamento e destino dos restos de comidas, frutas e outros componentes orgânicos aproveitáveis pela compostagem doméstica. Além disso, propagou-se o projeto como uma atividade importante para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo, destacando a importância da realização do mesmo nas ilhas tanto pela necessidade da redução de impactos no meio ambiente causados pela incorreta disposição de resíduos como pela necessidade de serviços alternativos de saneamento básico. Iniciando a montagem das composteiras, os moradores auxiliaram na coleta de materiais orgânicos contidos no ambiente, bem como o caroço de açaí, folhas secas e restos de frutas. Durante o procedimento, mostrou-se como deve ser manuseado e os cuidados necessários para a maior eficiência do processo de compostagem. Além disso, chamou-se atenção sobre a importância de seguir a configuração dos adesivos e instruções contidas na composteira.

Quanto à utilização do material a ser gerado na compostagem, o composto e o biofertilizante, orientaram-se as corretas aplicações de ambos em hortas e plantações. Uma das moradoras mencionou o interesse em criar uma horta própria e a composteira, mostrou-se como uma alternativa de destino aos seus resíduos orgânicos que seriam queimados, enterrados ou dispostos inadequadamente pelo terreno alagável. O composto orgânico resultante da compostagem possui propriedades que melhoram a capacidade produtiva do solo e o biofertilizante atua como herbicida e pesticida, anulando a necessidade do uso de compostos tóxicos na plantação.

A atividade também se mostrou como uma ferramenta produtiva da educação ambiental, de modo que possibilitou a discussão dos problemas gerados pela falta de um manejo correto dos resíduos sólidos, conscientizou os moradores para a problemática da disposição dos resíduos e suas possíveis consequências para o ecossistema ribeirinho. Possibilitou, também, a incitação ao interesse pelo saneamento por parte

da comunidade, que relataram como uma das problemáticas o acúmulo de recipientes que poderiam servir para o processo de compostagem, como por exemplo, garrafas pets e outros utensílios viáveis para posterior reaproveitamento de constituição de composteiras domésticas.

Com base nos resultados é possível afirmar que este tipo de trabalho promove a sustentação de novas práxis ambientais em conjunto com a ampliação do sistema de saneamento rural, se mostrando como uma alternativa muito importante e com um custo-benefício excelente já que ocupa pouco espaço e é de fácil manuseio. Assim, os resíduos orgânicos que agredem o ambiente podem ser tratados nas próprias residências, reduzindo os custos referentes a coleta e tratamento de resíduos nas áreas ribeirinhas, que é muito dificultosa tendo em vista a estruturação geográfica que propicia alagamentos e redução de possibilidades nos modais de transporte.

O enriquecimento da atividade também se mostrou eficaz no processo de Educação Ambiental que permite ressignificar a relação da comunidade para com seu lixo através do processo participativo e consciente de perpetuação de práticas que promovam a ampliação do saneamento sem necessariamente depender do poder público, visando o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos ambientais locais.

Palavras-chave: Compostagem; Resíduos; Saneamento; Amazônia.

A RELAÇÃO ENTRE NATUREZA E SOCIEDADE SOBRE-VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS: PRÁTICA EDUCATIVA POPULAR EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA MARAJOARA

Louise Rodrigues Campos
UEPA
louise93rodrigues@hotmail.com

João Colares da Mota Neto
UEPA
joacolares@hotmail.com

Ivanilde Apoluceno de Oliveira
UEPA - Orientadora
nildeapoluceno@uol.com.br

Resumo: O presente artigo resulta da pesquisa intitulada “Práticas de Educação Popular no chão da escola quilombola”, realizada por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/Cnpq, no período de 2016 a 2017. O intuito é discutir sobre a relação entre natureza e sociedade, a partir das produções dos (as) educandos (as) sobre a importância da sua comunidade. Desse modo, trata-se de parte da pesquisa, referente à prática educativa realizada com os (as) educandos e educandas da turma do 4º ano. O lócus da pesquisa foi uma escola municipal quilombola de Ensino Fundamental II, situada no município de Salvaterra, na mesorregião do Marajó – Pará. A metodologia estruturou-se por meio de quatro momentos: roda de leitura; círculo dialógico; produção de desenhos e socialização das produções, com base teórico-metodológica na perspectiva educacional crítico-libertadora freiriana, conforme o tema gerador “lugar”. Lançar-se à prática educativa, em diálogo com o pensamento educacional de Paulo Freire, requer entre outros aspectos, substancial atenção aos modos como os sujeitos agem-refletem nos seus cotidianos, visto que educadores e educandos (as) caracterizam-se como sujeitos culturais, históricos, políticos, a partir da relação que tecem no e com o mundo. Nesse sentido, como as atividades pedagógicas sobre o meio-ambiente por exemplo, poderiam dar-se distantes dos significados de natureza para os sujeitos com os quais se atua na prática educativa? E as explicações sobre os conflitos agrários, como poderiam dar-se distantes da representatividade do território para os sujeitos? Estas questões se mostram vivas em suas dimensões histórica, política, cultural e provocam o campo educacional às compreensões sobre sociedade e natureza, à relação destes e os efeitos desta relação sobre o mundo. Esse panorama anuncia parte da vitalidade da prática educativa desenvolvida com as crianças sobre a importância da comunidade para elas. A relação com a natureza (fauna e flora) foi expressiva nos desenhos, em que as crianças demonstraram os trabalhos dos pais e das mães; e afirmaram sobre – vivências em que as plantas são vitais à saúde, as árvores, as águas demonstram-se vitais ao brincar. Os atos de conhecer as plantas e suas propriedades. Logo, compreendeu-se que para além do habitar, está o existir com os tempos-espacos amazônicos, em que as ameaças à região amazônica põem em risco subjetividades e formas de produzir conhecimento.

Palavras-chave: Conhecimento; Educação Popular; Amazônia.

GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM BELÉM

Emile Lebrege Cardoso
Universidade Federal do Pará
emilelebrege@gmail.com

Vanusa Carla Pereira Santos
Universidade Federal do Pará
vanusasantos18@yahoo.com.br

Resumo: Conforme Fuks (2011), a Revolução Industrial, com o avanço da tecnologia, aumento da produção e do consumo de produtos manufaturados, colaborou para o aceleração na degradação do meio ambiente de forma exorbitante. A partir da segunda metade do século XX começaram as discussões acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, o porquê do meio ambiente não poder mais ser submisso as atividades econômicas, a importância da preservação dos recursos naturais para a manutenção da vida humana tal como conhecemos, além da possibilidade da continuidade das atividades econômicas que são dependentes da exploração e extração dos recursos naturais. Para que haja sustentabilidade o meio ambiente tem que ser capaz de absorver tudo aquilo que é descartado nele, caso contrário ocorrerá uma perturbação que afetará o equilíbrio do meio ambiente, prejudicando a sustentabilidade. Entretanto o atual modelo de desenvolvimento econômico estimula um aumento de consumo, levando a sociedade para o aumento da produção de resíduos, que na maioria das vezes têm destinação inadequada, tornando-se um problema ambiental, sanitário, econômico e social grave. O descarte, manejo correto, coleta seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é um problema de difícil solução para a maioria da sociedade. Além do que, como a questão da geração de RSU está inter-relacionada com o aumento do consumismo, o consumo consciente poderia diminuir os impactos negativos do crescimento econômico, populacional, ao mesmo tempo a reciclagem e compostagem dos resíduos podem reduzir a pressão nas indústrias, possibilitando a redução na poluição e extração dos recursos não renováveis. Existem diversos problemas pertinentes ao elevado aumento na geração de RSU tais como os altos custos para a coleta e tratamento, a dificuldade em encontrar um lugar adequado para a disposição final destes resíduos, além do desperdício eminente de matérias primas. De acordo com Andrade e Ferreira (2011) cidades que têm uma gestão deficitária de resíduos sólidos podem sofrer com a poluição atmosférica proveniente destes resíduos, tais como odores desagradáveis, poluição hídrica decorrente do chorume de lixões e do despejo dos resíduos no ambiente. Até mesmo as cidades consideradas mais desenvolvidas e mais populosas têm uma insuficiência no sistema de gestão de resíduos sólidos e na coleta seletiva. Neste sentido, para uma possível solução desses problemas, a gestão dos resíduos sólidos urbanos deve ter tomada de forma integrada (Andrade e Ferreira, 2011). Trazendo a discussão a nível local, a questão dos resíduos sólidos em Belém é um problema que atinge toda a sociedade e deve ser tratado com responsabilidade e a devida atenção que o tema merece, principalmente a forma como é feita a sua gestão. Conforme Pinho (2016), essa gestão faz parte de um processo contínuo de tomada de decisões. Um marco regulatório para os resíduos sólidos no Brasil foi a lei 203-B¹

¹ Define regras para a coleta seletiva, manejo, coleta, despejo de resíduos sólidos de acordo com o sistema de coleta seletiva, priorizando o trabalho de cooperativas de catadores de baixa renda, a implantação de serviço de compostagem de resíduos orgânicos. Segundo a lei, os consumidores ficam obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, bem como disponibilizar corretamente os materiais reutilizáveis e recicláveis para coleta e devolução. De acordo com a lei, fica proibido o lançamento de resíduos sólidos ou rejeitos em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos e in natura a céu aberto, exceto no caso da mineração. Não será permitida ainda a queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade. A lei proíbe também a importação de resíduos sólidos perigosos e de rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio

sancionada em 02/08/2010 criando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a partir desta PNRS cada Estado cria seu Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS) e cada município de um determinado Estado, fica responsável por criar seu próprio plano de acordo com os marcos dados no PEGIRS. O PEGIRS é estruturado pelo diagnóstico, onde contém todas as informações relevantes a questão dos resíduos sólidos, como é feita a coleta, armazenamento, quais os tipos de resíduos. Após o diagnóstico é feito o prognóstico, em que com base no diagnóstico apontam-se as possíveis soluções referentes aos problemas encontrados neste. A última etapa do plano será a essência do plano, pra que ele serve, encontram-se as proposições, as diretrizes específicas, as diretrizes atingidas, estratégias, programas, objetivos, projetos e ações. Quem são os responsáveis públicos e privados pelos RSU, e as metas que dizem respeito a quanto e quando. Desta forma, o objetivo deste trabalho é investigar como é feita a gestão dos resíduos sólidos em Belém e RMB com base nas diretrizes do PNRS e colaborar para a discussão do tema que é de grande relevância pela sua importância ambiental, social e econômica. Os métodos utilizados para a realização do trabalho foram a realização de uma revisão bibliográfica acerca da gestão dos resíduos sólidos, desenvolvimento sustentável e o método de pesquisa-ação a qual é uma forma de investigação-ação onde com base em técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se pretende tomar na prática, é uma pesquisa direcionada a alterações no meio em que é realizada. A pesquisa-ação necessita de ações tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica, além de questionários aplicados no Departamento de Resíduos sólidos (DRES) da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP). Como resultado deste trabalho identificamos que, o Pará produziu em 2014 em torno de 1.809,67 toneladas de resíduos sólidos, o que é uma quantidade alarmante, e apesar do estado ter um PEGIRS implementado desde o ano de 2014, elaborado pelo Governo do Estado, Belém como município polo da Região Metropolitana de Belém (RMB), ainda não tem um plano de gestão integrada, e a ausência desse plano prejudica a ação do DRES-SESAN ao prestar assistência para os catadores de resíduos sólidos, bem como implementar de fato políticas públicas que auxiliem a conscientização da população acerca da importância da separação dos resíduos na hora de realizar o descarte. Belém não possui nenhuma política pública direcionada a questão dos resíduos, sua atuação nesta temática é de acordo com as diretrizes de responsabilidade dadas pelo PNRS que obriga a extinção dos lixões a céu aberto e a abertura de aterros sanitários, bem como a capacitação e apoio às cooperativas/associações de catadores de resíduos sólidos, além das ações de educação ambiental. Como conclusão deste trabalho podemos aferir que a problemática quanto a melhora na gestão, destinação adequada e tratamento dos resíduos é uma preocupação constante e que a tendência é o aumento na produção dos resíduos, essa produção é incentivada pelo consumismo, pela globalização e industrialização. A melhora na gestão dos RSU faz parte do desenvolvimento do país e melhora da qualidade de vida. Com o aumento na geração dos resíduos o método mais eficaz é dar um tratamento adequado a estes resíduos antes dos mesmos serem despejados em aterros sanitários. Em Belém podemos verificar que, o problema da gestão dos RSU é um problema que atinge toda a sociedade e a gestão dos RSU representa uma preocupação com o meio ambiente, a saúde, a economia. Ao abordarmos este tema no Brasil podemos verificar que a criação da PNRS bem com a implementação dos Planos Diretores de Resíduos Sólidos a nível estadual e municipal é de extrema importância para uma gestão eficaz, e esta gestão está condicionada à distribuição de recursos da União que é outro problema, ao passo que estes recursos muitas vezes não são distribuídos devidamente,

ambiente e à saúde pública, animal e sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização e recuperação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/6145-politica-nacional-de-residuos-solidos-e-aprovada-na-camara-dos-deputados>

até pelo fato que as pessoas que tomam a decisão dessa distribuição de recursos normalmente não vivem na região que mais necessita e não fazem parte da tomada de decisão. A gestão de RSU no Pará, em Belém e RMB ainda é deficiente devido à falta do plano de gestão integrada de Belém que abranja também a RMB, o PGEDIRS apesar de pronto desde 2014 não serve de muita coisa, pois o município não planeja e não executa o plano gestor. O plano Estadual apenas dita as diretrizes a serem adotadas, dá o aparato necessário para que a partir dele os municípios desenvolvam os seus próprios planos, com suas metas, diagnósticos e prognósticos próprios. Podemos verificar que um dos problemas para a criação deste plano na RMB é a dificuldade ou desinteresse que a prefeitura tem em não executar um diagnóstico eficiente, capaz de levantar todos os dados referentes à coleta seletiva, geração de resíduos, entre outros itens que fazem parte da PNRS.

Palavras-chave: Gestão; Resíduos Sólidos; Belém.

Referências:

DE ANDRADE, Rafael Medeiros; FERREIRA, João Alberto. A gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil frente às questões da globalização. **Rede-Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 6, n. 1, 2011.

Decreto n. 4.704, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/Decreto/D7404.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FUKS, Maurício. Reflexões sobre o paradigma da economia ecológica para a gestão ambiental. **estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 105-120, 2012.

PINHO, Paulo Maurício. **Gestão de resíduos sólidos urbanos na Amazônia Brasileira**/Paulo Maurício Pinho – São Paulo, Editora Biblioteca 24Horas, 1ª Edição – maio de 2016.

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DO PARÁ (PEGIRS), Volume I, II, Relatório Síntese. Junho 2014. Governo do Estado do Pará

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, v. 31, n. 3, 2005

JARDINS BOTÂNICOS: PRESERVAÇÃO, PRÁTICAS SOCIAIS, GESTÃO E TURISMO NO AMBIENTE URBANO

Silvia Laura Costa Cardoso
UFPA/NAEA – Doutoranda PPGDSTU
Silvialaura19@gmail.com

Silvio Figueiredo
UFPA/NAEA
slima@ufpa.br

Resumo: A procura por espaços verdes nas cidades não é algo recente na história. A busca por espaços verdes para usos socioambientais se intensificou na modernidade. Devido ao acelerado processo de urbanização que a sociedade urbano-industrial enfrentou, principalmente, após as transformações ocasionadas pela Revolução Industrial provocaram o distanciamento do homem da natureza, à medida que houve a supressão dos espaços verdes para a construção das indústrias e dos centros urbanos. Na era pós-industrial, entretanto, a sociedade começou a sentir as consequências negativas ocasionadas ao meio ambiente e passou a reivindicar melhoria da qualidade ambiental, por meio de conferências e congressos com temáticas voltadas à preservação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. De Founex a Estocolmo, até o Relatório Brundtland, a ênfase tem sido em mais crescimento econômico, com formas, conteúdos e usos sociais completamente modificados, orientação dada no sentido das necessidades das pessoas, da distribuição equitativa de renda e de técnicas de produção adequadas à preservação dos recursos naturais. No dia a dia estamos acompanhando o quanto o ser humano está destruindo o meio ambiente. O acelerado processo de crescimento das cidades, a industrialização e os veículos estão causando vários transtornos para o ar, o solo e a água. Observa-se que a cada dia aumenta a concentração dos habitantes nas áreas urbanas, levando a um contato cada vez menor das pessoas com o ambiente natural, o que torna os jardins botânicos importantes para despertar o interesse da sociedade pela natureza. Além de ser aprazível visitar um jardim botânico na cidade, também é um lugar instrutivo ao contribuir para o processo de conservação ambiental, ao educar o olhar dos cidadãos para práticas sustentáveis. Observa-se ainda que algumas cidades no mundo projetam a sua economia em torno do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produção ou requalificação e refuncionalização de espaços e paisagens destinadas ao consumo e ao lazer, através da arquitetura ecológica. À medida que a cidade se desenvolve, há a necessidade de espaços verdes para o provimento do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida. Neste cenário, o meio urbano é produto e produtor de uma crescente demanda por áreas verdes, especialmente, por parques e jardins, que são lugares capazes de oferecer aos cidadãos um retorno à contemplação da natureza, além de ser espaço destinado a várias práticas sociais, como conservação da biodiversidade, educação ambiental, pesquisa científica, cultura, lazer, turismo, geração de renda, entre outras. Deste modo, são significativos no planejamento urbano, contribuindo para uma “suavização” da paisagem nas cidades dominadas pelo processo acelerado de verticalização. Por outro lado, observa-se também que nas novas dinâmicas que regem os espaços nas cidades como Belém do Pará, as relações socioambientais ao longo dos anos vêm sofrendo profundas modificações, tendo em vista o modo de vida dos indivíduos nas cidades modernas, que geram diversos problemas sociais, particularmente, relacionados à saúde, ocasionados pela falta de tempo livre. O homem moderno vivencia rotineiramente a correria para dar conta das inúmeras atividades assumidas no dia a dia, tendo que conviver com o *stress* urbano, provocando o distanciamento do contato com o outro e com a

natureza, fatores que comprometem sobremaneira o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas nas cidades. Na percepção de autores como Cardoso; Figueiredo (2017); Macedo; Sakata (2002); Rocha; Brito (2009); Santos; Silveira (2001), os espaços públicos verdes urbanos caracterizam-se por representar espaços que precisam ser criados e preservados para suprir o rompimento ocasionado pelo processo desordenado de urbanização, fazendo com que estes exerçam várias funções nas cidades modernas, entre elas: paisagística, ambiental, histórica, cultural e social. Os espaços públicos verdes desempenham diferentes funcionalidades e configurações na malha urbana, os quais estão diretamente relacionados às formas de gestão ambiental e padrões de crescimento das cidades. Enquanto algumas áreas protegidas recebem um número expressivo de visitantes, outros estão vinculados à preservação da biodiversidade. Um consenso na literatura é que espaços públicos verdes são estrategicamente importantes para a melhoria da qualidade de vida das pessoas no conjunto das sociedades em crescente urbanização (CHIESURA, 2004; KAPLAN, 1983; ULRICH, 1984). Isto porque esses espaços prestam serviços ambientais à população, por meio da amenização das ilhas de calor, pela filtragem do ar, água, vento e poluição sonora; estabilização do microclima (TRATALOS et al., 2007); formação de um meio ambiente natural que influencia na saúde mental e na redução do stress (CHIESURA, 2004) e ainda de espaço para a promoção da saúde física e bem-estar das pessoas (SILVA; EGLER, 2003). Todos esses benefícios ambientais e sociais creditados aos espaços públicos verdes urbanos relacionam-se às análises de sustentabilidade nas cidades. Atualmente, os jardins botânicos assumem funções e características novas permeados por instrumentos legais e normativos para orientar sua requalificação e refuncionalização no tecido urbano das cidades modernas pela sua diversidade de usos e funções. Em nível internacional, as Normas Internacionais para a Conservação de Jardins Botânicos, elaboradas pela *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI) e adotadas pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB) são reconhecidas como principal fonte orientadora de critérios para definir a atuação dos jardins botânicos na conservação da diversidade da flora (BGCI, 2001). Em nível nacional, as Resoluções 266 e 339 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) dispõem sobre as Normas Brasileiras para Jardins Botânicos. A investigação inerente à gestão em jardins botânicos requer o aporte interdisciplinar, o que significa obter a análise mediante um adequado conhecimento deste, no qual se pauta a presente pesquisa. A interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção do conhecimento, porque ela implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias, e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos de maior complexidade. Essa problemática apresenta-se envolta de complexidades, tendo em vista que alguns temas de pesquisa não são passíveis de análise somente pelo uso das teorias convencionais e, nesse cenário complexo, a interdisciplinaridade favorece a interpretação dos dados, pois, quando se debate a temática meio ambiente, ainda está presente, na mentalidade de algumas pessoas, a relação desta somente com a natureza, limitando-o a uma concepção sobre a preservação da biodiversidade. Nessa perspectiva, propõe-se que tal campo de investigação teórica e prática evidenciem as suas possíveis interfaces, ao adotar a compreensão de que meio ambiente envolve não só a fauna e a flora, mas também, o ser humano e as práticas sociais que formam um todo indissociável. Essa premissa corrobora as interpretações sobre a relação do homem com a natureza, particularmente, na vida cotidiana das cidades. Uma das temáticas centrais nas cidades modernas e que orientam a presente pesquisa diz respeito aos processos de gestão implementados nos jardins botânicos urbanos, por meio das diretrizes norteadoras das políticas públicas urbana e de meio ambiente e as práticas sociais que qualificam os espaços públicos verdes nas cidades. O objetivo principal do estudo é analisar os processos de gestão implementados nos jardins botânicos urbanos e sua intermediação nas relações socioambientais em Belém do Pará, a partir de uma trajetória balizada nas relações entre os agentes do campo da gestão, na configuração desse campo relacional por meio das políticas públicas urbanas e de meio ambiente e das

práticas sociais, em três desses espaços públicos verdes urbanos: o Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia; o Museu Paraense Emilio Goeldi – Parque Zoobotânico; e o Parque Naturalístico Mangal das Garças, a fim de compreender se as práticas que qualificam os jardins botânicos influenciam o gerenciamento desses espaços públicos e favorecem a aproximação do homem com a natureza, particularmente, na Amazônia oriental brasileira. Paralelamente, apresenta a análise das experiências de gestão de quatro jardins botânicos urbanos brasileiros: Jardim Botânico de Brasília (JBB), Jardim Botânico de Recife (JBR), Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e Jardim Botânico de Curitiba (JBC), localizados em regiões brasileiras distintas, cujo objetivo é identificar semelhanças e diferenças nos processos de gestão implementados que favoreceram a compreensão do cenário dos jardins botânicos amazônicos. A questão central que norteia a pesquisa é em que medida os processos de gestão dos jardins botânicos urbanos e as políticas públicas direcionadas a eles têm condições de fazer com que estes alcancem seus objetivos e se integrem à cidade favorecendo a aproximação do homem com a natureza? Caracterizado como uma pesquisa interdisciplinar, este estudo realiza uma intersecção teórico-metodológica cujo marco referencial é a abordagem do campo social associada ao estudo das dinâmicas caracterizadas pelos processos de gestão e pelos usos, formas e funções dos espaços públicos verdes nas cidades. Os jardins botânicos são elementos típicos das cidades modernas, estando em constante processo de requalificação no ambiente urbano. O trabalho assume a abordagem qualitativa com base em estudos exploratórios e utiliza-se de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, com observação simples e entrevistas não diretas com os agentes que com eles se relacionam e/ou influenciam. Para enriquecimento da análise desse estudo, como suporte metodológico, utilizou-se a técnica de pesquisa *survey*. Os resultados obtidos evidenciam contradições entre discursos e práticas. Observou-se que há o reconhecimento da importância dos jardins botânicos inseridos no núcleo urbano como mediador das ilhas de calor, como espaço público de sociabilidade, lazer e entretenimento, turismo e cultura. Infere-se que as estratégias de conservação *in situ* e *ex situ* a serem implementadas por gestores de jardins botânicos, em consonância com as Normas Brasileiras de Conservação para Jardins Botânicos, somente irão surtir efeitos positivos se houver a interação entre a participação dos agentes e a cooperação intersetorial e interinstitucional entre órgãos gestores. A ideia consiste em despertar a consciência ambiental dos gestores e dos usuários dos jardins botânicos e provocar mudanças comportamentais no que concerne à promoção da sustentabilidade nas cidades modernas. A atuação em rede da RBJB ainda é incipiente, pois se utiliza das Resoluções Conama 266 e 339 como instrumentos norteadores para a categorização de jardins botânicos, todavia não oferece mecanismos consistentes que favoreçam a cooperação institucional para implementação do sistema de conservação de plantas *in situ* e *ex situ* entre jardins botânicos, bem como o fortalecimento institucional para a gestão ambiental compartilhada não é favorecido entre os espaços públicos em análise integrantes da RBJB. Mostram ainda que os regimentos internos dos jardins botânicos ainda apresentam lacunas e dificuldades para uma atuação mais ampliada. Nesses instrumentos, os aspectos ambientais apresentam-se como uma temática periférica e pouco articulada com as demais políticas ambientais e urbanas. As análises procuram demonstrar a complexa relação entre políticas, instrumentos, e instâncias de planejamento e gestão, explicitando os obstáculos que dificultam as práticas sustentáveis em uma arena de gestão ambiental participativa.

Palavras-chave: Espaços Públicos; Jardins Botânicos Urbanos; Gestão; Práticas Sociais.

Referências:

- BGCI, *Botanic Gardens Conservation International. Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ), 2001. 109 p. II.
- CARDOSO, S. L. C.; FIGUEIREDO, S. L. Espaços públicos urbanos e práticas sociais: o Bosque Rodrigues Alves em Belém, PA. In: CASTRO, E. R. de; FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Sociedade, campo social e espaço público*. Belém, Naea, 2014.
- _____; FIGUEIREDO, S. L. *Jardins Botânicos e a Relação com a Cidade: Gestão e Turismo no Jardim Botânico de Curitiba*. Curitiba, Paraná, Brasil. In: II SIALAT - Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos, 2017, Belém. Anais. Belém, Universidade Federal do Pará/NAEA, 2017.
- _____; VASCONCELLOS, M. S.; FIGUEIREDO, S. L. Espaços Públicos Verdes Urbanos: Modelos e Práticas de Gestão em Jardins Botânicos. In: SILVA, Christian Nunes da Silva; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; SILVA, João Márcio Palheta da (Org.). *Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia*. 1.ed.- Belém: GAPTA/UFGPA, 2017. 442 p.
- CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city. *Landscape and Urban Planning*, n.68, pp. 129-138, 2004.
- GOMES, P. C. Cidadania e espaço público: o que a geografia tem a dizer? In: _____. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 129-168.
- KAPLAN, R., mar 1983. The analysis of perception via preference: a strategy for studying how the environment is experienced. *Landscape and Urban Planning*, n.12, p. 161-176.
- LEFÈBVRE, H. (2010). *The production of space*. Malden: Blackwell Publishers, 454p.
- LOURES, L.; SANTOS, R., PANAGOPOULOS, T. oct. 2007. Urban parks and sustainable city planning - The case of Portimão, Portugal. *WSEAS Transactions on Environment and Development*, v.3, n.10, p. 171-180.
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. Parques Urbanos no Brasil = *Brazilian Urban Parks*, São Paulo. Editora da USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002 – [Coleção Quapá].
- MCCOMACK, G. R.; ROCK, M.; TOOHEY, A. M.; HIGNELL, D. mar 2010. Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative research, *Health & Place*, n.16, p. 712-726.
- TRATALOS, J.; FULLER, R. A.; WARREN, P. H.; DAVIES, R. G.; GASTON, K. J. 2007. Urban form, biodiversity potential and ecosystem services. *Landscape and Urban Planning*, 83(4), 308-317. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1016/j>. Acesso em 10/09/2014.

POLÍTICAS HABITACIONAIS E PROCESSOS SOCIOESPACIAIS: UMA ANÁLISE DO EMPREENDIMENTO JARDIM DAS FLORES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM CASTANHAL-PA

Anderson Carvalho
Universidade do Estado do Pará
jr.andcarvalho@gmail.com

Willame Ribeiro
Universidade do Estado do Pará
willame.geo@gmail.com

Resumo: Castanhal está localizada no nordeste do estado do Pará, ficando a 68km da capital do estado, Belém. Uma das expressões das alterações espaciais da cidade, consiste na expansão de suas áreas periféricas, tendo influência de vários agentes que modelam o espaço, como o Estado, os promotores imobiliários e a autoconstrução. A seguinte pesquisa tem como análise o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida na produção das áreas periféricas da cidade. Em especial os efeitos socioespaciais do conjunto habitacional Jardim das Flores, fruto do programa. A localização deste, que por ser caracterizado como faixa 1, destinado a menores faixas de renda, acarreta em um distanciamento considerável da área central. Sendo passível de análise, à medida em que o direito a habitação é fornecido, contudo, os direitos básicos como educação, saúde, lazer, comércio e serviços, se fazem precários. Destarte, a pesquisa possui os seguintes objetivos: Analisar os processos que marcam a realidade dos moradores do empreendimento em questão, e as formas de inserção dessa sociedade na cidade; identificar os agentes envolvidos e as principais características do empreendimento; reconhecer a acessibilidade dos moradores aos serviços básicos; examinar a percepção dos moradores sobre a sua condição na cidade e sobre sua moradia. Os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa foram divididos em duas fases: levantamento do referencial teórico sobre a temática abordada, e pesquisa *in locus* sobre a realidade vivida, mediada por entrevistas semiestruturadas com os moradores. Com a análise ficou nítida que a situação dos moradores do empreendimento, no que diz respeito ao direito a cidade e seus serviços básicos, fica definida como uma segregação socioespacial, na medida em que os moradores possuem um sentimento de exclusão em relação à cidade, reforçada pela homogeneidade social presente no espaço, composta por pessoas de baixa renda e pouca instrução. Outro fator é o preconceito que os moradores sofrem por morar no local, dificultando até a obtenção de empregos. Dado que, as construtoras ao buscarem o terreno para a edificação das casas, optam por localidades mais periféricas, pelo baixo custo destas em comparação ao lucro, sendo que a escolha de áreas mais periféricas implica em uma relativa falta de serviços mais básicos, dificultando os moradores na obtenção destes.

Palavras-chave: Espaço urbano; Políticas habitacionais; Segregação socioespacial.

A CURVA DE PHILLIPS ACELERACIONISTA: ANÁLISE PARA BRASIL NO PERÍODO DE 1994 A 2017

Nilton Alves de Carvalho
Economista
carvalhnilton8@gmail.com

Gisada Carvalho Filgueiras
FACECON-UFPA
gisaldaf@yahoo.com.br

Carlos Eduardo Rodrigues Martins
FACECON-UFPA
kadumartins91@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho aborda a ideia de correlação negativa entre desemprego e inflação, a qual teve origem em 1958, quando A. W. Phillips obteve evidências desta correlação entre as duas variáveis para o Reino Unido entre 1861 a 1957. Nos anos de 1960, Paul Samuelson e Robert Solow estudaram a mesma correlação para os Estados Unidos, com dados de 1900 a 1960, descobrindo uma relação negativa estável entre desemprego e inflação e, por isso, os autores batizaram de curva de Phillips. Nesta direção, este trabalho objetivou averiguar a Curva de Phillips Aceleracionista para o caso brasileiro, relativo ao período de 1994 a 2017, para confirmar ou não a existência desta correlação inversa entre as duas variáveis em questão. Metodologicamente, levantaram-se as variáveis que compõem a Curva de Phillips no período acima especificado nos sites do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Banco Central do Brasil e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, com ferramentas econométricas foram estudados os dados, mediante análises de correlação e regressão linear, possibilitando uma resposta mais robusta sobre a evidências da Curva de Phillips para o Brasil. Os resultados da revisão bibliográfica apontam, na última década, que vários artigos tentaram não somente estimar a curva de Phillips para o Brasil, mas também, com base nesta fazer inferências sobre a adequação da política monetária e do sucesso do regime de metas de inflação sobre o grau de rigidez salarial da economia brasileira e da taxa de desemprego, que não acelera a inflação. Porém, os resultados acerca da validade da curva de Phillips ainda é bastante controverso. Neste estudo, constatou-se a existência da relação descrita na teoria, e demonstrou que o tipo de inflação predominante é a de demanda. Os resultados mostraram que quanto menor o desemprego, maior é o poder de compra dos trabalhadores e, com o aumento da demanda em relação da oferta dos bens a tendência é que ocorra um aumento nos preços, gerando a inflação. Quanto aos modelos econométricos da Curva de Phillips Aceleracionista, os resultados não se aplicaram ao caso brasileiro no período estudado. Tal afirmação se deve em função dos valores obtidos com os métodos de análise empregados, pois, mesmo havendo correlação negativa para o período analisado, com base nos valores obtidos para a estatística t, ficou demonstrado que os valores relacionados ao desemprego foram estatisticamente insignificantes.

CONSUMO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DA ÁGUA NO AMBIENTE ESCOLAR

Simone Carvalho
Mestranda do PROFCIAMB/UFPA
simonetimor@hotmail.com

Marilena Loureiro
NAEA/UFPA
marilenals@ufpa.br

Resumo: A água é o recurso natural mais importante para a sobrevivência humana. Sem água não há vida, assim como, água insuficiente ou de péssima qualidade, também compromete a existência humana. Os atuais padrões de consumo inadequado dos recursos hídricos, envolvendo contaminação e desperdício, revelam que em poucos anos o mundo enfrentará um déficit significativo no abastecimento de água. Nesse sentido, o presente estudo tem interesse investigar o consumo e a qualidade da água em uma escola de Icoaraci, distrito do Município de Belém, a saber a escola E.E.E.F.M. Izabel dos Santos Dias e desenvolver estratégias pedagógicas que fomentem uma nova ética do consumo sustentável da água, pautada na Educação Ambiental. Um campo do conhecimento que reconhece o meio ambiente como uma realidade complexa e que demanda a interdisciplinaridade no ato de educar, uma perspectiva transformadora de ressignificação do mundo por meio da hibridização de saberes científicos e populares. Nesse sentido objetiva sensibilizar toda a comunidade escolar quanto ao consumo consciente da água para a sustentabilidade dos recursos hídricos. Trata-se de uma Pesquisa de Campo de Abordagem Qualitativa, o qual será utilizado para a coleta de dados a entrevista semiestruturada para gestores e coordenadores da escola e questionários estruturados para professores e alunos. Para estimar a quantidade do consumo de água será analisado os relatórios do consumo mensal da escola da Companhia de Saneamento do Pará - Cosampa. Para verificar a qualidade da água será coletado amostras para a análise microbiológica simultânea para coliformes totais e *Escherichia coli* realizada pelo método substrato Cromogênico-Fluorogênico, marca Colitag. Já foi realizado a primeira coleta de água da torneira da cozinha da escola analisada pelo respectivo método sendo verificado ausência de coliformes totais e *E. Coli*. O estudo pretende construir uma cartilha em História em Quadrinhos que versa sobre o tema. O estudo envolve os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, docentes, gestores e coordenadores das escolas. Espera-se que ao final da pesquisa a escola enquanto espaço privilegiado de ensino e aprendizagem possa disseminar novas práticas ambientais e contribuir para a formação de cidadãos críticos e responsáveis comprometidos com o consumo sustentável da água. Esse líquido precioso a vida não pode ser desperdiçado e está inteiramente ligado a saúde e qualidade de vida da presente e futuras gerações.

Palavras-chave: Água; Consumo Sustentável; Qualidade da água; Educação Ambiental.

POLÍTICAS AMBIENTAIS E O DESMATAMENTO NO ESTADO DO PARÁ, AMAZÔNIA

Jéssica Cristina Conte
UFPA
jessicacris07@hotmail.com

Thiago Bandeira Castelo
UFPA
thiagobcastelo@gmail.com

Marcos Adami
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
marcos.adami@inpe.gov.br

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo analisar as Políticas Ambientais executadas no âmbito federal e no estado do Pará e, ao mesmo tempo, construir um modelo empírico que apresentasse os principais vetores que influenciam o desmatamento no estado. As políticas federais iniciadas com a Política Nacional do Meio Ambiente (1981) e posteriormente, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPDAm (2004) foram fundamentais para a redução do desmatamento na Amazônia. No âmbito estadual, o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará – PPCAD (2009) sob orientação do Programa Municípios Verdes – PMV mostraram-se satisfatórios no controle do desmatamento no estado. O PMV foi criado em 2011 a partir da primeira lista dos municípios mais desmatadores na Amazônia, levantada pelo governo federal (Decreto nº 6.321 de 2007) através do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Em linhas gerais, o PMV tem buscado combater o desmatamento e fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento e gestão ambiental e fundiária. Para tanto, pactos locais nos municípios, monitoramento do desmatamento, implantação do CAR e fortalecimento da gestão ambiental municipal foram necessários. O PMV é um programa que está alinhado com as políticas de cunho federal (PPCDAm) e estadual (PPCAD) a fim de obter o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Neste sentido, dados sobre a evolução do desmatamento para um período de 13 anos (2004-2016) juntamente com a aplicação de uma regressão linear múltipla com dados em painel para uma série histórica foram realizados. Nesta regressão, o desmatamento no estado do Pará (um dos estados mais desmatadores) da Amazônia Legal foi considerado dependente em relação às variáveis explanatórias como a renda bruta gerada por *commodities* agrícolas importantes na região (soja, milho), número de cabeças bovinas e uma *dummy* de controle (variável binária) para os municípios mais desmatadores e que receberam ações do governo no combate ao desmatamento. As ações do PPCAD deram prioridade aos municípios mais desmatadores e a modelagem em painel realizada mostrou a forte relação desses municípios com o desmatamento (69%), assim como o número de cabeças bovinas que representa o rebanho estadual.

Palavras-chave: Estado do Pará; Desmatamento; Políticas; Programa Municípios Verdes.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO DELTA AMAZÔNICO

Alan Tiago Corrêa
UFPA
Tiagoalan17@gmail.com

Oriana Trindade de Almeida
NAEA- UFPA.
Orianaalmeida@yahoo.com

Resumo: A ampliação da população aliado ao seu agrupamento no espaço urbano faz crescer as emissões de gases de efeito estufa para atmosfera, e conseqüentemente, a temperatura média da Terra. O aumento de temperatura serve de gatilho para a causa de outros fenômenos ambientais, entre eles, inundações e secas, epidemias, aumento do nível do mar e crise na produção e abastecimento de alimentos. A Região do Delta Amazônico (RDA) é formada por 41 pequenas cidades, moldadas por uma economia cíclica, que tem como principais atividades econômicas a pesca, e a coleta de produtos agroflorestais e a silvicultura, são caracterizadas tanto pelo seu alto nível de exposição a eventos climáticos extremos, como pela alta vulnerabilidade socioeconômica de sua população. O nosso problema de pesquisa busca saber como os planos diretores através de suas diretrizes de políticas públicas, atuam no processo de construção de cidades mais resilientes? O objetivo deste trabalho foi o desenvolver um arcabouço teórico a respeito da relação entre o planejamento urbano e a adaptação as mudanças climáticas. O Instrumento utilizado para esta análise foi o Plano Diretor Municipal (PDM), que estabelece as diretrizes básicas de política municipal em nível de desenvolvimento e expansão urbana obrigatória para os Municípios com população superior a 20.000 habitantes. Como metodologia, foi utilizado, no âmbito da coleta de dados, uma matriz de análise com cinco questionamentos, onde através das mesmas, pode-se obter como respostas, o nível de incorporação da temática “adaptação às mudanças climáticas” ao planejamento urbano. A análise mostra que através da análise dos aspectos associados à resiliência e/ou vulnerabilidade às mudanças climáticas globais há um tratamento heterogêneo entre os vários temas tratados nos PDM's. Dos 21 planos diretores analisados, apenas 5 propõe medidas ou estratégias de respostas a desastres, de forma que o restante dos planos (16), não fazem qualquer menção a estes fenômenos. Conclui-se que a temática “adaptação às mudanças climáticas”, não vem sendo representada de forma particular nos Planos em geral dado que só são apresentadas referências indiretas a este tema nas diretrizes ambientais, habitacionais e de saneamento.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Plano Diretor Municipal; Delta Amazônico; Planejamento Urbano.

POLÍTICAS PÚBLICAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE SOBRE O ACESSO E OS DESAFIOS DE PERMANÊNCIA DOS ALUNOS QUILOMBOLAS NA UFPA

Evanilde Silva da Costa
UFPA
evanilde_silva@hotmail.com

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
UFPA
paulosac@ufpa.br

Resumo: As políticas de ações afirmativas criadas pelo governo brasileiro, com a lei nº 12.711/2012, têm possibilitado o acesso às Instituições de Ensino Superior - IES, visando democratizar o ingresso nesta modalidade de educação, especialmente os negros e quilombolas, além de dar visibilidade a quem teve esse direito obstruído por muitos anos, em consequência do processo de escravização brasileira. O ingresso e a permanência na educação superior brasileira são sempre um desafio para a maioria dos estudantes: e quanto aos alunos remanescentes de comunidades quilombolas? Este trabalho tem como objetivo investigar os desafios do acesso e permanência de alunos quilombolas na Universidade Federal do Pará – UFPA. Neste estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória, realizada no período de 03 a 04/2016, e teve como instrumento de análise a dissertação de Lais Rodrigues Campo, “*Do quilombo à Universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará - Campus Belém*”, do ano 2016. Nesse sentido, a pesquisa se dividiu em quatro etapas: *primeiro* realizou-se a busca de fontes históricas para conhecer o tema; *a segunda etapa* constituiu-se do levantamento de dissertações sobre a temática, em que se encontrou o trabalho de Campos (2016), sendo este selecionado tendo em vista sua relação com o tema proposto neste estudo; *a terceira etapa* compôs-se da elaboração textual do trabalho, seguida da análise dos dados e discussão dos resultados. *A última etapa* apresenta as considerações finais sobre o estudo. Após a análise do material coletado, verificou-se que as ações afirmativas para os quilombolas na UFPA precisam melhorar, pois, conforme entrevistas concedidas a Campos (2016), os alunos são pouco informados sobre o processo seletivo e os estudantes têm dificuldade em se manter na vida acadêmica, por questões financeiras e de preconceitos, principalmente. Identificou-se, desse modo, que é necessário maior relação entre a UFPA e as comunidades quilombolas, apoio pedagógico e psicológico aos estudantes, bem como dar maior visibilidade a esses estudantes.

Palavras-chave: Quilombolas; UFPA; Ações Afirmativas.

A INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO-AP: UMA PERSPECTIVA AOS POTENCIAIS SOCIOECONÔMICOS

Thiago dos Santos Damasceno
UNIFAP
thyo.engprod@hotmail.com

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
UNIFAP
filocreao@unifap.br

Resumo: Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise na infraestrutura de transporte rodoviário do município de Mazagão - AP, tendo em vista, a perspectiva do alcance estratégico, que a proposição de planejamento e a execução de políticas públicas, deveriam possibilitar a integração terrestre com os outros municípios. Para a elaboração deste estudo, utilizou-se o seguinte processo metodológico, fez-se uma leitura analítica a respeito das políticas públicas de planejamento para o fomento do desenvolvimento, além da coleta de dados documentais, com isso realizou-se a construção dos aspectos gerais e contextualizados da dinâmica da região. Ressalta-se a compreensão da lógica da malha rodoviária, que geralmente, tem a capacidade de induzir o fluxo de bens e serviços, tornando-o otimizado e bem mais vantajoso para escoar a produção agrícola, agroextrativista e agro florestal, através da perspectiva do fomento das potencialidades de recursos naturais do município, com o viés endógeno de desenvolvimento, em face das infraestruturas logísticas de transporte rodo-fluvial, que são encontrados em Mazagão, assim como em Santana e Macapá. Por fim, através do índice de desenvolvimento humano municipal que é de 0,665, enquanto o estadual é de 0,708, entre outros indicadores socioeconômicos, perceberam-se os déficits do município. Foi exposto o dinamismo em potencial e o pouco protagonismo que Mazagão apresenta, frente aos dados analisados, onde se constituem uma interessante gama de acessos agrícolas e agroextrativistas. Entende-se que para atender, satisfatoriamente, os déficits socioeconômicos no município, o poder público deverá desempenhar seu papel transformador de maneira integrada, avaliando a infraestrutura atual e concebendo novos caminhos de consolidação da utilização dos recursos naturais, de forma sustentável e bem gerenciada, de maneira que amplie os fluxos financeiros voltados ao desenvolvimento. Visualiza-se, portanto, que o retrospecto apresentado é uma resposta negativa à iniciativa governamental, que através da mínima ou frágil conjunção de esforços sociais, não tem concretizado o planejamento estabelecido, ao passo que a execução de obras fundamentais para a eventual transformação do desenvolvimento urbano e rural dos potenciais socioeconômicos do município de Mazagão, está sendo procrastinadas pelas gestões governamentais que se seguem ao longo do histórico municipal.

Palavras-chave: Mobilidade; Integração; Indicadores; logística.

DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL AO DESCONTÍNUO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO: A RODOVIA BR-210 NO ESTADO AMAPÁ

Thiago dos Santos Damasceno
UNIFAP
thyo.engprod@hotmail.com

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
UNIFAP
filocreao@unifap.br

Resumo: Este trabalho é resultado preliminar de uma pesquisa ainda em andamento, com o objetivo de analisar os aspectos socioeconômicos no trecho da BR-210, no estado do Amapá, a partir da compreensão do processo de integração nacional durante o regime de ditadura militar. Se buscou uma perspectiva de inserção de projetos rodoviários que culminasse na articulação da Amazônia voltados à integração terrestre com o restante do país, além de promover o povoamento e desenvolvimento da região. Neste sentido, deu-se o início no dia 29 de julho de 1973, em Porto Grande no Amapá, a construção da rodovia BR-210 conhecida como Perimetral Norte, com cerca de 2.450 quilômetros de extensão, a qual deveria perpassar as fronteiras setentrionais do Brasil. Os objetivos estratégicos e geopolíticos da Perimetral Norte não se limitavam aos aspectos da colonização e ao desenvolvimento da economia local e regional, eles se ampliavam para além das fronteiras com ações consorciadas, mais recentemente, com a IIRSA, integrando-se numa estratégia de política externa brasileira que visava à integração do Brasil aos países do Continente. No entanto por questões políticas e falhas no projeto, por inúmeras vezes a obra foi paralisada e nunca foi concluída. Fica clara a pujança de um projeto fracassado em detrimento da incapacidade institucional de concluir sua implantação. Para a população do estado, que depende da rodovia, ficam as dificuldades de transportes de uma rede rodoviária frágil e deficitária, que não oferece condições de trafegabilidade o ano inteiro, gerando graves prejuízos em determinados trechos. Percebe-se, que a não conclusão da BR-210, conforme projetada inicialmente, inviabiliza uma convergência natural da estrutura da rede viária que o Brasil demanda, deixando uma lacuna extensa aos acessos e conexões com outras rodovias. Em suma, constata-se que no curto prazo não há planos para a conclusão do pavimento para a rodovia. Tal fato se revela como um agente complicador ao processo de transformação dos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca, principalmente, já que interfere na construção e na consolidação de interações positivas no âmbito socioeconômico dos mesmos, pois o que se tinha como solução tem se tornado em um grave problema social, econômico e de transporte, não somente para os municípios envolvidos, assim como para todo o estado do Amapá.

Palavras-chave: Eixo de desenvolvimento; Faixa Setentrional; Rodoviarismo na Amazônia.

A PRODUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS DO CURSO EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ana Paula Dantas
SEMEC
paula_teixeirasilva@hotmail.com

Marilena Silva
UFPA
marilenaloureiro@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo foi orientado pela Professora Doutora Marilena Loureiro e refere-se à formação de professores no curso de especialização em Educação Ambiental, com ênfase em espaços educadores sustentáveis, que foi criado para aprimorar os conhecimentos do educador, trazendo novas ideias de aprendizagem, podendo fazer a diferença na prática pedagógica em sala de aula, especificamente nas práticas ambientais. **Objetivo:** Analisar as possibilidades de como transformar as orientações teóricas oriundas do curso de formação em educação ambiental em atividades práticas como jogos, brincadeiras e materiais dentro da área da educação ambiental e meio ambiente como apoio pedagógico para professores de escolas da educação básica. **Metodologia:** Foi adotada para análise deste estudo a abordagem qualitativa e conceitual, e para fortalecer as ideias da temática foi utilizada a revisão bibliográfica e documental, que permitiram buscar resultados da veracidade da prática do curso. Os sujeitos investigados foram alunos do primeiro curso de especialização em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis do Polo de Belém. Os produtos didáticos elaborados em equipe como requisito avaliativo da disciplina do V módulo do curso, também foi objeto de pesquisa, ressaltando que tivemos o acesso aos mesmos através da plataforma moodle, um ambiente virtual de aprendizagem, que auxiliava no cumprimento das atividades realizadas nos encontros presenciais e que foram avaliadas de acordo com os critérios pré-estabelecidos postados na plataforma. **Resultado:** O resultado identificou que a formação do educador em EA tornou-se importante para melhorar a prática pedagógica na questão dos processos ambientais. O curso proporcionou uma educação contextualizada com a realidade socioambiental, com o propósito de estimular a construção de equipes de pesquisa e de ação em EA e de incentivar a transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis. **Conclusão:** o educador, portanto, passou a desenvolver metodologias diversificadas que vieram ajudar a sanar as dificuldades apresentadas pelo especialista, levando o mesmo a refletir sobre sua práxis para aprimorar seu trabalho.

Palavras-chave: Formação de Professores; Educação Ambiental; Recursos pedagógicos.

POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES DE TRABALHO PARA MULHERES NA CIDADE DE MACAPÁ-AP

Jorge Lucas de Oliveira Dias
Universidade Federal do Amapá
jorgelucas.ap@gmail.com

Ana Cristina de Paula Maués Soares
Universidade Federal do Amapá
crisgepem@bol.com.br

Resumo: O presente trabalho surgiu do projeto de pesquisa em andamento, em nível de iniciação científica (PROBIC/UNIFAP-2018-2019), que busca analisar e discutir sobre as Políticas Públicas para Trabalho de Mulheres na cidade de Macapá-AP, com ênfase para as três esferas governamentais: federal, estadual e municipal. Sabendo que esta temática é de grande importância, especialmente em termos de discussão de políticas de gênero na Amazônia, vislumbrando compreender quais políticas públicas existem e quais podem ser sugeridas a partir da percepção das mulheres da cidade de Macapá-AP. Neste sentido, levando em consideração que esta pesquisa conta com os métodos e técnicas de pesquisa das Ciências Sociais, especialmente da pesquisa sociológica e da ciência política, nos valeremos das contribuições de teóricos que discutem as categorias-chave do referido estudo, na perspectiva de gênero, tais como: SCOTT, GOHN, AVELAR, TOURAINÉ, entre outros; na perspectiva da categoria Trabalho: MARX, ANTUNES, CATTANI, GORZ, HOLZMANN; de Políticas Públicas: SOUZA, GOHN, SECCHI, entre outros; além da realização de levantamento de documentos oficiais, com dados sobre essas políticas no Município de Macapá-AP. Em suma, a intenção é a de contribuir para a análise sociológica e política desse fenômeno no município de Macapá-AP, tendo em vista que este espaço se destaca por apresentar pouca produção científica do conhecimento sobre a temática que buscamos discutir. A crescente presença da mulher no espaço público da sociedade brasileira tem suscitado uma série de questões que requerem a atenção dos estudiosos quanto à participação feminina na vida política. No entanto, é possível perceber que tais questões não assumem relevância na Região Amazônica. Os estudos referentes à questão de gênero enfatizam aspectos do meio ambiente, religião, simbolismo e violência. (MAUÉS, 1993 E MANESCHY,1994). Somente nas duas últimas décadas foram intensificados os estudos sobre o tema de política para as mulheres, sendo que a tendência desses trabalhos volta-se para os grandes centros urbanos, onde a presença modernizadora do capitalismo se faz sentir mais notoriamente na incorporação da mulher à esfera pública, seja através da absorção no mercado de trabalho, ou no envolvimento com a política (movimentos sociais e funções executivas ou legislativas), além de concentrar os maiores contingentes eleitorais, conforme pode ser observado nos estudos de Tabak; Toscano (1982), Lúcia Avelar (1989), Clara Araújo (1998) e Pinto (1992). Buscando ampliar os estudos sobre política para mulheres, a partir do projeto cadastrado pela professora Dra. Ana Cristina de Paula Maués Soares, intitulado POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NA CIDADE DE MACAPÁ/AP, este plano de atividades se propõe auxiliar o tema geral da pesquisa, analisando as Políticas Públicas para mulheres na área de trabalho implantada no município de Macapá. A proposta inicial será atuar em pesquisas bibliográficas sobre categorias nas dimensões de gênero e política, além de levantamento documental em órgãos Institucionais da prefeitura de Macapá-AP. E, desta forma, contribuir para o conhecimento das Políticas Públicas para as mulheres no Amapá, especificamente em Macapá, uma vez que se revela um universo extremamente rico, singular e pouco pesquisado, sobretudo do ponto de vista das Ciências Humanas e

Sociais. Enquanto objetivos diretos da pesquisa, buscamos responder os seguintes questionamentos: Quais políticas públicas existem para o trabalho feminino na cidade de Macapá-AP? Como ocorre as representações das mulheres no âmbito do trabalho Macapaense?, seguidos dos seguintes objetivos gerais: analisar as Políticas Públicas para mulheres na área de trabalho implantada no município de Macapá-AP; identificar quais as políticas públicas para as mulheres no mundo do trabalho que estão sendo implementadas no Município de Macapá-AP; levantar indicadores quantitativos das políticas públicas para as mulheres na área do trabalho em Macapá-AP e organizar publicações sobre as políticas públicas para trabalho feminino em Macapá-AP. A pesquisa também abordará a representação da mulher no mercado de trabalho, mas abordará aspectos gerais relacionados com a inserção da mulher no meio de trabalho, enquanto categoria de trabalho, e visará à sugestão de uma política pública com base nos dados e demandas identificadas no campo da pesquisa. Nesse sentido, é importante pensar na categoria trabalho, em que: O trabalho constitui e explica grande parte da sociedade capitalista. Facetas essenciais do processo de socialização, da construção identitária, das formas de dominação e de resistência, enfim, da dinâmica contraditória da economia de mercado, têm origem nas situações laborais e nas relações sociais estruturais na atividade produtiva (CATTANI, 1996); em outra perspectiva (ANTUNES, 2011): “o trabalho pode ser definido como o exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a própria produção e a reprodução da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade. Neste sentido, a pesquisa também abordará a divisão do trabalho, com ênfase para a sua divisão enquanto função: “a divisão sexual do trabalho diz respeito à separação e distribuição das atividades de produção e reprodução sociais de acordo com o sexo dos indivíduos. Essa é uma das formas mais simples e, também, mais recorrentes de divisão social do trabalho” (HOLZMANN, 2011). Outra perspectiva sobre esta temática também pode ser definida de grande importância por abordar as temáticas de: Políticas Públicas, Gênero e Relações de Trabalho no contexto amazônico, haja vista que a cidade de Macapá-AP está localizada bem no centro da Amazônia, contribuindo diretamente para a produção de conhecimento neste território. Neste sentido, entendemos que “a Amazônia é, sobretudo, diversidade” (GONÇALVES, 2012), é um território de populações e culturas diversificadas que foram e ainda são prejudicadas com base no “imaginário do observador de fora como a selva das selvas” (ARAÚJO, 2003), como um lugar místico. No entanto, esse imaginário do iniciado no período colonial ainda semeia estereótipos e estigmas sobre a região, como nas visões que tentam explicar a Amazônia como ‘atrasada’, como um lugar em que pessoas e “animais selvagens” convivem cotidianamente. Sendo assim, entendendo a Amazônia como sendo um território ou espaço sociocultural que ora é identificado como a maior floresta tropical do mundo – detentora de grandes riquezas naturais e imateriais como a heterogeneidade étnica de seus povos e a diversidade de seus animais, plantas e rios –, ora como um grande campo de resistência constituído, historicamente, por diversas batalhas por sobrevivências nos espaços sagrados e explorações das riquezas naturais. Este território está localizado na região Norte da América do Sul, tendo como uma de suas grandes características o rio Amazonas, que é vislumbrado como um dos maiores e mais famosos rios do mundo por sua extensão e riquezas, servindo como “estradas fluviais” para a locomoção na região. Neste caso, o rio é utilizado como “mecanismo” facilitador para a locomoção no território amazônico, que por sinal tem como uma de suas grandes características a preservação de hábitos e costumes, como no caso da habitação: “homem natural da Amazônia tinha vivido sempre, durante séculos, à beira dos rios e igarapés. As cidades, vilas, povoados, fazendas e sítios situavam-se à margem dos cursos d’água” (LOUREIRO, p. 10, 2011), sendo assim, a Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada. (GONÇALVES, p. 9, 2012). Neste sentido, partimos da perspectiva de identificar quais políticas públicas existem para o trabalho feminino, principalmente partindo de pressupostos cruciais como as perspectivas de gênero e políticas sociais/governamentais.

Estes pressupostos vislumbram situações de igualdade e condições de direitos ao trabalho de mulheres na cidade de Macapá-AP. No que tange à metodologia deste trabalho, estamos seguindo – inicialmente – a presente linha de pesquisa: o referencial teórico metodológico do presente estudo apoiar-se-á em leitura sobre uma literatura em duas vertentes: uma que subsidie o mapeamento econômico-político-social do município de Macapá; a outra vertente bibliográfica deve apontar para as dimensões da cultura política e da política pública feminina, aprimorando as categorias de análise da presente investigação, como: gênero, democracia, participação política, política pública, cidadania entre outras; devemos também prosseguir com a teoria metodológica. Para o melhor esclarecimento da problemática, será feito uso da proposta metodológica do autor Max Weber com a proposta compreensiva. Tendo em vista que esta pesquisa ainda está em andamento, esperamos alcançar por meio deste projeto uma contribuição real com a produção de conhecimento do tema abordado, e ainda subsídios para um melhor entendimento sobre como estão as Políticas Públicas para trabalho feminino. Neste sentido, espera-se que no fim deste estudo novos fenômenos sejam identificados, bem como sua natureza e características. Outro resultado deste Plano de Atividades refere-se ao ganho intelectual que terei mais com o processo de integração ao grupo de pesquisa coordenado pela Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Soares, já que terei oportunidades de aprender diversas técnicas de pesquisa, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Levando em consideração que esta pesquisa, configura-se como em andamento (Iniciação Científica PROBIC/UNIFAP 2018-2019), ainda estamos formulando resultado bibliográficos e visitas a instituições/órgãos públicos que controlam estas políticas na cidade de Macapá-AP. Haja vista que “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006). Neste sentido, com base nas análises dos aspectos mencionados, e visando à representação das mulheres, pretende-se sugerir uma política pública que possa atender possíveis demandas e estratégias de sobrevivência das mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho macapaense.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Relações de Trabalho; Macapá; Amazônia.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO TRILÍNGUE DA UEPA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ACERCA DO SEU DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

Aline Cristine Costa do Espírito Santo
Universidade do Estado do Pará
alinecces@gmail.com

Bárbara da Silva Praxedes
Universidade do Estado do Pará
barbspraxedes@gmail.com

Marco Antônio Silva Lima
Universidade do Estado do Pará
adm.marcolima@gmail.com

Resumo: O curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade do Estado do Pará, foi criado objetivando a formação de um multiprofissional, com habilidades e competências abeis para participar de todo o processo organizacional de empresas desde o planejamento e organização a gestão e direção. Regido por um Projeto Político pedagógico (PPP), a criação do curso propõe-se a formar profissionais com sólidos domínios acadêmicos, científicos e tecnológicos, para atuarem com eficácia e eficiência, no seu campo de ação. Ainda conforme o próprio PPP e o Regimento Geral da Universidade do Estado do Pará propõem, é importante que a pesquisa científica faça parte da carreira acadêmica do discente, sendo assim, é possível inferir que para que essa formação seja oferecida com eficiência a produção científica por parte dos discentes durante a academia não deve ser negligenciada, ao contrário deve ser a todo estimulada. A pesquisa em Secretariado ainda é recente e pouco desenvolvida, por isso, essa cultura tem sido fomentada nos espaços acadêmicos (IES) e nos eventos acadêmicos da área. Apesar do evidente crescimento do número de pesquisas realizadas e do interesse na produção científica, resultado do engajamento dos profissionais-pesquisadores da área, ainda faz-se necessário uma maior conscientização da importância e da necessidade da pesquisa científica e acadêmica, assim como, uma mobilização para que seja mais difundida. Com base no entendimento dos fatos apresentados, o estudo se propôs a analisar o desenvolvimento científico a partir da percepção dos discentes do curso estudado, buscando identificar os principais fatores que incentivam e dificultam a produção científica na graduação, com o fim de influenciar e promover melhorias na realidade da pesquisa científica na academia. Para atingir o objetivo desta pesquisa, foram adotadas as seguintes etapas: levantamento bibliográfico e revisão de literatura acerca da temática abordada além de uma análise estatística descritiva dos dados coletados através de questionários online respondidos por 87% da população estudada. Conclui-se que os discentes percebem o seu próprio desenvolvimento científico baixo e que os principais fatores que influenciam isto são falhas ou ausência de ensino de conteúdos que auxiliem na produção científica, assim como incentivo de professores, falta de ações/projetos científicos no curso e ainda falta de interesse dos próprios alunos.

Palavras-chave: Pesquisa; Desenvolvimento científico; Secretariado Executivo.

TURISMO NO MARAJÓ - PARÁ - BRASIL A IMPORTÂNCIA DAS REDES DE RELAÇÕES ESTABELECIDAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NOS MUNICÍPIOS DE SALVATERRA E SOURE

Kassia Farias
Universidade Federal do Pará
kassiasfarias@gmail.com

Mirleide Bahia
Universidade Federal do Pará
mirleidebahia@gmail.com

Resumo: Como recorte da pesquisa intitulada “*GOVERNANÇA DO TURISMO NA ILHA DO MARAJÓ-PARÁ: uma análise das redes de relações estabelecidas nas políticas públicas de turismo*”, este estudo objetiva analisar a importância das redes de relações estabelecidas nas políticas públicas de turismo nos municípios de Salvaterra e Soure, no arquipélago do Marajó-Pará- Brasil. Para o alcance do objetivo proposto foi necessário identificar os diferentes agentes participantes das instâncias de governança de turismo em Soure e Salvaterra e avaliar a participação e a relação dos diferentes agentes inseridos no processo decisório do turismo no Polo Marajó. Para tanto, a análise teve como pressuposto teórico-metodológico a concepção de redes sociais de Castells (2005) e sua congruência às perspectivas teóricas de governança. A pesquisa seguiu diversos momentos que, no final, puderam ser conectados e interpretados com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa. O aprofundamento bibliográfico, a análise documental, a elaboração e a aplicação de entrevistas semiestruturadas e a observação sistemática foram úteis para o esclarecimento das questões que conduziram a pesquisa. Pôde-se identificar a existência de muitos agentes/instituições importantes, sob o aspecto do turismo, nos municípios de Soure e Salvaterra. Porém, são agentes/instituições que desenvolvem trabalhos desarticulados e que acabam produzindo resultados isolados para a atividade turística nos municípios. Grande parte das atividades culturais conhecidas em Soure e Salvaterra são desenvolvidas por diferentes instituições como as Associações de Produtores de Artesanatos, Associações de Comunidades que representam bairros/vilas e Associações de Grupos Folclóricos que são exemplos da diversidade de instituições existentes em Soure e Salvaterra. Também existem aquelas instituições que representam a iniciativa privada, tais quais: Associações de Comerciantes e Associações de transporte local. Considerou-se que a participação dos agentes nos processos decisórios não se reduz ao envolvimento da rede, mas consegue ter um claro propósito social para a escolha de um turismo mais responsável e justo. O comprometimento entre os agentes é, sem dúvida, um fator essencial para a eficácia das redes que configuram o turismo e, implicam na capacidade de governança. Procura-se contribuir para ampliar a compreensão da importância do processo participativo para a instauração de uma rede sólida de turismo.

Palavras-chave: Turismo; Ilha do Marajó (PA); Política governamental; Política pública.

FACILITAÇÃO SOBRE COMPOSTAGEM COM TÉCNICAS DA AGRICULTURA BIOINTENSIVA PARA COMUNITÁRIOS DA COMUNIDADE DE SURUACÁ

Maicon Alexandre Silva Farias
Universidade Federal do Oeste do Pará
maicon.alexandresf@gmail.com

Andria Tavares Galvão
Universidade Federal do Oeste do Pará
andriatavares@hotmail.com

Marcia Mourão Ramos Azevedo
Universidade Federal do Oeste do Pará
marciazevedos@yahoo.com.br

Resumo: A compostagem é o processo de degradação e estabilização biológica dos insumos orgânicos em condições favoráveis ao desenvolvimento de temperaturas que resultam da produção biológica de calor. O método de cultivo biointensivo é uma forma de agricultura orgânica em pequena escala, focada no autoconsumo e pequena comercialização. Adota tecnologia simples, porém extremamente eficaz, e pode ser facilmente utilizada por comunidades pequenas, famílias, quintais, etc., com os recursos naturais já disponíveis já existentes. Suruacá fica situada à margem esquerda do rio Tapajós, nos limites do município de Santarém, no oeste do estado Pará. A pequena vila fica dentro da Reserva Extrativista (Resex) de Tapajós-Arapiuns, criada no ano de 1998. Sua economia tem como pilar central a agricultura familiar e atividades extrativas com fins de subsistência. Objetivou-se com este trabalho promover o diálogo e repasse de informações acerca do processo de compostagem com técnicas da agricultura biointensiva para comunitários da comunidade Suruacá. O trabalho foi desenvolvido na área da escola João franco sarmento da comunidade de Suruacá, Reserva Extrativista (Resex) de Tapajós-Arapiuns, Santarém-PA, a ação foi dividida em dois momentos, um teórico com diálogo e repasse de informações acerca do tema e um prático onde os comunitários, sob acompanhamento do facilitador, coletaram vegetais fibrosos e nitrogenados na área da própria comunidade, a partir do material coletado seguiu-se com a montagem da pilha de compostagem como aproximadamente 1 m³ dividido em camadas intercaladas de 10 cm³ de material fibroso e 10 cm³ de material nitrogenado sendo que a pilha foi iniciada com a camada foi de material fibroso, a cada camada era acrescentado uma pequena porção de solo além de umedecimento com água porem sem encharcar. Ao final do processo de compostagem do material adicionado a pilha, espera-se obter um adubo rico, equilibrado e estável. Espera-se também que os comunitários apliquem os conhecimentos adquiridos durante a facilitação em suas atividades de agricultura familiar. A ação permite concluir que é de suma importância a aproximação e integração da Universidade com a sociedade, principalmente onde o acesso a capacitações e informação é mais difícil como no caso de comunidades ribeirinhas afastadas da área urbana, também é possível observar a grande aceitabilidade dos comunitários frente a ações como a desenvolvida.

Palavras-chave: Compostagem; Biointensivo; Suruacá; Agricultura.

O FENÔMENO “POLICY TRANSFER” NAS POLÍTICAS HÍDRICAS BRASILEIRAS

Fernanda Neves Ferreira
Universidade do Estado do Pará
nanda_fnf@yahoo.com.br

Vítor Abner Borges Dutra
Universidade do Estado do Pará
abner_dutra_@hotmail.com

Hebe Morganne Campos Ribeiro
Universidade do Estado do Pará
hebemcr@gmail.com

Resumo: No processo de elaboração de políticas, é comum se observar as experiências de outras jurisdições a fim de se identificar quais elementos podem ser incorporados em outro contexto político. Tais elementos correspondem a conceitos, metas, instrumentos, entre outros, que podem sofrer algumas ou até mesmo nenhuma adaptação no processo de incorporação ao novo sistema político. Esse fenômeno é denominado de “policy transfer” e surgiu do desafio dos governantes em desenvolver mecanismos de política rápidos em resposta às céleres mudanças no ambiente político. A política hídrica é uma área frutífera para a ocorrência deste fenômeno, que se presencia inclusive na gestão hídrica brasileira. Aponta-se que a atual política hídrica do Brasil (Lei nº. 9.433/97), teve como modelo a política hídrica francesa. Considerando que o fenômeno pode ocorrer também entre organizações de níveis regionais, o objetivo desta pesquisa foi identificar a similaridade textual de algumas políticas hídricas estaduais com a política nacional. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Selecionou-se um estado de cada região de acordo com o seu diferencial apontado pela literatura em relação à gestão hídrica. Nesse sentido, na região norte, o Pará foi eleito pela postergação na implantação do sistema de gestão hídrica; no nordeste, o Ceará foi escolhido por sofrer os efeitos da escassez hídrica recorrente; no centro-oeste, o Mato Grosso foi selecionado devido ao avanço da fronteira agrícola que ameaça os recursos hídricos; no sudeste, elegeu-se o Estado de São Paulo, por estar no centro econômico do país, ser o mais populoso e já sofrer com a escassez quali-quantitativa dos recursos hídricos disponíveis; no sul, escolheu-se o Estado do Rio Grande do Sul por possuir algumas áreas com escassez hídrica. Visando identificar as similaridades textuais entre cada política hídrica estadual e a nacional, utilizou-se o software WCopyfind 4. Constatou-se que o Pará foi o que apresentou elementos textuais mais similares à política nacional, seguido de Ceará, Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul. Para obter o sucesso na transferência de políticas, é importante que seja respeitado o contexto biofísico e socioeconômico local. Porém, com base nos resultados encontrados, infere-se que, em alguns estados, as peculiaridades locais foram desconsideradas, especialmente as hídricas, o que pode dificultar o êxito da gestão hídrica.

Palavras-chave: Políticas públicas; Gestão hídrica; Transferência de políticas.

A EMERGÊNCIA DE NOVOS MARCADORES DE R-EXISTÊNCIA CAMPONESA NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Miqueias Rodrigues Ferreira
Universidade do Estado do Pará
miqueiasfe01@gmail.com

Daniel de Lima Arruda
Universidade do Estado do Pará
arruda.geo2015@gmail.com

Sérgio Roberto Moraes Corrêa
Universidade do Estado do Pará
sergiorcm2001@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho é resultado do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), intitulado “Movimentos Sociais, Educação do Campo e o Desenvolvimento da Amazônia/Brasil em Disputa: um estudo sobre a experiência do MST sob o enfoque das Epistemologias do Sul” que fora desenvolvido durante o período de agosto de 2017 a julho de 2018 no Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Educação e Trabalho na Amazônia (GEPDETAM/UEPA). Esse projeto enfrentou a seguinte questão como questão-problema: Ao inserir em seu repertório o *paradigma agroecológico*, o MST imprimi novos diálogos, em particular com os povos e comunidades tradicionais da Amazônia, possibilitado novos sentidos e práticas ao debate político do rural, do desenvolvimento rural e da educação do campo do Movimento? Com isso, o referido projeto teve como objetivo principal investigar a inserção do paradigma agroecológico e suas implicações no repertório de lutas e resistências sociais do MST. No tocante ao referencial teórico-metodológico, esta pesquisa de iniciação científica tomou como base teórico-conceitual as Epistemologias do Sul, sobretudo, a partir das contribuições do sociólogo Boaventura de Sousa Santos. O tipo de abordagem fora a de cunho qualitativo e, por conseguinte, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo foram utilizadas as seguintes *técnicas de pesquisa*: registros de campo (registros fotográficos, anotações etc.) e de entrevistas abertas e/ou “semiestruturadas” com assentados e assentadas, lideranças do assentamento e/ou do MST, e educadores do Assentamento Mártires de Abril na ilha de Mosqueiro, região metropolitana de Belém, envolvidos com a agroecologia. Com isso, conseguimos verificar indicativos de que a inserção da agroecologia no MST tem propiciado novos diálogos, em particular com os povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Isso sinaliza, então, a emergência de novos marcadores de *r-existência camponesa na Amazônia* e, por conseguinte, de sinais de contra-hegemonia frente ao avanço da racionalidade neoliberal na Amazônia.

Palavras-chave: Agroecologia; MST; Educação do Campo; Epistemologias do Sul.

DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL DE UM RELEVANTE *PLAYER* NA CADEIA PRODUTIVA DO ÓLEO DE PALMA NO BRASIL

Susane Ferreira
PPGDSTU/NAEA/UFPA
susane_crsitini@hotmail.com

Claudia Azevedo-Ramos
NAEA/UFPA
claudiazevedoramos@gmail.com

Resumo: A cadeia de palma de óleo (ou dendê), um dos motores de desmatamento nos trópicos, sofre pressão dos mercados globais para atingir padrões mais sustentáveis de produção. Vários selos de qualidade emprestam credibilidade às empresas certificadas, embora o sucesso nem sempre seja garantido. No Brasil, o grupo Agropalma é um player do óleo de palma de grande visibilidade. O presente estudo revisou os compromissos de sustentabilidade declarados pela Agropalma, sua inserção no sistema de certificações e como estudos recentes avaliam sua performance socioambiental. A Agropalma tem declarado interesse na melhoria de sua performance, comprovado pela sua inserção e certificação de acordo com os padrões da “Round Table on Sustainable Palm Oil” – RSPO e pela conquista de outros 12 selos de qualidade. Os padrões socioambientais elevados da Agropalma foram apontados como uma forma de competir em nichos mais exigentes, conseguir preços mais elevados e dificultar a entrada de *traders* asiáticas na região. Segundo estudos, a empresa tem forte relação com agricultores familiares por meio de contratos. Muitos desses pequenos produtores demonstraram elevado grau de satisfação em plantar dendezeiro devido à capacidade de gerar trabalho, emprego, renda e a possibilidade de contar com assistência técnica. Entretanto, diversos estudos criticaram a sustentabilidade socioambiental da atividade produtiva da Agropalma quanto a sua relação com pequenos agricultores. Os problemas perpassaram, em especial, pela assimetria nos contratos, concentração de terras e endividamento do agricultor. Os críticos advertem, ainda, que a expansão da dendeicultura poderá impactar negativamente a produção advinda da agricultura familiar (e.g. arroz, feijão, farinha de mandioca). Adicionalmente, as plantações convencionais de dendezeiros foram reconhecidas como extremamente hostis à biodiversidade das florestas tropicais nativas. A Agropalma tem enfrentado este problema pela manutenção de reservas de florestas em suas áreas, embora não tenham sido encontrados indicadores de efetividade. Conclui-se que a Agropalma tem demonstrado ações em direção a uma melhor sustentabilidade produtiva. No entanto, para que a sustentabilidade da cadeia do dendê possa contentar os altos padrões esperados, será necessário um esforço conjunto empresa-pesquisas e um aperfeiçoamento dos processos de monitoramento pelos órgãos certificadores.

Palavras-chave: Certificação; Palma; Sustentabilidade; Agropalma.

A INTERDISCIPLINARIDADE E A ARTICULAÇÃO DE SABERES NO CONTEXTO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

Samara Avelino de Souza França
NAEA – UFPA
samara_avelino@hotmail.com

Milton Cordeiro Farias Filho
NAEA – UFPA
mcffarias@gmail.com

Resumo: A interdisciplinaridade combate a especialização disciplinar e a fragmentação do conhecimento. Visando essa relação o projeto de pesquisa “A Relação Saúde-Saneamento e as ações de Prevenção via Estratégia Saúde da Família na Amazônia”, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), busca desenvolver uma abordagem interdisciplinar. Este trabalho tem como objetivo apresentar a interdisciplinaridade no referido projeto. A base teórica vem das contribuições de Japiassu (1976), Ragin (1987), entre outros. Hilton Japiassu apontou a necessidade de uma postura interdisciplinar e crítica do cientista: um indivíduo que pensa na sua produção como uma totalidade e interação entre as disciplinas e os saberes (JAPIASSU, 1976). Charles Ragin (1987) apresentou o valor epistemológico da combinação de métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa comparativa. A fim de analisar a relação entre condições socioeconômicas, de saneamento e cobertura por Equipes de Saúde da Família (EqSF) e a ocorrência de Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI) em Municípios da Região Norte, de 2007 a 2017, o projeto tem uma abordagem interdisciplinar. É por meio de uma relação entre os saberes que erguerá as bases científicas para compreender o processo/objeto como um todo (MARTINS; SOLDÁ; PEREIRA, 2017). A interdisciplinaridade no projeto dá-se na verificação da relação entre os índices de saneamento e a prevalência de DRSAI, combinando métodos qualitativos e quantitativos: a estatística para correlacionar os dados quantitativos (RAGIN, 1987) e a discussão do contexto de desenvolvimento de políticas públicas, utilizando fontes que exprimam a realidade dos municípios estudados (BACHELARD, 1996). Portanto, analisou-se a importância da interdisciplinaridade na pesquisa científica e a existência da perspectiva interdisciplinar no projeto apresentado ao PPGDSTU/NAEA/UFPA. Portanto, no campo da saúde e meio ambiente, a interdisciplinaridade está em contínua transformação, seja na junção de novas disciplinas e temáticas, seja em ajustes teóricos e metodológicos.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Saúde; Saneamento; Meio ambiente.

IMPACTOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM PEQUENAS CIDADES AMAZÔNICAS

Nelson de Oliveira Freitas
IFPA
n_oliveira_f@yahoo.com.br

Oriana Almeida
UFPA
orianaalmeida@yahoo.com

Miguel Leite
UFPA
miguel_aml@hotmail.com

Resumo: A intensificação do processo de urbanização no Delta da Amazônia verificada nas últimas duas décadas, causou transformações sócio-espaciais-ambientais no desenvolvimento de Pequenas Cidades no Delta da Amazônia. Além dos problemas relativos a expansão e contração da produção em função da economia baseado em produtos extrativistas, as cidades têm enfrentados problemas de eventos extremos causando inundações, erosão e problemas decorrentes dos mesmos. Esse trabalho teve objetivo testar o uso de levantamento de problemas associados às mudanças climáticas em Abaetetuba, no estuário Paraense, utilizando uma metodologia participativa, de baixo custo e baixo conhecimento de técnicas cartográficas. Para a realização do estudo, foi realizado entrevistas abertas para discutir com pessoas chaves os principais problemas ligados às mudanças climáticas que ocorrem na cidade. Após esse levantamento, realizou-se um workshop de dois dias no mês de maio de 2017, onde foram apresentados vários temas para discussão com a população de modo a fazer um mapeamento dos problemas a partir da visão local. O método utilizado permitiu levantamento rápido sobre os problemas ambientais relativos às mudanças climáticas. Com o auxílio de mapas livres, como google maps, foi possível estabelecer um debate participativo com a população local sobre os impactos das mudanças climáticas. O levantamento mostrou que a população vê como ameaças principalmente alagações (rápidas) devido às grandes chuvas, a erosão da orla em frente à cidade e as inundações por rio e marés. Os resultados mostram que com tecnologia barata e simples é possível realizar um mapeamento participativo que permita reconhecimento dos principais problemas que afetam a cidade. Os resultados do trabalho quando comparados com pesquisas realizadas com base nos dados do IBGE por setor censitários se mostram consistentes. Entretanto, dados do IBGE não parece fornecer análise numa escala adequada para trabalhar dentro de um único município do estuário, pois homogeniza os problemas, em função dos poucos setores censitários, caracterizando quase toda a cidade como vulnerável.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Impactos ambientais; Vulnerabilidade.

CUIDAR PARA PRESERVAR: PRODUÇÃO ANIMAL SUSTENTÁVEL

Andria Tavares Galvão
Universidade Federal do Oeste do Pará
andriatavares@hotmail.com

Adcleia Pereira Pires
Universidade Federal do Oeste do Pará
piresadcleia@gmail.com

Aline Pacheco
Universidade Federal do Oeste do Pará
alinepacheco@outlook.com

Resumo: Conhecida como o maior quelônio de água doce na América do Sul, a tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*) é um animal com características anatômicas peculiares como corpo encurtado, alargado, cauda pouco desenvolvida, cascos formados por estruturas dérmicas fundidas à coluna vertebral e às costelas, formando a carapaça e o lastrão. Estudos apontam que a população de tartaruga-da-Amazônia vêm sendo cada vez mais escassa devido à superexploração e consumo. Na comunidade do Coroca, Rio Arapiuns, Santarém, Pará, a quelonicultura contribui para prática do turismo atendendo a princípios: da comunidade local e meio ambiente. Logo, a comunidade permite práticas agroecológicas com objetivo de promover o uso da Terra de forma sustentável, proporcionando atividades de turismo comunitário, oferecidas a pessoas oriundas de diversas regiões do mundo. O objetivo deste trabalho é afirmar a importância da criação sustentável, conservação e preservação das tartarugas-da-Amazônia através de atividades de educação ambiental. As atividades aconteceram com visitaçao e vivência no ano de 2017, contaram com a participação de 19 famílias residentes na comunidade, onde há doze anos, criaram a Associação de Produtores Rurais e Criadores de Peixe da Comunidade do Coroca (APRUCIPESC). O local é constituído de lago natural, onde vivem em média 500 animais com a idade de 17 anos com autorização do IBAMA, criados para conservação das espécies, eles dividem espaço com outros pescados. Na hora da visitaçao os animais são atraídos pelo batuque de cajado de madeira para o consumo de ração, assim são vistos pelos turistas. A criação de Tartaruga da Amazônia incentiva o turismo comunitário, tornando se um dos maiores atrativos, além da meliponicultura. Na visitaçao ao lago, os visitantes contribuem o valor de R\$ 20,00, recurso usado para compra de ração e manejo da criação dos quelônios, o valor da ração de 20 kg custa R\$ 65,00. Conclui-se que criação sustentável de quelônios contribui para a conservação das espécies e as atividades de práticas agroecológicas e educação ambiental contribuem para formação para todos os atores envolvidos.

Palavras-chave: Educação ambiental; Desenvolvimento sustentável; Quelonicultura.

**OCORRÊNCIA DE NIDIFICAÇÃO DA ESPÉCIE DE ABELHAS
SEM FERRÃO *FRISEMELITTA LONGIPES* EM POSTES DE ENERGIA
ELÉTRICA NA MADEIRA DE ACARIQUARA (*MINQUARTIA GUIANENSIS*),
EM SANTARÉM, PARÁ**

Andria Tavares Galvão
Universidade Federal do Oeste do Pará
andriatavares@hotmail.com

Hierro Hassler Freitas Azevedo
Universidade Federal do Oeste do Pará
hierro.azvdo@gmail.com

Aline Pacheco
Universidade Federal do Oeste do Pará
alinepacheco@outlook.com

Resumo: A antropotização vem mudando o cenário do ambiente natural, reduzindo o tamanho das florestas, alterando o comportamento dos animais. O registro de animais silvestres em área urbana ou em área habitadas por seres humanos é relevante. Portanto, as abelhas sem ferrão, não diferente de outros animais buscam espaços para transformar em habitat, como ocos de espécies madeireiras, cupinzeiro vazio. A espécie de abelhas nativa *Friseomelitta longipes*, encontrada no vilarejo turístico de Santarém, Pará, são defensivas, no ato da defesa, depositam própolis em seus vasos. A proteção das colmeias é realizada com própolis depositado sobre as laterais dos ninhos, tem a entrada pequena, para a passagem de apenas uma abelha por vez, produz um aroma peculiar e único. Suas células apresentam forma de cacho de uva, por isso, o nome popular na região de estudo. A pesquisa se denomina como um estudo de caso na Vila de Alter do Chão e no Mentae, comunidades localizadas em Santarém, Pará. É comum postes energia serem de madeira da espécie Acariquara (*Minquartia guianensis*), por ser uma região onde a espécie madeireira é predominante, e apresenta muita resistência ao tempo. Em 2017 na Vila de Alter do Chão foi identificado em um poste de madeira com 12 ninhos de abelhas da espécie *Friseomelitta longipes*, o qual estava sob risco de serem descartadas juntamente com o poste, devido ao deterioramento, na troca por um de alvenaria. Desta forma, foi realizado o resgate dos enxames e colocado em uma propriedade com o mesmo Bioma, onde apenas duas foram transferidas para caixas racionais modelo INPA e o restante permaneceu nos troncos. Na comunidade do Mentae, área de Rios, comunidade do Rio Arapiuns, foi observado um poste da mesma madeira em 2018, com 12 enxames da mesma espécie de abelhas nativas. Percebe-se a importância das abelhas para a polinização, além da produção própolis e mel. Conclui-se que é importante realizar um projeto para o resgate de enxames para salvar as espécies que correm risco de morte na troca de postes.

Palavras-chave: Biodiversidade; Preservação; Abelhas nativas.

LICENCIATURA EM GEOGRAFIA E EM MATEMÁTICA: O QUE DIZEM DA INTERDISCIPLINARIDADE QUANDO RE/CONECTAM CONHECIMENTO DA VIDA?

Jéssica Gama
UFPA
jessicagama.math@gmail.com

Carina Rosário
UEPA
carinafabiane@gmail.com

Kátia Liége Nunes Gonçalves
UFPA
liegekatia@ufpa.br

Resumo: No âmbito escolar, no transitar dos conhecimentos, são inúmeras as problemáticas presentes, a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade é uma delas, porque tudo já está posto de forma compartimentalizada. Teoricamente se quer apresentar as disciplinas em que as coisas da vida se conectem, mas o Currículo posto é endurecido e provoca nos docentes e Licenciandos certa estática. Então o/a professor/a se isola e isola o ‘seu’ conhecimento disciplinado para apresentar de maneira estanque. No entanto, o conhecimento não é algo fragmentado, é interligado. Então, nos questionamos: Por que ainda há dificuldade em trabalhar dessa forma em ambiente escolar quando sempre somos provocados sobre questões que tocam nossa região quanto à sustentabilidade e desenvolvimento? Essa reflexão surgiu com a participação de duas discentes dos cursos de Licenciatura em Geografia (UEPA) e em Matemática (UFPA), no projeto intitulado “Ócio produtivo”, desenvolvido na cidade de Castanhal/PA, na E.E.E.F.M. Maria Pia dos S. Amaral, tendo como coordenadora uma professora da Instituição. Foi criado para suprir os horários ociosos, devido o número insuficiente de professores para cumprir a demanda local, bem como, possibilitar a interação dos discentes de Licenciaturas de diversas Instituições e áreas, terem contato com a realidade escolar, colaborando assim para a Formação Inicial Docente. As experiências vivenciadas pelas Licenciandas instigaram este refletir, que resultou na construção deste trabalho. O objetivo principal versa em pensar sobre a importância da interdisciplinaridade no processo de ensinar-aprender-ensinar em contexto amazônico de Castanhal, em que as Matemáticas e Geografias se conectam quando se apresentam em sala de aula ou fora dela, quando se discutem os pertencimentos do município. Isso permite provocar pensamentos interdisciplinares nas/das Licenciaturas. Para tanto, realizamos uma imersão bibliográfica, inicialmente para aprofundar o conhecimento sobre interdisciplinaridade a partir das concepções de Fazenda (2008), que nos fez pensar o movimento de sustentabilidade e desenvolvimento em Castanhal, que é tão pulsante em nosso tempo. Levando em consideração o viés teórico, concluímos que os trabalhos que agregam conhecimentos de disciplinas distintas, podem colaborar no processo de ensino e aprendizagem, possibilitando pensar criticamente a respeito da integração das ciências, já que vivemos num mundo interligado e dinâmico.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Geografia e Matemática; Ensino e Aprendizagem; Formação Docente.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PESQUISADORES DA UFPA INDEXADA NA WEB OF SCIENCE

Layane Rayssa Gaia Gomes
PPGCI/UFPA
layaneg3@gmail.com

Cristian Berrío-Zapata
PPGCI/UFPA
cristian.berrio@gmail.com

Resumo: A produção científica, entre outras de suas virtudes, pode favorecer a qualidade do processo educativo e a elevação da produtividade na indústria, contribuindo para o desenvolvimento regional. Seu progresso se fundamenta na criação de conhecimento e a sua divulgação em periódicos científicos, que servem de fonte de informação e comunicação para que outros pesquisadores possam aprofundar seus conhecimentos ou, até mesmo, construir outros saberes com base nos conhecimentos já estabelecidos. As universidades, sobretudo os cursos de pós-graduação das instituições públicas, são as maiores responsáveis pela criação de conhecimento no mundo e no Brasil. Partindo deste panorama, o presente estudo analisa a produção científica dos pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), uma das maiores e mais importantes instituições de ensino e pesquisa da Amazônia, no cenário científico internacional. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo identificar a quantidade de trabalhos científicos produzidos pelos pesquisadores da UFPA na Web of Science, uma base de dados referencial internacional que indexa os periódicos mais importantes do cenário científico, com a finalidade de analisar sua visibilidade, através das citações. A partir dos dados coletados, foi realizada uma análise bibliométrica incluindo indicadores de frequência, visibilidade e influência da produção científica dos pesquisadores da UFPA. Os resultados preliminares indicam o aumento geral no total de produções e um grau de produtividade e visibilidade significativo em pesquisadores das áreas de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Naturais e Tecnologia.

Palavras-chave: Produção científica; Comunicação na ciência; Bibliometria; Universidade Federal do Pará.

PRODUÇÃO DE BIODIESEL POR ESTERIFICAÇÃO A PARTIR DE REJEITOS DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS

José Paulo de Sales Lavareda
Universidade Federal de São João del-Rei
jplavareda@gmail.com

Luís Adriano Santos do Nascimento
Universidade Federal do Pará
adrlui1@yahoo.com.br

Resumo: A sociedade industrial atual apresenta demandas cada vez maiores de energia que, em grande parte, provem de combustíveis fósseis com grande poder poluente. Para o bem do meio-ambiente é mandatório que o consumo de matrizes energéticas não renováveis seja diminuído e substituído por opções renováveis, no entanto, economicamente viáveis. Diante deste quadro, o rejeito industrial conhecido como borra de neutralização, resultante do refino do óleos vegetais, dentre eles o da castanha-do-Pará, pode vir a representar uma possibilidades como matéria prima para a produção de biodiesel. Este rejeito, sem os devidos cuidados, pode vir a se tornar um problema ambiental provocando a contaminação de rios e lençóis freáticos, alcalinização e impermeabilização de solos, entre outros transtornos. Assim, a utilização deste material como fonte energética poderia se caracterizar como uma alternativa ecologicamente correta e economicamente rentável, dado o baixo valor agregado a este rejeito. O presente trabalho teve o objetivo de obter biodiesel a partir dos ácidos graxos livres presentes na borra de neutralização da castanha. Para isso ocorreram as etapas de acidificação da borra para obtenção do óleo ácido, rico em ácidos graxos livres, que foram esterificados por catálise ácida homogênea, em diferentes condições reacionais, a fim de observar qual delas proporcionava melhor rendimento de biodiesel. O produto da melhor condição reacional foi submetido aos testes de índice de acidez, taxa de conversão, viscosidade cinemática a 40 °C e massa específica. Todos esses parâmetros foram comparados aos padrões estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural, a fim de descobrir se a borra da castanha poderia vir a ser uma opção viável como matéria-prima para a produção de biodiesel. Os resultados mostraram que a extração de ácidos graxos livres da borra de neutralização da castanha-do-Pará é possível e promissora. Além disso, foi mostrado também que a esterificação desses ácidos graxos pode ser realizada, caracterizando assim a borra da castanha como uma possível fonte renovável de energia de baixo custo. Com a continuidade dos estudos, pode-se aperfeiçoar ainda mais o processo de produção a fim de se obter um biodiesel com parâmetros de qualidade os mais próximos possíveis daqueles preconizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Palavras-chave: Biodiesel; Esterificação; Borra de neutralização; Rejeito industrial.

AMAZÔNIA, CAMPO DE LUTAS E RESISTÊNCIA: A EXPANÇÃO DA MONOCULTURA DO COCO E DO DENDÊ E OS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR - O CASO DA AGROVILA SANTA TEREZINHA

Luiz Felipe da Silva Lima
UEPA
luizfsilvalima@gmail.com

Fernando Monteiro da Silva
UEPA
monteirosng@gmail.com

Paula Gabriela Travasso Araujo
UEPA
gabrielapaula.pg@gmail.com

Resumo: Na Amazônia ocorreram diferentes níveis de intervenções, que visavam, sobretudo, sua ocupação e consequentemente a exploração dos recursos naturais (minerais, vegetais e animais). Ainda hoje a Amazônia é vista como uma frente de expansão, principalmente no tocante ao agronegócio, atraindo para a região projetos e investimentos, os quais, via de regra, não levam em conta os saberes e práticas que a região possui. Apesar deste cenário, as populações tradicionais criam maneiras de lutar e resistir. A Agrovila Santa Terezinha, localiza-se na região oeste do município de Castanhal – PA. Sua população é de aproximadamente 2.000 habitantes. Parte desta, está na produção de subsistência e outra no extrativismo vegetal, na produção da monocultura do coco e dendê. Assim como nas demais regiões da Amazônia, o avanço da monocultura traz impactos para a localidade, e, sobretudo sobre a agricultura camponesa de produção familiar. Recentemente, obras de infraestrutura, bem como o asfaltamento da PA – 242 trouxeram melhorias, no entanto, contribuiu para a descaracterização da Agrovila como um espaço rural, onde foi substituído o termo Agrovila por Vila (área urbana), como informado na placa de entrada da Agrovila, os descaracterizando da dimensão rural. Ação essa feita por uma imposição do poder Municipal e Estadual, implicando em possíveis perdas de direito da comunidade em tela, camponês da agricultura familiar. Diante do exposto a presente pesquisa tem como objetivo verificar as formas de resistência já existentes na comunidade e auxilia-la, dando suporte ao fortalecimento da Associação dos Produtores Rurais da agrovila. Os procedimentos metodológicos ainda estão em andamento. Na primeira fase realizou-se a fundamentação teórica e uso da técnica de observação livre, esta realizada nas rodas de conversas com os agricultores. No segundo momento será feita a coleta de dados em campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com os/as agricultores/as da agrovila. Como resultado parcial, foi possível constatar que, a comunidade tem práticas de resistência e o desejo de fortalecer a agricultura camponesa de produção familiar, principalmente por meio da Associação. Assim o projeto constitui-se numa ferramenta necessária para o fortalecimento da Agrovila e de suas práticas de resistência, pois auxiliará os agricultores em seus processos produtivos de subsistência com vista ao seu fortalecimento e autonomia produtiva, na perspectiva da justiça ambiental.

Palavras-chave: Resistencia; Amazônia; Agricultura Familiar; Agrovila Santa Terezinha.

CIDADES EM LINHA DE QUEDA E O COMUM DOS “INVISÍVEIS”: USO DO RECURSO HÍDRICO E CONTRADIÇÕES NA AMAZÔNIA DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS

Michel de Melo Lima
NAEA/UFPA
mmlgeo@hotmail.com

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
NAEA/UFPA
stclair@ufpa.br

Resumo: O presente trabalho está relacionado a análise do aproveitamento capitalista de recursos amazônicos (água) e aos conflitos e movimentos de resistências produzidas em torno de territórios comuns regionais em face do processo de modernização (projetos turísticos, hidrelétricos e logísticos) ocorrido e/ou estimulado nas cidades paraenses de Altamira, Marabá e Tucuruí. Os referidos centros urbanos se destacam como referenciais empíricos por estarem inseridos no processo de modernização do espaço regional, pois suas dinâmicas estão, em diferentes intensidades, associadas à uma temporalidade socioespacial vinculada aos rios (Xingu, Tocantins e Itacaiúnas), às ilhas e à floresta, assim como ligam-se ao aproveitamento capitalista da Amazônia e ao contexto de (re)valorização de atributos locacionais, logísticos e “naturais”. O objetivo geral do trabalho é analisar, à luz do princípio dos comuns, a apropriação de territórios de uso coletivo em face do processo de modernização decorrente do aproveitamento do recurso hídrico para fins de projetos infraestruturais (turísticos, hidrelétricos e logísticos). Para a realização da pesquisa, destacam-se como procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica de temas associados ao urbano e a produção de comuns; levantamento bibliográfico de caráter histórico-geográfico sobre as três cidades; levantamentos de dados primários, secundários e análise documental e de conteúdo; observação sistemática de campo; e realização de entrevistas individuais gravadas com questões semiestruturadas com agentes ligados aos territórios comuns e com representantes do Estado e de grandes empresas. Por fim, como resultados preliminares pode-se destacar que o processo de modernização do espaço e o aproveitamento capitalista das águas dos rios ocorrido em Altamira, Marabá e Tucuruí, desencadeiam contradições que se materializam em resistências e em maiores solidariedades entre grupos sociais, na afirmação de seus protagonismos e na incorporação dos territórios coletivos organizados sob o princípio político do comum às lutas urbanas no contexto regional. Além disso, frisa-se que as resistências e estratégias de (re)apropriação de grupos sociais ligados aos territórios comuns se manifestam por meio de lutas contra agentes hegemônicos, pela sua insistência em permanecer nesses espaços e pelo desenvolvimento de ações solidárias e de articulações políticas pautadas no reconhecimento de seu protagonismo social e no atendimento de suas demandas.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Amazônia; Cidades; Territórios Comuns.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CAR NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL

Michelle de Melo Lima
PPGGMA/UFPA
michelle-ml@hotmail.com

Paulo Celso Santiago Bittencourt
PPGGMA/UFPA
paulocsb@ufpa.br

Resumo: O Brasil tem apresentado uma considerável evolução em relação à legislação ambiental, a qual apresenta-se como um regulamentador dos processos de preservação e conservação da natureza, perspectiva consolidada através do Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Na tentativa de estipular o uso sustentável desse suntuoso patrimônio natural, fora em 2012 lançada a Lei 12.651, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e apresenta-se como instrumento para a regulamentação de mecanismos mais específicos que identifiquem, onde e de que forma a vegetação brasileira poderá ser explorada. Um dos instrumentos advindos do Novo Código Florestal e que visa, a princípio o mapeamento das informações ambientais de todas as propriedades rurais no país é o Cadastro Ambiental Rural - CAR. Por tanto o presente trabalho visa avaliar a implementação do Cadastro Ambiental Rural - CAR no município de Castanhall Pará, na tentativa de analisar após 10 anos de sua utilização no estado, como o principal instrumento de gestão e controle ambiental, as perspectivas e desafios de sua implementação para as pequenas propriedades e poses rurais do município. Para a realização da pesquisa, destaca-se como procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica de temas associados a gestão ambiental, levantamento bibliográfico de caráter histórico-geográfico sobre a área objeto de estudo e a realização de entrevistas individuais gravadas com agentes ligados aos territórios e com representantes do poder público. Por fim, como resultados preliminares pode-se destacar que, considerando a criação e obrigatoriedade da inscrição das propriedades e poses rurais no Cadastro Ambiental Rural – CAR, bem como ações para o fortalecimento e evolução dos cadastros, nos municípios pertencentes a região do Guamá, é necessária uma abordagem sistêmica das perspectivas e desafios para a implementação desse instrumento estratégicos para a efetivação da proteção ambiental, observando de que forma o mesmo contribui para a sustentabilidade regional sob a perspectiva dos atores envolvidos no processo, bem como as interferências, relacionadas a gestão/regularização fundiária, a reestruturação nas políticas públicas dos órgãos ambientais e a carência e o desencontro de informações sobre o tema, o que gera uma certa resistência dos produtores à adesão ao programa.

Palavras-chave: Gestão Ambiental; Regularização Ambiental; Cadastro Ambiental Rural; Meio Ambiente.

RELIGIÃO E MÍDIAS SOCIAIS: DES(RE)TERRITORIALIZAÇÕES NO CIBERESPAÇO

Paulo Afonso Dias de Lima
UFPA/NAEA
pauloafonso800@gmail.com

Mirleide Chaar Bahia
UFPA/NAEA
mirleidebahia@gmail.com

Resumo: Este trabalho procura estabelecer um breve debate sobre a relação entre religião, mídias sociais e des(re) territorializações. A discussão não tem o objetivo de encerrar-se aqui, sendo um desdobramento da trajetória de pesquisa do autor que envolvem os temas de religião e território. A sociedade pós-moderna apresenta diversas novas dinâmicas que representam as transformações sociais em um ritmo cada vez mais intenso, acentuando-se cada vez mais processos em que as posições sociais são fluidas e que a sociedade se individualiza cada vez mais. As religiões cristãs, interesse particular desta pesquisa, inserem-se nessas novas dinâmicas a fim de frear suas perdas de fieis e continuar a sua difusão. As novas dinâmicas sociais e culturais possibilitam à religião o acesso a diferentes mídias que venham possibilitar diferentes maneiras de acesso ao sagrado. A partir das relações entre religião, a tecnologia e o sagrado, são construídas novas experiências e vivências. Surgem então desse processo disputas políticas e econômicas bem como manutenção de seus territórios e fieis. Além do exposto acima procura-se ressaltar e explorar a dimensão política da religião, bem como a inserção da mesma no ciberespaço. Partimos da tese de que os processos de desterritorialização e reterritorialização são potencializados pela inserção de novos instrumentos tecnológicos, criando além desses dois processos a territorialização das mais diversas instituições religiosas, a partir do ciberespaço. Metodologicamente o presente artigo baseia-se em: uma bibliografia sobre algumas das dinâmicas pós-modernas em cursos na sociedade (LYOTARD, 2009; LIPOVETSKY e SERROY, 2011); o que se entende por ciberespaço (LÉVY, 1999); sobre dinâmicas territoriais (CLAVAL, 1999; HAESBAERT, 2004), e sua relação com o ciberespaço (LEMOS, 2007); sobre religião e sua atuação política na pós-modernidade e no ciberespaço (OLIVEIRA, 2017). Qual então a relação entre território, religião e mídias sociais? O presente artigo busca estabelecer algumas notas sobre pontos desta relação. Para tal o texto divide-se em quatro partes. Na primeira abre-se o debate sobre a sociedade pós-moderna e seus processos em curso no contexto atual; a segunda versa sobre o que entendemos por ciberespaço; a terceira visa trazer a discussão sobre território e sua relação com o ciberespaço. Por fim a quarta e última busca entender através da dimensão política da religião, e alguns exemplos, como a mesma cria suas des(re)territorializações a partir das novas tecnologias e o ciberespaço.

Palavras-chave: Religião; Ciberespaço; Hipernmodernidade; Des(re)territorializações.

MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NO LAGO DE TUCURUÍ

Ticiano Rafael Santiago de Lima
UFPA
ticianorafael@gmail.com

Voyner Ravena Cañete
UFPA
ravenacanete@gmail.com

Resumo: A investigação proposta pelo plano de trabalho que resultou este relatório de pesquisa partiu de inquietações a respeito do conflito ambiental que tem se estendido pelas últimas três décadas, tendo adentrado recentemente à quarta no Brasil. A relação entre ambiente e atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí), assim como a relação que os sujeitos mantêm entre si tem sido significada a partir da construção dessa obra. Na aplicação prática dos objetivos, foi possível concluir a proposta de trabalhar as relações dos atingidos pela barragem com os recursos naturais, abordando as histórias e os relatos de vida dos entrevistados a respeito do passado antes da construção da barragem, isso como plano de fundo geral que se dividiu em três focos específicos da narrativa pela memória: quais eram as dinâmicas de acesso aos recursos utilizados pelos habitantes da região antes da construção da barragem, quais as mudanças que aconteceram no decorrer das etapas de construção da usina e como está hoje a situação das populações que dependem dos recursos naturais para sobreviver; sempre com o olhar da memória coletiva. Pela natureza da pesquisa, o trabalho de campo foi realizado com enfoque antropológico, recorrendo à observação estabelecida pela teoria dessa disciplina, bem como em diálogo profícuo com disciplinas que interagem com o nosso campo de estudo, principalmente a sociologia e, de certo modo, a ecologia humana. Antes da construção da UHE-Tucuruí as pessoas tinham controle sobre suas atividades produtivas, seja em relação ao extrativismo da castanha, do açaí, seja na pesca. O acesso aos recursos naturais na região de Tucuruí antes da UHE-Tucuruí tinha o extrativismo da castanha como o suporte econômico mais importante da região, junto com a pesca artesanal. Depois da UHE-Tucuruí, esses modos de vida sofreram muitas mudanças, seja na atividade da pesca, seja na forma de lidar com a terra e os conflitos relativos às formas de legitimidade para sua posse, com as transformações econômicas, sociais e culturais. E, por fim, como tratamos de memória social acerca da construção da UHE-Tucuruí, ressaltamos que, o que está dito nas entrelinhas da narrativa sobre a sociabilidade anterior e posterior à implantação da obra em foco objetiva, por aqueles que narram, a construção de um futuro possível dentro dos marcos que demandam como qualidade de vida e a memória age como uma voz para o futuro constituindo esse futuro como lugar.

Palavras-chave: Amazônia, memória; UHE – Tucuruí; Pesca no pé da barragem.

UM OLHAR SOBRE AS REDES DE SOCIABILIDADE EM UM ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA: ALTERNATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Gerciene de Jesus Miranda Lobato
UFPA/MPEG/EMBRAPA
gercienelobato@hotmail.com

Ima Célia Guimarães Vieira
Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)
ima@museu-goeldi.br

Resumo: A população ribeirinha está ligada a existência de cursos d'água para desenvolver suas estratégias de reprodução sociocultural, inseridas em redes de sociabilidade locais e externas. Fundamentado nesse contexto, se analisou as relações sociais estabelecidas no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) São João Batista, Abaetetuba, Pará e sua contribuição para a construção de uma comunidade sustentável. Foi realizada pesquisa de campo com 141 ribeirinhos escolhidos por amostragem probabilística, os quais pontuaram suas participações em práticas coletivas de ajuda mútua, engajamento em grupos formais e vínculo com instituições em uma escala de 0 (Ruim), 1 (Regular), 2 (Bom), 3 (Ótimo) a 4 (Excelente), através de entrevistas semiestruturadas. Em termos da existência das organizações e da participação dos ribeirinhos a situação atual é considerada boa, segundo os moradores; sendo que as mulheres (60,34%) são as que mais atuam, especialmente nas pastorais. Os ribeirinhos (18%) realizam práticas coletivas com crianças, idosos e mães; 20% estão engajados em associação de moradores, especialmente para discutir os encaminhamentos, benefícios e dificuldades do PAE; 14% possuem vínculos com a Colônia de Pescadores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA) visando fortalecer a economia local; e 34% estão envolvidos tanto em pastorais quanto associações e instituições que garantem algum direito enquanto ribeirinho e usuário da biodiversidade. Essas interações sociais representam um elemento de referência para os ribeirinhos na medida em que dá sentido à ideia de “comunidade”, visto que reforça a legitimidade nos processos de governança, aprofunda os conhecimentos disponíveis, pode ajudar a identificar e interpretar perturbações, além de ser relevante na tomada de decisão adaptativa, especialmente diante das mudanças ambientais.

Palavras-chave: Ribeirinhos; Governança; Amazônia.

A ENCRUZILHADA DA REFORMA AGRÁRIA NO SUDESTE PARAENSE

Kamilla Oliveira Lopes
UFPA/PPGEO
olivkam2@gmail.com

Resumo: Este resumo tem como base uma fração dos resultados alcançados no trabalho de conclusão de curso defendido em 2018, na UNIFESSPA, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério Rego Miranda. O trabalho consistiu em um estudo de caso do Acampamento Helenira Resende (MST), de Marabá (PA), que ocupa desde 2009 uma área grilada, tomada primeiramente por uma oligarquia castanheira local (a Família Mutran) e, posteriormente, por uma grande empresa agropecuária (Santa Barbara Xinguara). Dessa forma, nosso objetivo geral é analisar a conflitualidade entre as políticas fundiárias e seus efeitos na territorialização da luta pela terra. Para realizar nossa pesquisa, nos pautamos no método regressivo-progressivo, baseado em três momentos, onde primeiro nós olhamos para o presente, depois realizamos um regresso ao passado e por último, retornamos das bases históricas para analisar o presente, nossas técnicas metodológicas foram desde a pesquisa e revisão bibliográfica, levantamento e análise documental; até trabalhos de campo, registros fotográficos e entrevistas semi-estruturadas. Nesta disputa territorial, o que não deveria ter outro fim além da desapropriação a favor do movimento socioterritorial, encaminha-se para uma despolitização da questão agrária e, em uma tentativa de legalizar o que é ilegal, a “grilagem” passa a ser aceita ou apagada através de um instrumento jurídico, isso devido ao Estado na forma do INCRA, lançar uma proposta de compra e venda. No trabalho realizamos um levantamento dos 12 instrumentos jurídicos que são utilizados na política fundiária da reforma agrária, entre eles a compra e venda caracteriza-se como a mais benéfica para o agronegócio, que se sustenta pelo capital financeiro e fundiário. Entretanto, com a morosidade do processo, principalmente levando em conta o Golpe de 2016 e o desmonte das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural, a Agropecuária Santa Barbara Xinguara opta pelo retorno a um método antigo, a violência das reintegrações de posse que se configura a partir da judicialização da questão agrária, o que também vemos como outra face dessa encruzilhada onde se encontram os sujeitos, levando ao mesmo fim que a compra e venda, a conversão do ilegal em legal. Aqui se recoloca a propriedade no mercado de terras disponíveis na região do Sul e Sudeste do Pará e destinando-se ao agronegócio. Desterritorializando os acampados de um território apropriado, que servia como terra de trabalho, sustento e vivência.

Palavras-chave: Reforma agrária; Política fundiária; Território; Desterritorialização.

MARX E WEBER

E A CONTRIBUIÇÃO DE SUAS ABORDAGENS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Rebeca S. Nunez Lopes
NAEA/UFPA
nunez_rebeca@yahoo.com.br

Saint-Clair Trindade Jr.
NAEA/UFPA
stclair@ufpa.br

Resumo: Quando pensamos nos principais “métodos” e conceitos das ciências sociais, encontramos seus dois maiores representantes: Karl Marx (amplamente adotado nos países latino-americanos) e Max Weber (mais presente nos trabalhos desenvolvidos pelos cientistas de países mais industrializados). Apesar perspectivas teórico-metodológicas bastante diferentes, tanto Marx quanto Weber possuem o mesmo objeto de estudo, a sociedade capitalista, se debruçando sobre as mudanças e os impactos sociais trazidos pela Revolução Industrial. Por outro lado, Weber diverge de seu contemporâneo pelo viés menos “economicista” de sua pesquisa, focando prioritariamente na ação individual e no impacto que fatores como religião, cultura ou mesmo a “cosmovisão” de determinado grupo tem sobre a economia e a política. O presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais conceitos em Weber as diferenças e semelhanças entre ele e o Materialismo Histórico, tendo em vista suas importâncias para a produção do conhecimento nas pesquisas de ciências sociais. Embora acredite-se que até certo ponto a teoria weberiana e o materialismo histórico podem ser complementares para a análise social e espacial, propomos destacar alguns pontos fundamentais de discordância entre as duas apontados pelo próprio Weber. Acreditamos que a contribuição de Weber na luta pela criação de métodos de análise próprios das ciências sociais, demonstrando suas especificidades frente às ciências naturais, seja de extrema importância para a pesquisa acadêmica. O método Compreensivo, desenvolvido por ele na busca pela compreensão do sentido das ações e relações sociais, é de extremo valor para o entendimento de realidades tão singulares como a amazônica, tendo em vista a importância dada a pesquisa histórica como elemento fundamental para a compreensão das sociedades e o entendimento das diferenças sociais.

Palavras-chave: Weber; Sociedade; Materialismo Histórico.

A VULNERABILIDADE ECONÔMICA DE 35 MUNICÍPIOS DO DELTA AMAZÔNICO

Emanoelle Santos Luz
UFPA
manu.luz96@gmail.com

Oriana Trindade de Almeida
UFPA
orianaalmeida@yahoo.com

Douglas Alencar
UFPA
dougsky@gmail.com

Resumo: A sensibilidade de uma economia em relação a sua exposição a choques externos é definida como vulnerabilidade econômica, os choques externos resultam em alterações inesperadas na política nacional que deixam a economia mais suscetível à instabilidade financeira. Alguns municípios podem ser economicamente vulneráveis em meio aos choques externos que o país sofre, por eles serem mais passíveis às dificuldades fiscais em conformidade com o nível de dependência dos repasses públicos, que podem sofrer alterações com a limitação do crescimento econômico, em virtude de uma baixa capacidade de desenvolverem sua economia de forma autônoma. O objetivo do presente trabalho é analisar a razão das regiões ou cidades localizadas no Delta Amazônico apresentarem maior ou menor vulnerabilidade econômica durante a crise internacional de 2008 e a recente crise brasileira de 2014. Para a pesquisa foi realizada uma coleta de dados do período de 2002 até 2015 referentes ao PIB nacional, PIB municipal de 3 municípios do Amapá e 32 municípios do Pará e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em seguida os dados foram analisados. Notou-se que os municípios analisados reagiram de maneira diferente aos choques de 2008 e 2014, dado a natureza de cada um, dessa forma, os municípios reagiram de maneira mais vulnerável à crise brasileira do que à crise internacional. A crise brasileira refletiu de forma negativa maior por ter efeitos maiores em cima das contas públicas. Como muito dos municípios analisados são de pequeno porte, eles são significativamente dependentes dos repasses públicos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade econômica; Municípios; Crise de 2008; Crise de 2014.

ELEMENTOS DE SOCIOLOGIA FIGURACIONAL PARA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO AMAPÁ

Ana Beatriz da Costa Martins
Universidade Federal do Amapá
aana.beatriz971@gmail.com

Jefeson Caldas dos Santos
Universidade Federal do Amapá
jefesoncaldas@gmail.com

David Junior de Souza Silva
Universidade Federal do Amapá
davi_rosendo@live.com

Resumo: As contemporâneas comunidades quilombolas no Amapá estão localizadas em três regiões distintas: uma no município de Mazagão, outra no município de Macapá, e outra ao norte, abrangendo os municípios de Calçoene e Oiapoque. A formação e a disposição espacial contemporânea das comunidades demanda uma explicação de sua história, relacionada com as condições específicas da colonização, a escravidão, o tráfico de escravos e a exploração de trabalho escravo na região. Esta pesquisa inquire sobre as razões sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais desta espacialização. Considerando a importância social, política e cultural das comunidades quilombolas para o estado do Amapá, bem como sua expressividade populacional, o conhecimento científico de sua formação é fundamental para o ensino/aprendizagem sobre a história e formação sócio-cultural do estado, bem como para embasar as pesquisas sobre a realidade contemporânea do estado. O objetivo principal é a compreensão do processo formação histórica das contemporâneas comunidades quilombolas do Amapá, o que inclui a explicação das razões para a disposição socioespacial destas comunidades ao longo do território do estado. Tal objetivo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: Sobre o tráfico de africanos escravizados, a identificação dos pontos de chegada e de comércio de africanos escravizados no território do estado. Sobre a exploração da força de trabalho dos africanos, identificação das regiões do estado onde esta força de trabalho foi explorada e em quais atividades. Interpretação dos processos de resistência engendrados pelos africanos contra a escravização, identificando possíveis rotas de fuga e formação de mocambos. A metodologia utilizada será análise documental. As fontes utilizadas serão documentos sobre as origens históricas das comunidades quilombolas no Amapá, como os laudos antropológicos disponibilizados no INCRA, e documentos do Arquivo Público Estadual do Amapá, bem como outros documentos que venham a ser descobertos no trabalho de investigação. A pesquisa tem como marcos teóricos interpretativos a sociologia do espaço de Pierre Bourdieu e a sociologia histórica de Norbert Elias, combinadas para a compreensão da formação e espacialização das comunidades negras rurais no Amapá. Como instrumento de coleta de dados, a pesquisa se baseia em análise documental. Serão analisados documentos públicos, leis, contratos, livros e jornais da época.

Palavras-chave: Sociologia figuracional; Escravidão; Mocambos; Quilombos; Amapá.

GASTRONOMIA E TURISMO: ESTUDOS PREMILINARES EM REVISTAS CIENTÍFICAS QUALIS A1 A B2

Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves Martins
Universidade do Estado do Amazonas
camenezes@uea.edu.br

Resumo: O presente trabalho é resultado de um estudo realizado sobre o tema da Gastronomia em Revistas Científicas nacionais e internacionais, em suas bases de dados com *Qualis* entre A1, A2, B1 e B2. Foram analisadas 8 revistas no que tange a: identificação dos periódicos, assuntos relacionados, evolução temporal, principais palavras-chave e assuntos relacionados. Como metodologia utilizou-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de reunir as informações e dados que serviram de base para construir a investigação sobre Gastronomia, Produção Científica e Turismo. As revistas analisadas foram: Estudios Y Perspectivas em Turismo - Argentina, Pasos Turismo e Patrimonio Cultural - Espanha, Caderno de Turismo - COPPE/UFRJ-Brasil, Tourism & Management Studies - Portugal, Cuadernos de Turismo – Espanha e as brasileiras Revista Brasileira de Turismo, Turismo em Análise – ECA/USP e Turismo Visão e Ação – UNIVALI. Após o levantamento verificou-se que em todas as revistas há a discussão sobre a Gastronomia relacionado com vários segmentos como: Vinho, Segurança Alimentar, Organização de Empreendimentos Gastronômicos, Experiência, Cultura e Inovação, este último aparecendo como uma alternativa para a diversificação dos produtos turísticos locais. As revistas que mais tem publicações são: Pasos Turismo Y Patrimonio Cultural da Espanha que tem apenas 15 anos de existência, mas que já dedicou um número especial ao Turismo Gastronômico e tem um total de 67 artigos publicados. Em segundo lugar vem a Estudios Y Perspectivas em Turismo que é Argentina com 41 publicações ao longo de 27 anos de existência. No que tange a evolução temporal dos artigos abordando a gastronomia, temos um período de 1991 a 2018 sempre com algum trabalho publicado relacionado ao tema e que foi sendo aprimorado de acordo com as influências de moda, da ciência e do desenvolvimento do sentimento de pertencimento das localidades que aliaram a gastronomia com a atividade turística. Enriquecedora a pesquisa pois apresentou um panorama sobre o estado da arte sobre a Gastronomia e o Turismo e sua aproximação com o saber científico.

Palavras-chave: Gastronomia; Turismo; Produção Científica; Evolução.

A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE E A ATIVIDADE TURÍSTICA E A SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL - SOURE-PA.

Thiliane Regina Barbosa Meguis
UFPA/NAEA
thilly20@hotmail.com

Mirleide Char Bahia
UFPA/NAEA
mirleidebahia@gmail.com

Resumo: O objetivo principal desta pesquisa é analisar a interdependência entre os serviços de transporte e a atividade turística em Soure, e a sua influência no desenvolvimento local. De cunho qualitativo, esta pesquisa foi realizada com base em estudos exploratórios, por meio da combinação entre levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com observações sistemáticas e entrevistas semiestruturadas. Os entrevistados foram os moradores locais, os turistas, o poder público (SETUR - Secretaria de Turismo do Estado do Pará) e duas empresas privadas de transporte fluviomarítimo. As entrevistas aconteceram durante a viagem à Soure; na orla da cidade; e no desembarque nos portos da região, a disponibilidade dos entrevistados para conceder a entrevista foi requisito crucial para o desencadeamento do trabalho, sendo utilizado o critério de acessibilidade (VERGARA, 2005). A interligação do turismo com o transporte é inevitável e inseparável, pois a prática do turismo só acontece a partir do deslocamento, mas não qualquer deslocamento, e sim pelo provocado no processo de ação de uma viagem (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015), que por sua vez só é possível por meio dos serviços de transportes. O desenvolvimento local é entendido como um instrumento de legitimação, principalmente quando as iniciativas partem das comunidades e visam melhorias levando em consideração as especificidades locais, tornando-se um elemento de apoio aos esforços de democratização da sociedade (LIEDKE FILHO, 2005, p. 429). Evidenciou-se, portanto, a relação teórica entre o desenvolvimento dos transportes e do turismo, além de ter sido enfatizado que o transporte é um componente fundamental para o deslocamento, se constituindo como elemento necessário para o desenvolvimento da prática do turismo. Na realidade de Soure, observou-se que o aumento do fluxo turístico, assim como a qualidade da experiência dos potenciais visitantes para a região, esbarram na melhoria do principal serviço para o acesso, o transporte fluviomarítimo, assim como do principal ponto de entrada, o porto de embarque e desembarque de Soure. O reduzido número de viagens de lanchas, navios e balsas, somados à infraestrutura precária dos trapiches de embarque e desembarque de Salvaterra e de Soure, não possibilitam, em médio prazo, o deslocamento da população com segurança, conforto e qualidade, bem como o desenvolvimento local da região com relação ao turismo.

Palavras-chave: Turismo; Transporte; Desenvolvimento Local; Interdependência.

ESTUDO INTERDISCIPLINAR DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO A PARTIR DA CRÍTICA DA ECONOMIA E ECOLOGIA POLÍTICA REGIONAL E DO DESENVOLVIMENTO

Mateus Miranda
História/ UFPA
mateusmiranda1997@gmail.com

Leidiane Lima
Agronomia/UFRA
lleidi.lima10@gmil.com

Gilson Costa
Cientista Social/ICSA/UFPA
gilsoncosta@ufpa.br

Resumo: Introdução – Há décadas as interpretações do agrário regional, entorno do campesinato, sistemas produtivos, relações ecológicas, organização social, participação política, estrutura econômica, etc., se desdobraram em projetos econômicos, sociais, e políticos efetivos – em termos de políticas públicas por parte do Estado. Seguem vivos ou foram retomados sob distintos governos na Amazônia. Do ponto de vista histórico, teórico, político, econômico, ecológico e metodológico, merecem estudos e reflexões sobre suas dinâmicas, efeitos e desdobramentos sobre a região, território e seus povos tradicionais. **Objetivos** - realizar análise teórica crítica, do ponto de vista da Economia e Ecologia Política do Agrário Amazônico. **Métodos e técnicas** - A pesquisa trabalha sob o método do materialismo sistêmico, uso de técnicas de estudos bibliográficos dos principais autores da temática, e referências empíricas vinda das pesquisas de campo do grupo Natureza, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia – NADESA. **Resultados**– Os contrapontos teóricos críticos das visões e conhecimentos agrônômicos, ecológicos, sociológicos, políticos e econômicos que se desenvolveram na Amazônia, centralmente, na economia e ecologia política do agrário, apontam para a permanência e complexificação dos sistemas de produção do campesinato regional. Em linha geral, essa noção é bastante difundida e corroborada por pesquisadores mais ligados às perspectivas chayanoviana. Entretanto, as pesquisas recentes de campo do NADESA, apontam o declínio do campesinato e seus sistemas complexos de produção, sustentáculos agroecológicos e agroecossistêmicos amazônicos de outrora. A complexificação vêm perdendo força entre os camponeses, seus agroecossistemas estão cada vez mais homogeneizados no estuário amazônico, dada a produção intensificada da economia açáifera. Esta última caracterização sobre as dinâmicas do agrário amazônico, particularmente dos sistemas camponeses em declínio é mais adotada por pesquisadores e grupos ligados à perspectiva marxista. **Conclusão** – Observamos que o campesinato regional, mesmo buscando complexificação dos sistemas de produção, não alcança um grau relativo e significativo de produção e estabilização que possa fazer frente à dinâmica negativa, destrutiva, que simplifica os ecossistemas, homogeneiza as culturas, e seus sistemas complexo de outrora, pela imposição do modo de produção capitalista – tanto na esfera socioeconômica, como político-institucional e ecológico-ambiental o campesinato tradicional desaparece na Amazônia.

Palavras-chave: Campesinato; Agrário regional; Economia política; Ecologia política.

PLANEJAMENTO URBANO, POLÍTICA HABITACIONAL E DIREITO A CIDADES SUSTENTÁVEIS: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Alef Monteiro
NAEA/UFPA
alefmonteiro1@gmail.com

Simaia do Socorro Sales das Mercês
NAEA/UFPA
simrcs@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho sintetiza os resultados da pesquisa de iniciação científica realizada entre os meses de abril e agosto de 2018 cujo objetivo foi analisar a relação entre o planejamento urbano e a política habitacional desenvolvida em Belém do Pará, no tocante à sustentabilidade socioambiental na perspectiva do direito a cidades sustentáveis, na última década. A pesquisa teve abordagem qualitativa, dividida em três etapas: revisão bibliográfica e documental; pesquisa de campo com entrevistas individuais semiestruturadas e observação in loco; análise e interpretação dos dados e informações coletados na pesquisa de campo. O objeto empírico selecionado para estudo foi a intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Comunidade Fé em Deus, município de Belém, núcleo da Região Metropolitana de Belém. Os resultados apontam que os princípios e diretrizes do Plano Diretor Municipal (PDM) de Belém condizem com o direito a cidades sustentáveis, porém, a inexistência de metas quantitativas, cronológica e orçamentariamente mensuráveis torna-o inócuo para a viabilização eficaz deste ideal de sustentabilidade socioambiental. A política executada na Comunidade Fé em Deus confere com os princípios e diretrizes que constam no PDM, porém, por causa de limitações do PAC e do próprio projeto desenvolvido para a localidade, mesmo que implementada completamente, a política não seria suficiente para a promoção plena da sustentabilidade urbana da comunidade e, como agravante, falhas de processos comprometeram a eficácia de suas metas.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Política habitacional; Direito a cidades sustentáveis; Belém do Pará.

O SABER- FAZER FEMININO AMAZÔNIDA NA PESCA ARTESANAL DE ARRASTO DE CAMARÃO COMO PRÁTICA SUSTENTÁVEL NO SALGADO PARAENSE

Lorena Carolina Marques Monteiro
UFPA
lorenacs199710@gmail.com

Flávio Henrique Souza Lobato
UFPA
flaviohslobato@gmail.com

Voyner Ravena-Cañete
UFPA
ravenacanete@gmail.com

Resumo: Interpretar o papel feminino na complexa sociedade amazônica requer, de antemão, alcançar conhecimentos acerca de suas narrativas, compreender suas identificações, analisar suas coletividades e, especialmente na conjuntura hodierna, entender suas ocupações e papéis sociais. De posse destas concepções, este trabalho de caráter socioantropológico – realizado em parceria com a Food and Agriculture Organization (FAO) –, focalizou suas análises na participação feminina na pesca de camarão artesanal, com rede de arrasto, na Microrregião do Salgado Paraense. Com base nas pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, evidenciou-se que as pescadoras possuem uma forte relação com o seu desempenho político-social, rompendo com os padrões que estabelecem a pesca enquanto praxe masculina e garantindo a sustentabilidade ambiental do meio natural por meio da conservação da ictiofauna durante a realização dessa categoria de pesca. O discurso das mulheres em relação à Fauna acompanhante – definida como organismos capturados de forma acidental juntamente com as pescas das capturas-alvo –, revela que elas possuem um cuidado essencial com a variedade de filhotes de peixes e de arraias, descartando-os o mais rápido possível na maré para evitar um grande número de mortes das espécies, a fim de que possam crescer e adquirir biomassa. Ademais, evidenciou entre as pescadoras a prática de deixar a água do rio turva com a utilização da areia para que os peixes pequenos se dispersem dos locais onde os arrastos serão realizados. Esse zelo pelo bioma tropical característico da Amazônia, realizado de maneira biossistemática, é uma configuração de valores que envolvem o Desenvolvimento Sustentável e, nesse universo, valores capazes de produzir produtos consistentes na emancipação feminina. Assim, a mulher pescadora de camarão paraense é percebida como símbolo da resistência e como mantenedora de ambientes ecologicamente equilibrados.

Palavras-chave: Saber-fazer feminino; Pesca; Sustentabilidade; Salgado paraense.

MMNEPA E O DESENVOLVIMENTO RURAL: A RESISTÊNCIA ATRAVÉS DO MOVIMENTO DE MULHERES

Nádia Marília Aleixo Monteiro
UEPA
nadiamarilia20@gmail.com

Luzia Camila Silva dos Santos
UEPA
luziacamila67@gmail.com

Raimundo Miguel dos Reis Pereira
UEPA
rmp.pereira@gmail.com

Resumo: O presente trabalho vem fazer uma abordagem inicial a respeito do desenvolvimento da organização MMNEPA (Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense) que ressalta a luta pela igualdade de gênero que partir dos programas de desenvolvimento sustentável e justiça social, passam a auxiliar no processo de autonomia de grupos de mulheres advindas do campo. O objetivo é analisar o que o repertório do MMNEPA, por meio de seu protagonismo, tem a revelar sobre o tema do desenvolvimento rural na Amazônia, verificando as possíveis mudanças na vida das mulheres que se inserem no contexto do movimento. Desse modo, a pesquisa vem com intuito de questionar o que a luta e o protagonismo pelo trabalho dessas mulheres têm a mostrar frente a manobras capitalistas, que gera concentração de renda no campo, extermínio da biodiversidade e exclusão social (SILIPRANDI, 2015). O referencial teórico é fundamentado em obras voltadas para a teoria feminista, debate sobre protagonismo feminino no campo, desenvolvimento rural clássicos e pensadores latino americanos. O *Locus* de pesquisa será movimento MMNEPA que cobre 14 cidades do nordeste paraense, é possui mais de 20 anos, e o trabalho se centra nas lideranças. Reconhecendo essas manobras de dominação, o movimento promove projetos, reuniões, congressos e manifestações de intervenção, assim as agricultoras passam por um processo de aperfeiçoamento político e econômico. Pensando a partir do desenvolvimento rural, é necessário que se considere o gênero para refletir sobre as desigualdades presentes, como a discussão do direito à terra (BUTTO, 2010). Com isso Garantir esse desenvolvimento, não significa aliar-se a hierarquias econômicas, mas garantir a igualdade, pois entende-se que essas agricultoras participam de resistência contra imposições históricas, e hierarquização de saberes (LUGONES, 2014). Através dos projetos e experiências vivenciadas dentro do MMNEPA, é possível levar suas ações a uma visão que sugere o embate contra um sistema colonial de gênero, pois resistem através de suas produções, em contraposição do agronegócio, demarcação da modernidade. A presença da mulher no espaço de produção agrícola ainda é resultado embrionário, visto de forma isolada. A partir do movimento, da crescente mobilização é que se tem buscado uma nova dimensão Dessa maneira o movimento consolida os saberes produzidos por mulheres trabalhadoras rurais, estabelecendo trocas que de tal maneira resistem a toda e qualquer forma de opressão.

Palavras-chave: Protagonismo de mulheres; Desenvolvimento rural; Movimento social.

VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO DE SUBPRODUTOS DO MEL NA VILA DE ALTER DO CHÃO, PARÁ

Ádria Fernanda Ferreira de Moraes
UFOPA
adriafernandaferreira@gmail.com

Adcléia Pereira Pires
UFOPA
piresadcleia@gmail.com

Aline Pacheco
UFOPA
alinepacheco@outlook.com

Resumo: A meliponicultura tem se mostrado como uma atividade agropecuária de ímpar relevância no cenário nacional, uma vez que, é uma atividade crescente. Os produtos e subprodutos oriundos desta atividade tem sido explorados massivamente nos últimos anos, por ser um alimento de alto valor nutritivo, possuir substâncias com poder antioxidante e antimicrobiano. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo identificar e avaliar a viabilidade da comercialização de produtos e subprodutos meliponícolas na vila de Alter do Chão, Santarém, Estado do Pará. A vila é um ponto turístico, apreciada mundialmente pela exuberância das paisagens e praias, permitindo atrair turistas em todas as épocas do ano, especialmente nos meses de julho a janeiro, além de ser importante para promoção de serviços e desenvolvimento econômico da região. Para isso, foram levantados os custos operacionais da atividade com mão de obra, aquisição do material e beneficiamento do mel e insumos, para confecção dos subprodutos (Molho de pimenta com mel, molho verde com mel, molho verde, pão de mel e mel *in natura*), além de outras despesas. O valor investido para a mão de obra e beneficiamento do produto foi de R\$ 188 reais, para aquisição do mel foi necessário R\$ 90 reais em 3 litros de mel, considerando uma média de produção de 36 vidros de molho de pimenta com mel de 60ml, 40 pães de mel de 50g, 15 frascos de molho verde com mel de 60ml e dois vidros de mel *in natura* de 200ml. Os produtos foram comercializados por um grupo de estudantes com valor simbólico de R\$10,00 reais para o molho de pimenta com mel, R\$ 8,00 reais para o molho verde com mel, R\$ 5,00 reais o pão de mel e R\$ 20,00 reais o mel *in natura*, totalizando uma receita bruta de R\$ 432,00 reais e um lucro de 52,5% das vendas. Diante disso conclui-se que a atividade meliponícola e a apreciação principalmente dos turistas na vila de Alter do Chão é uma atividade economicamente viável, mesmo sendo uma especiaria inovadora na região, mostrou-se uma alternativa de renda, além de valorizar o trabalho dos meliponicultores regionais ainda enaltece a importância das abelhas como provedoras de alimento.

Palavras-chave: Meliponicultura; Custo de produção; Socioeconômico.

IMPORTÂNCIA DOS AGENTES POLINIZADORES PARA MANUTENÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO CENÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Ádria Fernanda Ferreira de Moraes
UFOPA
adriafernandaferreira@gmail.com

Adcléia Pereira Pires
UFOPA
piresadcleia@gmail.com

Aline Pacheco
UFOPA
alinepacheco@outlook.com

Resumo: A agricultura familiar é uma atividade primária de suma importância, gera emprego, proporciona produção de alimentos, além de ser primordial ao desenvolvimento socioeconômico e promoção da sustentabilidade. O objetivo do trabalho foi apresentar aos produtores rurais da agricultura familiar do Planalto Santareno e Belterra, o papel de polinização das abelhas para manutenção da produção frutífera relacionados à consequência dos serviços ecossistêmicos realizado pelas abelhas em busca do pólen e néctar, realiza a polinização de forma involuntária. Neste sentido, a ação extensionista foi realizada em segmento de mata fragmentada de 17 ha no município de Belterra, as atividades foram voltadas ao incentivo a criação racional de abelhas sem ferrão em quintais agroflorestais que produzem frutos orgânicos (cítricos), essa atividade foi realizada por meio de uma roda de conversa com os produtores familiares, técnicos, profissionais de pesquisa da Embrapa oriental e Emater, professores e acadêmicos da Universidade Federal do Oeste do Pará. Destacou-se a importância do pasto meliponícola de preferência das abelhas e produção de mel, o ciclo de reprodução dos frutos que envolvem a relação entre fauna e flora, além de ser relatado por cada produtor suas experiências de anos exercendo a meliponicultura e apresentação das espécies criadas racionalmente: Jandaíra (*Melipona melanoventer*), Jatai (*Tetragonisca angustula*), Canudo (*Scaptotrigona sp*), Cacho de Uva (*Friseomelitta varia*) e Pinto Caído (*Scaptotrigona sp3*). Portanto, faz-se necessária a conscientização do produtor rural em integração as atividades de campo e extensão, para que seja preservado a criação crescente de abelhas como provedoras de subsídios para a manutenção do meio ambiente.

Palavras-chave: Meliponicultura; Extensão rural; Socioeconômico.

ENTRE MANGUE, TERRA E MAR: O SABOR DA RESEX MOCAPAJUBA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA

Ana Paula Morais
UFPA
Paulamelmor@hotmail.com

Lorena Carolina Monteiro
UFPA
Loomonts199710@gmail.com

Flávio Henrique Lobato
UUFPA
Flaviolobato@hotmail.com

Voyner Cañete
UFPA
ravenacanete@gmail.com

Resumo: O município de São Caetano de Odivelas comporta em sua extensão territorial a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba (RESEX-Mar), que é fortemente marcada por atividades ligadas à pesca, à roça, à mariscagem e à coleta de crustáceos. As práticas cotidianas de mulheres e de homens que nessa ambiência (sobre)vivem estão diretamente atreladas à terra, às florestas, às águas e aos mangues, assim a sua cultura é expressa por uma dinamicidade de saberes, de fazeres e de identidades ligadas à natureza. Este trabalho buscou retratar a culinária de comunidades da RESEX-Mar enquanto fruto do conhecimento e das relações entre natureza e cultura nas localidades de Alto Camapú e Camapú Miri. A incursão metodológica percorrida se estabeleceu a partir de uma abordagem qualitativa. De caráter exploratório e descritivo, o estudo foi conformado por pesquisas bibliográficas e de campo, fazendo a adoção de diferentes instrumentos de coleta, a saber: observações e conversas informais; aplicação de questionários e entrevistas; preparo das receitas pelas cozinheiras; e registros fotográficos, que contribuiriam de maneira profícua para a obtenção de dados acerca das tradições culinárias dessa região pesqueira, bem como da diversidade sociocultural das comunidades. Os resultados alcançados, em diálogo com os referenciais da Antropologia da alimentação, permitem compreender que o conhecimento identitário da população das comunidades estudadas se materializa também na forma de seus hábitos alimentares. No cotidiano das comunidades, notou-se que as cozinheiras, com base nas suas práticas sociais – que são reflexos de seus modos de vida –, são também as responsáveis pelo manejo dos recursos naturais, dado que eles figuram as suas fontes de alimentação.

Palavras-chave: Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba; São Caetano de Odivelas-PA; Antropologia da Alimentação; Culinária.

O CARIMBÓ, DANÇANDO NO RITMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À CULTURA E AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL EM BELÉM - PARÁ.

Ana Paula Morais
UFPA
Paulamelmor@hotmail.com

Silvio Figueiredo
NAEA - UFPA
silviolimafigueiredo@gmail.com

Eliana Bogeia
NAEA - UFPA
eliana.bogeia@gmail.com

Resumo: A inter-relação que ocorre entre as atividades referentes ao turismo e suas práticas culturais com o patrimônio histórico-cultural frequentemente é percebida por meio de estudos que dizem respeito ao turismo cultural, bem como sobre os impactos do turismo na cultura e no cotidiano das comunidades que recebem turistas e visitantes em geral. Estes estudos fazem referência às relações entre cultura e mercado, além das investigações sobre a definição, atualização e uso do patrimônio cultural de grupos que operam o receptivo no turismo. Nesse sentido, o Estado do Pará tem potencial para melhor desenvolver a atividade turística, contudo atinge uma parcela consideravelmente pequena deste potencial, na qual as ações para o desenvolvimento do turismo acabam restringindo-se e pouco se conectando, visto que há uma deficiência no setor de políticas públicas, o qual poderia fomentar a atividade na região. Desse modo, o presente trabalho tem o objetivo de identificar os processos de patrimonialização da cultura na cidade de Belém do Pará, compreendendo o campo de formação, definição e representação do patrimônio, as referências que o define e a relação com o mercado, a partir da incorporação desse patrimônio a roteiros e produtos do turismo cultural. Para contribuir com esta vertente, este estudo objetiva ainda identificar as políticas públicas de cultura e patrimônio que se relacionam com grupos tradicionais de carimbó, dança, ritmo e música paraense, identificando suas ocorrências e elaborando cartografia destes. Com efeito, o processo metodológico utilizado para auxiliar no alcance dos resultados foram pesquisa bibliográfica e documental, pesquisas descritivo-explicativas, pesquisa de campo contendo entrevistas semiestruturadas, bem como elaboração do mapa social. Tais elementos fizeram-se responsáveis no entendimento de que o cenário do patrimônio cultural imaterial carimbó na região Norte especificamente em sua capital, precisa de uma atenção do âmbito municipal voltada à implementação de políticas que se utilizem da atividade turística recorrente em Belém, para o desenvolvimento do capital cultural. Nesse sentido apresentam-se aqui as dinâmicas de um grupo de carimbó, o Sancari, suas relações na cidade de Belém e as principais formas com as quais o grupo se relaciona ou é apoiado por políticas públicas específicas, e as dificuldades de acessá-la.

Palavras-chave: Turismo Cultural; Política Pública; Carimbó patrimônio cultural imaterial.

O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO E O RECONHECIMENTO DA PRÁTICA CULTURAL DO SOM AUTOMOTIVO

Vanessa Malheiro Morais
NAEA-UFPA
cartografiapatrimoniocultural@gmail.com

Resumo: Atualmente é representativo o número de patrimônios culturais imateriais registrados em níveis nacional e estadual pela nação brasileira, tanto quanto a nível internacional. Por outro lado, observa-se um movimento cultural, cuja a dinâmica é aberta e divergente, que agencia sua cultura e vem discutir e propor um espaço para sua representação o processo hodierno de patrimonialização. O estudo baseia-se na análise do projeto de lei referente a prática cultural do Som Automotivo. Entre os objetivos procuramos a compreensão e a relação dos processos patrimoniais na esfera municipal, estadual e federal por meio de um levantamento documental e bibliográfico. Ainda assim foi necessário um levantamento histórico do som automotivo com base em entrevistas, participação em eventos culturais e campeonatos automotivos. O objeto de pesquisa desloca uma visão institucionalizada de patrimônio cultural formada historicamente pelo processo patrimonial brasileiro. A reflexão engendra as fronteiras da interculturalidade proposta por Nestor Garcia Canclini com as noções de campo e agente de Pierre Bourdieu, a fim de suscitar os desafios da cultura e do patrimônio imaterial frente aos processos de globalização e as disputas por seu reconhecimento cultural. Atualmente os agentes identificados foram: as associações, empresas, lojas, produtores culturais, prestadores de serviço especializado, competidores, tribos urbanas e amadores do movimento, cuja rede social é formada por grupos sociais locais em Belém/PA, Imperatriz/MA, Maringá/SP- assim como nos estados do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná e mais 23 países.

Palavras-chave: Som Automotivo; Processos de Patrimonialização, Interculturalidade, Patrimônio Cultural Imaterial.

REALIDADE E PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE PRATICAM AGRICULTURA ITINERANTE NO MUNICÍPIO DE ACARÁ

Éberton da Costa Moreira
UFPA
costaeberton12@gmail.com

Heribert Schmitz
UFPA
heri@zedat.fu-berlin.de

Resumo: A mandioca é um dos principais alimentos das populações amazônicas urbanas e rurais, seja pela farinha ou pelos demais derivados produzidos na região. A produção dessa cultura, na Amazônia, envolve os métodos tradicionais da agricultura itinerante, marcada pela rotatividade dos cultivos. Uma área relativamente pequena é utilizada por um a dois anos e, em seguida, deixada em repouso (pousio) por alguns anos (KITAMURA, 1982; SCHMITZ, 2001). Para preparar a área recorre-se ao sistema do “corte e queima”, no qual a floresta, a capoeira ou uma vegetação mais baixa é derrubada e o material orgânico queimado quando seco. Essa prática, no entanto, é questionada, devido aos danos ambientais, como a emissão de gases-estufa e o desmatamento (HURTIENNE, 2004). Diante esses fatos, é importante compreender a realidade desses agricultores e conhecer as suas perspectivas para desenvolver práticas sustentáveis. O presente estudo tem como objetivos: descrever a agricultura itinerante na comunidade Nossa Senhora do Bom Remédio em Acará, Nordeste Paraense; identificar os sistemas de produção utilizados na comunidade; e, identificar e analisar os indicadores de fortalecimento ou enfraquecimento da prática do “corte e queima”, de acordo as estratégias dos agricultores em relação ao futuro do sistema. Os principais procedimentos metodológicos foram pesquisa bibliográfica e análise qualitativa dos dados coletados por meio de entrevista semiestruturada aplicada na comunidade. Os resultados preliminares indicam a coexistência de diversos sistemas de produção com dinâmicas produtivas particulares que se complementam para a composição da renda familiar, sendo o cultivo da mandioca o mais importante, ocupando os agricultores durante o ano todo, num ciclo que se inicia com a abertura das roças de agosto a outubro e se estende até que elas estejam prontas para a colheita, um ano após o plantio da maniva (ramagem aérea da planta da mandioca). Ao longo do ano, a mão de obra familiar é distribuída entre cuidar da roça e realizar outras atividades agrícolas como a manutenção dos açazais e das demais culturas perenes (cupuaçu e pupunha) em cultivos mistos. Apesar da diversidade, a agricultura itinerante na comunidade preserva práticas tradicionais e os moradores ainda não dispõem de técnicas alternativas e viáveis que poderiam oferecer uma perspectiva de mudança.

Palavras-chave: Agricultura itinerante; Produção de mandioca; Agricultura familiar.

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA: UMA ABORDAGEM DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Maycom Nascimento
Universidade do Estado do Pará
maycomuepa@gmail.com

Eduarda Carvalho
Universidade do Estado do Pará
eduardacanuto.ec@gmail.com

Sérgio Corrêa
Universidade do Estado do Pará
sergiormc2001@yahoo.com

Resumo: O presente trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida no período de março de 2016 a março de 2018 pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (Fapespa), intitulada: “Desenvolvimento Agroecológico e Educação do Campo na Amazônia: uma análise da experiência do MST sob o enfoque das Epistemologias do Sul”. A pesquisa teve como objeto de estudo a experiência de transição agroecológica que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem incorporando a sua agenda e implicações sobre a sua proposta de desenvolvimento rural e educação do campo. Tomamos a seguinte problemática: que papel e impacto a perspectiva e experiência da transição agroecológica do MST vem produzindo na sua proposta de educação do campo e desenvolvimento rural no âmbito da realidade dos assentamentos rurais, em particular, da Amazônia paraense? Como referencial teórico-metodológico, a pesquisa orientou-se nos estudos das Epistemologias do Sul, com ênfase na abordagem do cientista social Boaventura de Sousa Santos com foco em suas formulações teóricas e epistemológicas da Sociologia das Ausências, Sociologia das Emergências, Ecologia de Saberes e o Trabalho de Tradução (intercultural). Os resultados apontaram, com base nos caminhos percorridos, que a experiência de desenvolvimento rural agroecológico e de educação do campo do MST se posicionam num campo contra-hegemônico. Mais além de resistência, elas se inscrevem, nos termos de Carlos Walter Porto-Gonçalves “formas de re-existências (novas territorialidades) e assinalam narrativas e gramáticas do campo, da educação do campo e do desenvolvimento rural sob novos marcadores teóricos e epistemológicos críticos. Visto que, identificamos limites e problemas de ordem subjetiva e objetiva, de natureza interna e externa, que os assentamentos enfrentam para materializar e avançar em suas propostas e ações para o paradigma agroecológico. Identificamos que o debate da educação do campo com a inserção do tema sustentabilidade no repertório do MST, se coloca numa dimensão mais ampla, isto é, associado à questão da agenda da reforma agrária e de um projeto de nação de desenvolvimento, em particular o mundo rural amazônico, que envolve um conjunto de políticas públicas para a garantia de direitos e buscam ressignificar e reinventar a vida no campo e na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Transição Agroecológica; Educação do Campo; Amazônia.

NEOEXTRATIVISMO, BEM VIVER E SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA QUILOMBOLA E DE OUTRAS RACIONALIDADES DE CONSUMO ALIMENTAR NA AMAZÔNIA

Maycom Nascimento
Universidade do Estado do Pará
maycomuepa@gmail.com

Flavio Barros
Universidade do Estado do Pará
flaviobb@ufpa.br

Resumo: O estudo se inseriu na discussão da segurança e soberania alimentar e buscou no seu esforço analítico buscar tratar sobre a experiência de resistência contra-hegemônica em contexto de comunidades quilombolas na Amazônia, em particular, na Ilha do Marajó/Salvaterra no Estado do Pará (um dos sítios da pesquisa) que reforça a necessidade de superação dos atuais modelos de desenvolvimento no espaço rural na América Latina. A pesquisa se propôs mapear saberes e práticas alimentares nas comunidades quilombolas em contextos socioculturais distintos; refletir sobre as principais ameaças que atuam fragilizando os sistemas alimentares dos povos quilombolas na Amazônia Paraense; descrever os principais sistemas de produção das comunidades a partir de atividades como a agricultura, pesca, caça e extrativismo vegetal. Dando corpo a chamada pesquisa-ação, empregamos abordagem qualitativa e acionamos procedimentos metodológicos de observação direta e participante e de entrevistas semiabertas e estruturadas. Os dados apontam que há processos de desterritorialização em curso, capitaneados por indivíduos que se opõem aos movimentos quilombolas e pelo próprio Estado. Em geral, essas violações de direito estão associadas à expansão de criação de gado, ao uso extensivo de agrotóxicos para plantação de capim e arroz e a diferentes modos de apropriação de recursos naturais. Em comum, tem-se um cenário de reivindicação e resistência por regularização fundiária encampado pelas comunidades perante órgãos do Estado ou da União, no qual sustenta-se a necessidade de titulação territorial como meio de efetivação de direitos e de consecução do bem viver almejado. As estratégias adotadas pelos grupos acabam recuperando o que a literatura aponta como teorias pós e decoloniais e concretizando práticas reais de contra-hegemonia, que podem contribuir com o repertório de ações coletivas de outros povos e comunidades tradicionais da América Latina, especialmente em contextos políticos nacionais e regionais pós-democráticos.

Palavras-chave: Quilombos; Amazônia; Alimentação; Bem Viver.

IMPACTOS DE DESASTRES NATURAIS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA AMAZÔNIA

Alex Santiago Nina
UFPA
alex.0591@hotmail.com

Ivonês Damasceno Lobo
UFPA
Ivoneslobo08@gmail.com

Oriana Trindade de Almeida
UFPA
orianaalmeida@yahoo.com

Resumo: A Amazônia é uma das regiões mais pobres e com menores níveis educacionais do Brasil e, nos últimos anos, tem sido frequentemente atingida por desastres naturais como secas e inundações. Considerando a relação que estes fenômenos possuem com condições de vulnerabilidades socioeconômicas, levantou-se a hipótese de que a recorrência dos desastres naturais tem dificultado a redução da taxa de analfabetismo infantil. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo avaliar o impacto de desastres naturais ao avanço da educação infantil na Amazônia. A metodologia consistiu em uma análise de regressão, pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, entre a variação da taxa de alfabetização de crianças entre 11 e 14 anos e a ocorrência de desastres naturais nas microrregiões amazônicas, para o período de 2000 a 2010. Os resultados apontam que desastres naturais impediram, em média, a redução de 0,64% da taxa de analfabetismo para cada microrregião da Amazônia, chegando ao pico de 3% na microrregião de Boa Vista (RR). A literatura aponta, como principais consequências, a redução do percentual de matrículas infantis nas escolas ou, quando a criança não chega a sair da escola, ela passa a dividir seu tempo com um trabalho produtivo e submetida a condições de desnutrição, reduzindo a sua capacidade cognitiva e desempenho. No futuro, ela estará menos capacitada ao mercado de trabalho e mais vulnerável a permanecer sobre a condição de pobreza e exposição aos desastres naturais – caracterizando um ciclo vicioso. Tais resultados podem ter efeitos sinérgicos e de longo prazo significativos, contribuindo para perpetuação de um ciclo vicioso entre a ocorrência de desastres naturais e o não progresso de indicadores educacionais, dificultando o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Palavras-chave: Educação Infantil; Desastres Naturais; Amazônia; Desenvolvimento Sustentável.

DESMATAMENTO, DESASTRES NATURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

Alex Santiago Nina
UFPA
alex.0591@hotmail.com

Ivonês Damasceno Lobo
UEPA
Ivoneslobo08@gmail.com

Oriana Trindade de Almeida
UFPA
orianaalmeida@yahoo.com

Resumo: O desmatamento na Amazônia é um problema de interesse global e amplamente estudado, embora ainda se tenha poucos trabalhos que abordem a interação dele com desastres naturais, fenômenos que estão se tornando cada vez mais frequentes e intensos na região. Desta forma, este estudo tem como objetivo avaliar o impacto de desastres naturais ao desmatamento na Amazônia. Para isto, foi feito uma análise de regressão, pelo Método dos Mínimos Quadrados com Heterocedasticidade Corrigida, entre a taxa de desmatamento e a ocorrência de desastres naturais nos estados amazônicos, para o período de 2003 a 2015. A pesquisa mostrou que desastres naturais acentuam o desmatamento nos estados da Amazônia, de modo que, em média, a ocorrência de um desastre por município aumentaria em 0,05% o desmatamento. Tal impacto é estatisticamente significativo, mesmo considerando outras variáveis com relevância já documentada na literatura, como: as peculiaridades de cada estado, em particular os que possuem território no chamado “arco do desmatamento”; as políticas públicas implementadas nos anos de 2004 (Plano de Ação Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm) e 2008 (lista dos municípios prioritários para ação de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento ilegal). Por fim, os impactos encontrados por este estudo podem ainda ser maiores, uma vez que, na Amazônia, desastres como secas e inundações tendem a possuir uma relação de feedback positivo - contribuem e se intensificam - com o desmatamento.

Palavras-chave: Desmatamento; Desastres Naturais; Amazônia; Políticas Públicas.

ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL: UMA ABORDAGEM ECONÔMICO-FILOSÓFICA

Álvaro Marcelino Nunes
UFPA
marcelinonunes17@gmail.com

Líbia Thaís Batista Wanzeler
UFPA
thaiiswanzeler@gmail.com

Valcir Bispo Santos
UFPA
valcirsantos@uol.com.br

Resumo: A garantia de uma sociedade justa e com equidade não nasce de uma mera cosmovisão humanizada, mas de uma articulação responsiva e harmônica da economia com os anseios reais dos cidadãos. Pois o que somos reflete no que desejamos para a coletividade, em geral. Assim, é necessário que haja uma qualidade valorativa que seja capaz de fornecer aos processos econômicos uma estrutura de capital intelectual oriundo das múltiplas relações sociais que se desenvolvem em toda a extensão social e cultural de uma nação. Com efeito, a Economia Criativa adquire neste cenário de completa obscuridade antropológica um papel amplamente significativo na condução de um desenvolvimento econômico e social que tenha uma singularidade fortemente concatenada com a condição humana pós-moderna. Ratificamos então que o desenvolvimento econômico tem uma relação com a acumulação de capital e com o grau de inovações técnicas de uma dada segmentação produtiva. Todavia, se tal desenvolvimento ficar só nessa linha motivadora, passamos a criar a longo prazo uma série de carências coletivas que vão ocasionar resultados negativos nos indicadores sociais. É por isso que o correto é olharmos toda essa construção econômica - de variação do PIB, sobretudo - a partir de um paralelismo social (desenvolvimento socioeconômico). Com efeito, os abalos econômicos vislumbrados nas medidas econômicas causam uma mutação comportamental bastante veemente de criatividade. Por outro lado, quando os indicadores sociais se situam numa dimensão quantitativa acima do esperado ou do anteriormente observado, isso levar a um otimismo generalizado, principalmente por parte dos “donos do poder”. Em que os mesmos começam a fazer uma série de considerações partidárias, e fazem de uma ínfima variação de um dado indicador econômico uma “festa” para dizer que a austeridade econômica sempre vence no final. Foi o que ocorreu este ano no Brasil, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o valor do PIB oficial do ano de 2017, que “cresceu 1,0% em relação a 2016, após duas quedas consecutivas, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016”. O que se pretende dizer a partir do vinculado sobre o valor do PIB de 2017, é que a nossa maneira de olhar a sociedade depende da maneira como a economia desta mesma sociedade estar situada num determinado tempo histórico. Considerando a época na qual vivemos no Brasil que requer um esforço enorme do cidadão para sobreviver; passamos a então compreender a capacidade tão aguçada do brasileiro em criar improvisos em dias que não são os melhores no que refere a garantia de emprego e renda pelo Poder Público e pelos outros setores empregatícios. Com isso, adquirimos uma certeza de que a formação histórica do Brasil tem um papel proeminente na existência no brasileiro de uma criatividade exponencialmente forte e capaz de potencializar o setor de Economia Criativa no país. Efetivamente, a historicidade do povo brasileiro

carrega consigo um arcabouço significativo de valores sociais e morais que acabam determinando a longo prazo uma consciência social nas relações sociais naturais e efetivas; desenvolvidas desde as camadas sociais menos expressivas, no que refere ao poder econômico, até as reduzidas parcelas de cidadãos que têm um poder aquisitivo grande e que agrega também uma grande chance de influência nas decisões políticas da nação. Com efeito, somos um movimento histórico que se constrói na busca de compreender o presente na direção de novas e congruentes possibilidades sociais de interação mútua. Logo, é notório estabelecer uma objetividade cabível de ponderação: a criatividade pode ser uma excelente alternativa de geração de renda quando os convencionais sistemas empregatícios não estão numa fase boa para empregar (recessão)? Nesse sentido, a Economia Criativa cria um ambiente em que o indivíduo se sente parte do escopo econômico orientado pela Política nas suas diversas metodologias de desenvolvimento e crescimento econômico; pois a criatividade, o talento e a habilidade individual são os seus principais instrumentos de medição e realização em toda e qualquer conjuntura democrática; considerando também nesse processo analítico, a dimensão simbólica (ou cultural) e intangível contida nos processos criativos, que é mais um desafio para a forma como a Economia tradicionalmente avalia os processos econômicos, mais pautado pelo tangível ou “concreto”. Assim, na busca de construir uma análise econômico-filosófica da Economia Criativa ao gerar desenvolvimento econômico e social para a sociedade brasileira, estruturou-se o artigo em três partes independentes e harmônicas entre si: primeiramente, uma discussão do conceito de Arte e Subjetividade Humana nos pensamentos dos filósofos Georg Wilhelm Friedrich Hegel (alemão) e Jean-Paul Charles Aymard Sartre (francês); segundo, relacionar a tendência humana criativa com o desenvolvimento socioeconômico; e terceiro, identificar quais as principais ações que o Estado precisa desenvolver para alavancar o potencial da Economia Criativa como promotora efetiva de melhorias nos indicadores sociais e econômicos da República Federativa do Brasil. Valendo-se para isso de pesquisas bibliográfica e documental para identificar os fundamentos transversais da Economia Criativa dentro do contexto político-administrativo do Estado brasileiro. E para tal condição metodológica, a natureza do escopo teórico é qualitativa, assim, os dois filósofos utilizados na abordagem argumentativa do tema conseguem dar uma dimensão referencial bastante representativa da consistência geral da problemática, ou seja, constituem o espaço indutivo dos objetivos. Pois a construção de uma “arte engajada”, como salienta Sartre, não é uma anomia, tampouco uma anarquia para a sociedade. Mas expressa o quão necessário é ter nas relações sociais a existência de um forte e robusto capital social; para que haja uma permanência efetiva de políticas públicas que sejam notórias na garantia de um desenvolvimento socioeconômico eficaz, eficiente e de qualidade. Nessa perspectiva, o desafio que hoje se lança como preponderante no Brasil é justamente o desafio de incentivar a construção de uma cultura política que seja capaz de refletir uma consciência social que possa ter o poder de emancipar o brasileiro daquela velha e tão pejorativa expressão ouvida e até conhecida desde os rincões do Brasil até as mais sofisticadas agruras da Justiça Mundial: “jeitinho brasileiro”. Pois sem uma consciência social nos fundamentos éticos e filosóficos da Estética (tão bem explicado no pensamento de Sartre), toda e qualquer criatividade só serve mesmo para ser insumo para a Indústria Cultural. Dentro disso, para que haja um impacto significativo dos bens e serviços criativos sobre a estrutura econômico-social do Brasil, será necessário que a tão graciosa criatividade dos cidadãos brasileiros seja concatenada com os ideais da justiça social; ou seja, é preciso viver a criatividade como um caminho possível para a valorização mais ainda da dignidade da pessoa humana. Com isso, a Economia Criativa consegue ter um espaço em tal discurso da justiça social no campo econômico, pois a mesma é repleta de uma subjetividade que não nasce de um trivial processo cultural com a efervescência da acumulação de capital, mas agrega com veemência heroica a historicidade do Homem. Fato esse que na filosofia hegeliana é uma explosão quase que completa da nossa maior perspectiva existencial: conhecer nossa realidade e ir construindo aos poucos ou

exponencialmente a sociedade com equidade e, sobretudo, com inclusão. Em termos gerais, o desenvolvimento endógeno não é um recurso cínico da Economia Regional para ampliar a impossibilidade de haver complementariedade das diferenças regionais, mas é a garantia para que haja a consistência institucional da Economia Criativa; e de qualquer outra prerrogativa teórica das Ciências Econômicas. Conseqüentemente, precisa-se então pensar a política cultural dentro de uma dimensão engajada de construções simbólicas ligadas diretamente com a metafísica regional. Pois a veracidade do desenvolvimento endógeno é notória quando os atores sociais estão cientes da prerrogativa central de toda e qualquer política pública que tem de fato um interesse público: bem comum. Nesse sentido, a Economia Criativa (EC) pode ser uma grande saída aos grupos sociais marginalizados do “bolo econômico”, pois por meio da mesma é possível gerar renda em tempo de caos econômico; além disso, a EC tem uma forte relação com as relações sociais nascidas mediante a preponderância das nuances sociológicas do Capital Social. E essa característica da EC de promover a inclusão social, efetivamente, é uma consequência bastante louvável; pois pela situação tão “concentrada” que vive a riqueza gerada no Brasil, ter uma dinâmica econômica que preza pela diversidade cultural traduz o sonho de Furtado. Nessa perspectiva, cabe mencionar o papel que a Criatividade (e a cultura) adquirem na visão de desenvolvimento de Celso Furtado, sobretudo após a autocrítica que o próprio Furtado realizou em relação à sua visão desenvolvimentista. Pois diante da condição de que o Brasil tem múltiplas manifestações culturais e entroncamentos de etnias diversas, é muito difícil propor uma metodologia de desenvolvimento linear que consiga agregar a multiplicidade valorativa e social da nação. E é por esse motivo que se analisa o quão significativo a Economia Criativa é para o desenvolvimento socioeconômico no Brasil. Mas como já foi explicitado, é necessário que se enxerte nas raízes conceituais da mesma o caráter endógeno de influência territorial e o caráter de engajamento artístico-histórico diante de todo e qualquer instrumento cultural de fomento alavancado pelo Estado. Logo, pode ser que a gente não tenha mais o passo para frente da valsa brasileira do “milagrinho” nascido nos escombros do início da primeira década do século XXI; todavia, nossa criatividade e criticidade tem o poder de nos tornar um modelo de desenvolvimento social e econômico que seja firme nos direitos e garantias fundamentais de cada cidadão brasileiro.

Palavras-chave: Criatividade; Subjetividade; Diversidade; Arte.

TURISMO CULTURAL E PATRIMONIALIZAÇÃO: CAMPO DE RELAÇÕES, REFERÊNCIAS CULTURAIS E GESTÃO PARA A VISITAÇÃO

Jonathan Rodrigues Nunes
UFPA
Jonathanrodrigues58@hotmail.com

Silvio José de Lima Figueiredo
UFPA
silviolimafigueiredo@gmail.com

Resumo: O Estádio Olímpico do Pará Edgar Proença (EOP) inaugurado no ano de 1978, projeto este configurado pelo então Governador Alacid Nunes. Sua estrutura foi pensada e desenhada pelo arquiteto Alcir Meira, e sua estrutura física consistia da metade do atual, devido ao corte de gastos feitos na época. No ano de 2001 o estádio então Estádio Estadual Governador Alacid Nunes foi fechado para reforma, após um ano fechado, no dia dois de maio de 2002 o estádio foi reinaugurado com uma pista olímpica e espaços para prática de esportes. Em sua reinauguração o estádio passou a se chamar Estádio Olímpico do Pará Edgar Proença, nome de um grande radialista e narrador paraense. Este estudo faz uma avaliação de como o Estádio Olímpico do Pará Edgar Proença (Mangueirão) se caracteriza como patrimônio cultural do estado. A pesquisa ora apresentada possui a metodologia estruturada em pesquisas bibliográficas com base nas discussões em torno de categorias como: turismo, turismo cultural, patrimônio e patrimônio cultural, a aplicação de cem (100) questionários, estruturados em perguntas abertas e fechadas, aplicados em dias de jogos no estádio. Como teoria de base analítica utilizaram-se os autores Murta e Albano (2002), Gonçalves (2015), Fonseca (2001) e Damatta (1984), os quais estabelecem uma correlação entre o patrimônio e sua interpretação, perpassando por diversas etapas de apropriação do espaço pelo povo. A pesquisa se justifica por seu teor informacional e científico, já que o estádio possui algumas publicações sobre sua utilidade como equipamento de lazer, todavia há poucas publicações sobre a visão da comunidade sobre o patrimônio Mangueirão. Deste modo foi possível verificar como resultados que o Mangueirão se caracteriza como um atrativo turístico e cultural e atribuem esta importância a construção do esporte paraense, principalmente por ser o palco de grandes jogos e pela memória de grandes eventos culturais que fizeram não somente parte da memória afetiva das pessoas como do próprio estado.

Palavras-chave: Estádio Olímpico do Pará; Patrimônio; Turismo.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS NO USO DA TERRA: DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA UTINGA-AÇÚ, BARCARENA - PA

Carolina Furtado Oliveira
UFPA - INEAF
Furtado2015geo@gmail.com

Livia Navegantes Alves
UFPA - INEAF

Resumo: Barcarena é um dos municípios que integra a região do Delta e Estuário Amazônico, essa diversidade ambiental do município vem sendo impactada pelos empreendimentos impulsionados pelo agronegócio, já que a região do delta amazônico é uma das principais rotas para o escoamento de *commodities* (Soja), além das *commodities* minerais. Partindo dessa realidade o estudo tem como objetivo compreender a partir de narrativas de ribeirinhos-camponeses o processo de ocupação e uso da terra no Assentamento Agroextrativista (PAE) Utinga-Açú no Município de Barcarena nos períodos de 1985 a 2015. O Assentamento Agroextrativista Utinga-Açú está localizado na Ilha de Trambioca no Município de Barcarena - PA. Criado em 2008, é formado por 120 famílias. Compreender essas transformações exige um olhar atento das dinâmicas territoriais implementadas no projeto de assentamento, nesse contexto de avanço das *commodities*. Vale destacar que apesar de se tratar de uma ilha, a terra firme exerce forte influência na dinâmica local e, em particular, nos arranjos de uso da terra. É na terra firme que esses sujeitos realizam a roça de mandioca em conjunto com a produção de hortaliças. É nesse sentido que nos propomos dialogar acerca das transformações ocorridas nesse universo ribeirinho-camponês nos últimos anos. A indagação que mobiliza essa pesquisa é, como os ribeirinho-camponês tem reagido as alterações territoriais ocorridas em seu território no período de 1985 a 2015? Para construir uma análise temporal narrada pelos ribeirinhos-camponeses, foram realizadas três incursões ao campo, no período de outubro, novembro e dezembro de 2016. Nessas estadias em campo, coletei informações por meio da observação participante e por meio de fontes orais, advindas de entrevistas do tipo não diretiva, como propõe Beaud e Weber (2007). Como se trata de uma análise temporal entre os anos de 1985, 1995, 2005 e 2015, auxiliadas por imagens de Satélite Landsat, os entrevistados chave deveriam ser pessoas com mais de 30 anos, e assim contribuir com detalhes minuciosos sobre o período em destaque. Este trabalho mostra que é fundamental aliar uma análise das dinâmicas espaciais, através do uso de imagens de satélite, às informações colhidas em pesquisa de campo, através de interações com os sujeitos que vivem e conhecem a realidade estudada. O aumento demográfico, a construção de estradas e a inserção nos mercados, foram aspectos marcantes que influenciaram nestas transformações. Este processo levanta preocupações e deve ser melhor estudado, pois pode comprometer uma particularidade do modo de vida do ribeirinho-camponês amazônico, que é a coesão social e a importância dada aos grupos sociais, que eles autodenominam: comunidade. Por outro lado, a conhecida capacidade de superação e reconstrução desses sujeitos pode ser superada.

Palavras-chave: Ribeirinho-Camponês; Ocupação Territorial; Uso da Terra.

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA BIODIVERSIDADE NO DISTRITO DE CARATATEUA, AMAZÔNIA ORIENTAL

Mayko Rodrigo Martins da Paixão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
maymartinspaixao1991@gmail.com

Edileuza Amoras Pillette
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
edileuza.pilletti@ifpa.edu.br

Resumo: A crise ambiental está se expandindo para níveis globais e as incertezas tornam-se cada vez mais alarmantes para o futuro do planeta e da humanidade. Ações de acordos internacionais estão sendo tomadas frente às mudanças climáticas e políticas de conservação e proteção dos recursos naturais, porém, o uso e a gestão insustentável destes recursos vêm causando impactos socioambientais em diversas regiões, além de afetar a economia e a saúde pública coletiva das populações humanas. Este trabalho objetivou diagnosticar e analisar a biodiversidade e a gestão de uso para a conservação dos recursos hídricos intermitentes e perenes no Distrito de Caratateua, situado na Zona de Amortecimento da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú, Bragança-Pará. A pesquisa baseou-se no método de observação direta em campo e na aplicação de 10 questionários semiestruturados para moradores das dez comunidades tradicionais no entorno. Com base nos dados da pesquisa, identificaram-se 27 olhos d'água com atividade durante e após o ciclo chuvoso por tempo determinado, todos os pontos encontram-se em bom estado de conservação da flora, contribuindo assim para da biodiversidade de espécies de plantas e animais que dependem desse ambiente. Destaca-se também na pesquisa qualitativa que alguns moradores não têm conhecimento sobre como realizar o manejo sustentável dos recursos florestais e desconhecem sobre ações de Educação Ambiental organizadas por órgãos de proteção ao meio ambiente ou instituições acadêmicas. Outro resultado importante obtido foi o mapeamento de quatro nascentes perenes, com média de 5 metros de largura e 3 quilômetros de curso d'água até desaguar no Rio Caeté. No curso das nascentes o desmatamento fragmentado e o descarte de resíduos sólidos são frequentes, além de problemas causados pela falta de conscientização socioambiental a partir da apropriação territorial irregular nas margens dos córregos para moradia e lazer. Com esses dados, analisou-se que os olhos d'água e as nascentes não possuem Área de Proteção Permanente ou Ambiental, ficando expostos a sérios problemas antrópicos e que pode comprometer o acesso das gerações futuras à água potável e ao ecossistema equilibrado. Para que esses problemas antrópicos sejam amenizados é viável a criação de uma Área de Conservação dos Fragmentos Florestais, que possibilitará a valorização e o estímulo da consciência ambiental dos moradores da área, além de conservar os recursos hídricos e a biodiversidade local, que ambos são pilares fundamentais para a construção de comunidades sustentáveis.

Palavras-chave: Caratateua; Recursos Hídricos; Conservação; Socioambiental.

ÁREAS DE PROTEÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (APNU) E AGENDAS GOVERNAMENTAIS AMBIENTAIS: INTERESSES DIVERGENTES

Marlinda Melo Patrício
UFPA-Campus Altamira.
marlindapatricio@gmail.com

Resumo: As Áreas de Proteção das Nações Unidas (APNU) – Reserva Extrativista do Rio Cajari, no Brasil e a Reserva Nacional Allpahuayo Mishana, no Peru – são locais onde a biodiversidade e a sustentabilidade passam por ameaças. A constatação deve-se aos inúmeros problemas, que as populações locais vivem diante das políticas públicas ambientais implementadas pelas agendas governamentais. O objetivo prima pela análise nos processos de decisão e nos impactos que repercutem sobre as populações locais. As hipóteses são que os idealizadores dos empreendimentos consideram que a opinião das populações tradicionais em nada contribui, que as mesmas impedem o “desenvolvimento” da sociedade, ou ainda, não querem gastar tempo com a articulação e participação para discutirem os programas ou projetos de vida local. Às disputas políticas nas organizações e as expectativas criadas e não atendidas são outras conjecturas. A metodologia que possibilitou o caminho para pensar foi a interdisciplinaridade apoiada pela análise de conteúdo e a comparação, uma combinação de condições possíveis de serem examinadas a fundo. Os resultados mostram escassa participação das comunidades tradicionais e acentuada presença das decisões pelas instituições governamentais. Tanto os projetos deixam evidências quanto nas reservas visitadas a prática que implica em diferentes impactos. Conclusão, o fato fragiliza as comunidades tradicionais política e economicamente e as reservas ficam sob constante desafio de permanecerem como unidade territorial a ser conservada. Ainda, as populações tradicionais ficam ausente do processo decisório de acordo com diferentes agendas e isto impacta suas vidas nos resultados e na consolidação do processo de decisão sociocultural, política e econômica.

Palavras-chave: Biodiversidade; Populações tradicionais; Sustentabilidade; Políticas públicas.

O PARQUE NATURALÍSTICO MANGAL DAS GARÇAS EM BELÉM-PARÁ-BRASIL: O OLHAR DOS “USUÁRIOS DE LAZER”

Pablo Pereira
UFPA
pablo.viana28@gmail.com

Mirleide Chaar Bahia
UFPA
mirleidebahia@gmail.com

Resumo: A discussão sobre o entendimento do que sejam espaços públicos ainda causa incertezas e indefinições (GOMES, 2012), até porque para compreender, não necessariamente tem que definir ou classificar determinado espaço, mas entendê-lo na sua concretude. Entretanto, quando se discute espaços públicos de lazer no contexto do planejamento urbano, especialmente dentro das políticas públicas, pouco se percebe a produção do espaço enquanto espaços de representação, muito menos pela diversidade ou coabitação dos diferentes. É nesse contexto que essa pesquisa procurou analisar qual a relação dos “usuários de lazer” com o Parque Naturalístico Mangal das Garças, em Belém – Pará – Brasil, tendo sido o critério de escolha desse parque fundamentado na sua representatividade como um espaço de práticas sociais – usos na cidade de Belém. Procurou-se compreender de que forma estes consideram um espaço público, e se os mesmos reconheciam o referido parque como espaço público de lazer, tendo em vista suas motivações, seus usos e contra usos (resistências) e suas opiniões sobre o assunto. Utilizou-se a abordagem qualitativa, haja vista que trata de questões muito particulares, em que o nível de realidade não pode ser simplesmente reduzido ou quantificado. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se roteiro de entrevista semiestruturada, direcionada aos usuários do parque. As entrevistas combinaram perguntas fechadas e perguntas abertas, em que o entrevistado teve a possibilidade de discorrer sobre as questões (MINAYO, 2015). Como resultado, a análise do estudo realizado indica que as questões referentes ao espaço público ainda perpassam sobre o que significa um certo espaço público e sua representatividade na cotidianidade dessas pessoas. Percebeu-se que o Parque Mangal das Garças, enquanto espaço concebido, revela limitações, onde praticamente o uso só é permitido com o objetivo de contemplação e circulação em áreas preestabelecidas pelas normas de gestão do espaço, não consentindo outras vivências socioculturais no parque, a exemplo, das atividades lúdicas e culturais, bem como atividades corporais de lazer.

Palavras-chave: Lazer; Espaços Públicos; Usos; Contra usos.

EXPERIÊNCIA DE USO DE UM APLICATIVO EDUCACIONAL PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL

Paulo Sérgio Brito Pinheiro
UFPA
pauluspineiro@yahoo.com.br

Yomara Pinheiro Pires
UFPA
yopires2@gmail.com

Marcos César Da Rocha Seruffo
UFPA
marcos.seruffo@gmail.com

Resumo: A popularização dos dispositivos móveis, principalmente daqueles qualificados como *smart*, tem facilitado o processo comunicacional e de disseminação de informações. Por serem muito populares entre os mais jovens, inevitavelmente adentram as salas de aulas provocando recorrente dilema relacionado à dificuldade do professor em lidar com o seu uso pelos alunos. Para colaborar com o processo de superação desta dificuldade, foi desenvolvido no laboratório de desenvolvimento de sistemas (LADES) da Faculdade de Computação da UFPA, campus Castanhal, um aplicativo no formato QUIZ para dar suporte ao trabalho educacional. Seu funcionamento se dá através do celular ou *tablet* e pode ser usado em qualquer disciplina e modalidade de ensino. Sua construção fundamentou-se nos conceitos de Mobile learning, gamificação e desenvolvimento *web* móvel e se deu a partir da colaboração de um grupo multidisciplinar que incluiu estudantes e profissionais das áreas de tecnologia e educação. O aplicativo passou por cinco testes com alunos e professores para avaliação e melhoramento de desempenho e recursos disponíveis. Este resumo pauta-se nos resultados do sexto teste, realizado em turma de 6º ano do ensino fundamental, que teve foco nos aspectos pedagógicos da aplicação. Foram analisados a) o uso de dispositivos móveis pelos alunos como recurso de aprendizagem; b) o uso da aplicação como ferramenta de ensino-aprendizagem em sala de aula; c) seu suporte em dispositivos móveis como elemento para o fortalecimento da aprendizagem; d) e aplicabilidade do conceito de gamificação como elemento para melhorar o engajamento dos alunos. Para a coleta de dados foram utilizadas a observação participante e aplicação de questionários. Os dados obtidos geram reflexão acerca do uso de dispositivos móveis em sala de aula e podem ser estendidos a outras turmas. Verificou-se que dispositivos móveis são muito atrativos aos alunos, sendo considerados produtivos para propósitos educacionais. Contudo, ainda são pouco explorados como instrumentos para estudo e aprendizagem pelos próprios alunos, o que pode estar associado a cultura de proibição do celular nas escolas e a baixa proposição dos professores para uso destes dispositivos como recurso das disciplinas. A experiência de uso da aplicação, do celular e de realizar atividade avaliativa por meio de um jogo foi muito apreciada pelos alunos, que se sentiram envolvidos pela atividade e motivados para estudo do conteúdo abordado. A competitividade apresentada durante a partida foi considerada elemento motivador.

Palavras-chave: Ensino; Tecnologias educacionais; Dispositivos móveis; Gamificação.

MARAJÓ, POVOS DA ILHA MÃE

Gustavo Moura Pires
IFPA – Campus Belém
gustavomourapires@hotmail.com

Marinete Silva Boulhosa
IFPA – Campus Belém
neteboulhosa@gmail.com

Resumo: Situada na desembocadura do rio do Amazonas, a Ilha do Marajó é a maior ilha flúviomarítima do mundo, com uma área de 49.606 Km². De cultura secular, manifestada através da cerâmica, gastronomia, religiosidade e da relação com a natureza, baseada numa cosmovisão cabocla, é um povo que se particulariza no universo amazônico. Porém, sua rica diversidade, a promoção da ilha e sua gente, estão longe de seu verdadeiro potencial e valor. O projeto visa contribuir para revelar o homem marajoara, que tem sua vida imbricada com a natureza da ilha, destacando suas particularidades identitárias, sua importância e visão de mundo. O Projeto iniciou-se em 2017, pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação – PIBICTI, do Instituto Federal do Pará, Campus Belém, sob orientação da profa. Ma. Marinete da Silva Boulhosa. Este se caracteriza como projeto de pesquisa etnográfica, cultural e imagética, com objetivo de produzir vasto material documental, fotográfico e audiovisual sobre os povos do Marajó, destacando a diversidade e complexidade do modo de vida na grande ilha, tendo como produtos finais um livro de fotografia, documentário audiovisual e exposição fotográfica. O Trabalho vem sendo desenvolvido em etapas. A 1ª etapa refere-se à pesquisa bibliográfica e documental e a definição dos locais/ sujeitos/objetos/ da pesquisa de campo; 2ª realização de viagens aos municípios para pesquisa etnográfica, fotográfica e audiovisual; 3ª produção de documentário audiovisual, livro de fotografia e exposição fotográfica; 4ª Lançamento do documentário, livro e instalação da exposição. A 1ª etapa, realizada através do PIBICTI/IFPA, deu-se através do levantamento e ordenação das informações bibliográficas e documentais sobre a ilha e sua gente, definição e delimitação dos locais, eventos, fenômenos, e sujeitos da pesquisa, por cada município, sendo esses Afuá, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure. Não prevista na primeira etapa, realizaram-se três idas a campo, aos municípios de Salvaterra (Vila de Joanes, Comunidades Quilombolas de Mangueiras, Deus me Ajude, e Salvá), Soure (Comunidade do Pesqueiro e Ateliê Arte do Manguê) e Santa Cruz do Arari (Comunidade de Jenipapo). Onde foram levantadas informações por registros fotográficos, observação e entrevistas não estruturadas com pescadores, artesãos e nativos. Para as demais etapas, o projeto será submetido a editais públicos.

Palavras-chave: Ilha do Marajó; etnografia; povos.

ESPAÇO PÚBLICO NA AVENIDA DOCA DE SOUZA FRANCO: O PROJETO “RUA DE TODOS” E A TENTATIVA DE COMUNALIZAÇÃO FRENTE O CAPITAL EM BELÉM-PA

Erick Afonso Santiago Ramos
NAEA/UFPA
erickafonso@outlook.com

Tássia Tamyres dos Anjos Curcino
NAEA/UFPA
tassiatac@gmail.com

Mirleirde Chaar Bahia
NAEA/UFPA
mirleidebahia@gmail.com

Resumo: Diante das transformações da cidade capitalista, os espaços públicos contemporâneos também traçam novos contornos perante as mudanças ocasionadas por diversos agentes produtores do espaço urbano. Com base nisso, essa pesquisa está pautada no projeto “Rua de Todos” promovido pela Prefeitura Municipal de Belém no qual é realizado o fechamento da Avenida Visconde de Souza Franco como forma de possibilitar diversas atividades de esporte e lazer para a população. Dessa forma, apresenta-se como objetivo principal analisar como vem ocorrendo a comunalização do espaço público da Avenida Doca de Souza Franco frente aos interesses políticos e do capital já existentes no local. Esse estudo foi realizado a partir de análise bibliográfica acerca dos elementos teóricos importantes para a discussão; de análise documental de notícias veiculadas pelos sites oficiais do poder público e de fontes jornalísticas; de visitas a campo e às secretarias municipais. A pesquisa obteve como resultados três apontamentos importantes. O primeiro ponto é a necessidade de proporcionar espaços como esse, em lugares mais periféricos, para que todos os cidadãos construtores desse comum denominado de cidade sejam atendidos tanto aos transeuntes quanto na perspectiva dos vendedores ambulantes. O segundo ponto está relacionado com a descontinuidade na realização do projeto que se torna um fator elementar já que dificulta a presença daquelas pessoas que residem em bairros ou distritos mais afastados do centro que se programam para participar das atividades do projeto como forma de sociabilizar e interagir com o outro. E a terceira questão a ser destacada é a interferência do Shopping Boulevard que se configura como um dos principais agentes produtores e condicionantes do espaço urbano na cidade. A tentativa de inserir a população de modo parcial revela quanto o projeto favorece o mercado e ainda quando constitui novos formatos de consumo. Dessa maneira, a cidade que deveria ser para o cidadão, continua sendo voltada para o consumidor quando aquilo que deveria ser para o uso comum é guiado pela troca.

Palavras-chave: Espaço público; Projeto “Rua de Todos”; Comunalização; Mercado.

TURISMO NO ANTROPOCENO: UM ESTUDO SOBRE O CONTEXTO PÓS-COLONIAL DE DIVERGÊNCIAS DE IDEOLOGIAS, CULTURA, PODER E RECURSOS

Milena Ferreira Reis
IFPA
milenaarreis5640@gmail.com

André Filipe D'aquino Horácio
IFPA
adaquinohoracio@gmail.com

Neila Waldomira do Socorro Sousa Cabral
IFPA
neilacabral@yahoo.com.br

Resumo: O turismo praticado ao redor do mundo é resultante da revolução industrial e foi formatado a partir das próprias demandas sociais produzidas na modernidade industrial, o que proporcionou ao poder hegemônico o direito à permanente inovação. Ele caracteriza-se como uma destas inovações, associado à necessidade de lazer produzidas pela sociedade de consumo. Há uma ação intrínseca do turismo no processo de acumulação e circulação do capital da sociedade industrial, provocada pelo seu funcionamento nos meios de hospedagem, nos transportes e o lazer, que se transformam em mercadoria a partir do turismo. O mesmo é, portanto, um fenômeno econômico e social. E, neste contexto, o turismo tem aparecido como elemento focal na elaboração de estratégias e metas para competitividade. Portanto, como parte do planejamento estratégico, também se constitui em um modelo excludente, privilegiando o econômico em detrimento do social e do ambiental. Desse modo, tem sido objeto de um significativo número de pesquisas, tendo em vista sua compreensão e as consequências que sua presença impõe às áreas nas quais se desenvolve. Verifica-se, assim, a necessidade do aperfeiçoamento de novas abordagens teóricas, métodos e técnicas que potencializem a geração de conhecimentos científicos confiáveis acerca desse novo campo. O presente estudo objetiva realizar um processo estruturado de pesquisa que permita a seleção, a análise bibliométrica e sistêmica de publicações nacionais e internacionais sobre os temas turismo sustentável e período antropoceno. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, descritiva e quali-quantitativa. O processo utilizado para realizar o estudo será o Knowledge Development Process Constructivist (Proknow-C). Buscaremos identificar os principais autores, artigos e periódicos e instituições no tema proposto. Com o processo proposto de pesquisa bibliográfica, também serão coletadas informações nos documentos institucionais oficiais (online) da ONU, UNWTO e Mtur. Espera-se construir relações teóricas e práticas entre as temáticas de resiliência do turismo, sustentabilidade e antropoceno no período pós-colonial, bem como criar ou integrar uma rede internacional de pesquisa sobre turismo no período antropoceno, envolvendo instituições e pesquisadores de todo o mundo.

Palavras-chave: Turismo; Antropoceno; Resiliências; Pós-colonial.

O MASSACRE DE PAU D'ARCO E A MÍDIA CONTRA-HEGEMÔNICA: ANÁLISE DA NARRATIVA JORNALÍSTICA DO SITE REPÓRTER BRASIL

Tatiana Ferreira Reis
NAEA/UFPA e Feapa
tatianajor@gmail.com

Marcela Vecchione
NAEA/UFPA
Marcela.vecchione@gmail.com

Resumo: Durante o cumprimento de uma ordem de busca e apreensão na Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'Arco, dez trabalhadores rurais sem-terra foram mortos por integrantes das polícias Civil e Militar do Pará, no episódio que ficou conhecido como Massacre de Pau D'Arco. A maior chacina ocorrida no campo desde o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996) ganhou destaque em diversos veículos de comunicação tradicionais e nas mídias contra-hegemônicas, aquelas que buscam democratizar a comunicação e não estão vinculadas às grandes empresas do setor, conforme a definição de Moraes (2013). O aguçamento da violência no campo nos últimos anos foi alertado em carta divulgada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (2017) um dia antes do crime. Neste trabalho, tivemos o objetivo de analisar a cobertura do Massacre de Pau D'Arco em reportagens multimídia veiculadas no site de jornalismo contra-hegemônico Repórter Brasil, no especial denominado “Campo em guerra”, produzido nos meses de junho e julho de 2017. A Análise Crítica da Narrativa, conforme descrita por Motta (2013), foi a metodologia escolhida para reconstruir os acontecimentos buscando compreender os conflitos, intrigas, cenários e personagens entrelaçados na produção jornalística. Adotamos essa metodologia por entendermos a importância das narrativas no contexto amazônico, em que populações tradicionais e camponeses constituem vozes imprescindíveis às coberturas jornalísticas. Além disso, a internet possibilita que novas formas de narrativas sejam tecidas com o uso de características como a convergência dos meios e a hipertextualidade. O resultado do estudo aponta para a recorrência do Estado do Pará enquanto cenário de violência nas narrativas jornalísticas do massacre de Pau D'Arco no site Repórter Brasil, bem como para um confronto central entre dois discursos distintos: o dos familiares das vítimas, que defendem o direito à terra para trabalhadores rurais; e o dos policiais civis e militares que, associados a grandes proprietários de terras, defendem a propriedade privada. Essa contraposição de vozes é revelada por meio de tensões e conflitos tecidos na narrativa jornalística.

Palavras-chave: Massacre de Pau D'Arco; Conflitos agrários; Narrativas; Jornalismo contra-hegemônico

OBSERVATÓRIO DE TURISMO E EVENTOS DE BELÉM

José Monteiro Rocha Junior
IFPA
rochajotaerre@gmail.com

Railena do Socorro Botelho de Araujo
IFPA
karlena81@hotmail.com

Neila Waldomira do Socorro Sousa Cabral
IFPA
neilacabral@yahoo.com.br

Resumo: Com o intuito de fomentar o turismo, tendo em vista o fenômeno social que é, o projeto de pesquisa em questão busca implantar um novo método para gerar e divulgar conhecimento confiável acerca do turismo em Belém. O OBSERVATÓRIO DE TURISMO E EVENTOS DE BELÉM coloca em prática o monitoramento e divulgação dos principais cenários turísticos de Belém, através de fotos, descrição e informação, gerando assim uma base confiável de informações turísticas, onde os usuários poderão fazer busca de endereços de hotéis, bares, pontos turísticos e tudo que diz respeito ao turismo em Belém do Pará. Tem entre seus objetivos: Historiar o sistema turístico belenense no período 2010-2016; Mapear a composição do sistema turístico belenense atual; Subsidiar os processos de estruturação da cadeia produtiva, impactando positivamente na qualidade e na competitividade do produto turístico; e Armazenar, sistematizar, tratar, atualizar e disseminar as informações coletadas em banco de dados. A investigação contou com monitoramento dos dados, com o uso de instrumentos como: pesquisa bibliográfica e documental, observação direta, formulários, entrevistas e registros fotográficos. Nossa abordagem metodológica se compõe de passos distintos, interligados e adaptados para nossa investigação: Passo 1- Modelo Conceitual de Resiliência - Buscou-se historiar o nosso objeto de estudo, definindo seus principais acontecimentos em escalas e períodos de ordem interna e externa. Passo 2- Resiliência: Visões e Cenários - Estas trajetórias e configurações deverão ser visualizadas a partir da percepção dos que compõe o sistema. Assim, para a execução da pesquisa se abriram duas frentes de trabalho: a) Levantamento do trade turístico local; b) Levantamento e desenvolvimento de um sistema web, linguagens de programação e plataformas de desenvolvimento web e sistemas de banco de dados para a elaboração do espaço virtual do Observatório. A primeira fase do projeto que constitui-se na fase de pesquisa e organização bibliográfica/documental, e elaboração de um protótipo do observatório, vem sendo desenvolvida através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBICTI, da Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFPA – Campus Belém.

Palavras-chave: Observatório; Turismo; Eventos; Banco de informações turísticas; Belém.

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA NA PERSPECTIVA DO LAZER E DO TURISMO NA ILHA DO COMBU (BELÉM-PARÁ)

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues
IFPA
agflaviana@gmail.com

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
NAEA/UFPA
stclair-jr@hotmail.com

Resumo: Tendo por base a teoria dos circuitos econômicos de Milton Santos e suas atualizações, bem como as reflexões acerca da produção do espaço turístico na região insular de Belém, capital do estado do Pará, em especial sobre a Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (APA Combu), na parte sul, buscou-se analisar os efeitos do turismo nas atividades de pequeno comércio e prestação de serviços que transformam as dinâmicas dos habitantes, que vivem em um ambiente de diversidade biológica e cultural, onde a paisagem é sublinhada pela circulação de embarcações, pequenos portos, trapiches e atividades do circuito inferior. Para a realização do estudo, lançou-se mão da sistematização de dados qualitativos e quantitativos tendo como principais fontes: observação sistemática da paisagem; entrevistas com representantes do poder público, mercado turístico, moradores e comerciantes; formulários com o auxílio da netnografia, para identificar a origem dos visitantes, a infraestrutura de serviços e as principais motivações para visitação; por fim, coleta de dados secundários em *revistas*, jornais, dissertações, teses e páginas virtuais de notícias. Os resultados mostraram que o conjunto imbricado de relações várzea-rio-floresta vem sofrendo uma série de mudanças ocasionadas pela tentativa de desenvolvimento da atividade turística no local. O volume acumulativo de negócios do circuito superior do turismo, cuja publicidade e apoio governamental torna-se fundamental na Amazônia, conta com a ligação ao circuito superior marginal, principal responsável pelas atividades de circulação. As agências locais atraem os visitantes por meio da aquisição de roteiros e passeios, tornando o Combu um cenário propício para a “fuga” do cotidiano. O circuito inferior da Ilha, de alcance limitado e incapaz de uma macro-organização do espaço, assume as etapas de prestação dos serviços de lazer, no qual comerciantes de bares e restaurante, condutores de embarcações, e pequenos produtores rurais, negociam com as agências e guias, que adquirem os serviços com valores mais baixos revendendo-os com preços mais altos para as grandes operadoras, que por sua vez, colocam sua margem de lucro sobre o produto final. Na região insular, as relações ligadas ao circuito inferior, quando voltadas para o lazer e para o turismo, complementam a renda familiar e individual dos grupos de residentes, demonstrando que nesse circuito o trabalho pode ocorrer de maneira mais inclusiva, distributiva e menos desigual.

Palavras-Chave: Circuitos econômicos; Espaço turístico; Ilha do Combu; Belém-Pará.

MODO DE VIDA PESQUEIRA NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE - AMAPÁ

Adria de Melo Rosa
Universidade Federal do Pará
adriamelorosa@gmail.com

Christian Nunes da Silva
Universidade Federal do Pará
cnsgeo@yahoo.com.br

Lais Melo Lima
Universidade Federal do Pará
laism.l@hotmail.com

Resumo: A pesquisa ocorreu no município de Porto Grande, que pertence a mesorregião do Sul do estado do Amapá, possui área territorial de 4.428,013 km² (IBGE 2017). A população corresponde a aproximadamente 16.809 mil habitantes, apresentando assim densidade demográfica de 3,82 hab./km² (IBGE, 2010). O objetivo da pesquisa foi analisar como a comunidade pesqueira tem sobrevivido em meio a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Cachoeira Caldeirão, caracterizar quais alternativas e recursos buscam para subsistência e aplicação comercial. O método para obtenção de resultados foi através de 27 questionários semiestruturados aplicados na pesquisa de campo em 29 de setembro de 2018, contendo 16 perguntas, as mesmas foram tabuladas em Excel 2016, para melhor entendimento e observação dos dados por via de gráficos, os questionários foram preenchidos em forma de entrevista oral com os pescadores. Os pescadores entrevistados têm idade predominante entre 50 a 59 anos. O nível de escolaridade teve grande expressividade com fundamental incompleto e em segundo destaque o nível médio completo e constatou que a atividade é predominantemente masculina 63%. Os resultados alcançados pela pesquisa foram que ocorreram grandes alterações na região pesqueira resultante dos alagamentos de terrenos. Tais alagamentos modificaram a correnteza diminuindo o pescado devido a migração dos peixes para outras áreas, resultando assim em um maior tempo de pesca e menor quantidade de pescado. No que diz respeito a proliferação de doenças foi constatado um aumento significativo no índice de mosquitos na região. No que diz respeito a economia desta comunidade pesqueira foram obtidos os seguintes resultados: a renda mensal de cada família com cerca de 4 pessoas, varia atingindo o teto de um salário mínimo, ao serem questionados sobre atividades para complementar a renda 29% informaram a necessidade de conciliar a pesca com a agricultura, entretanto, 55% da população de amostra afirmou que embora a pesca não esteja suprimindo suas necessidades, não possuem outros meios de subsistência e 16% dos pescadores afirmou que completa sua renda familiar com outras atividades. Através da pesquisa da pesca artesanal no município de Porto Grande (AP), observou-se que assim como nos empreendimentos UHE já instalados no Brasil, a geração de eletricidade se voltou para atender os grandes empreendimentos e não a sociedade amapaense excluído assim os atores sociais da comunidade pesquisada.

Palavras-Chave: Pescadores; Usina Hidroelétrica; Porto Grande.

LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE SOCIALIZAÇÃO E ENSINO- APRENDIZAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PA

Carina Rosário
UEPA
carinafabiane@gmail.com

Jéssica Magalhães
UEPA
jessicamagalhaes@gmail.com

Daniel Sombra
UEPA/UFPA
danielsombra9@gmail.com

Resumo: A realidade do ambiente educacional no Brasil e, particularmente no estado do Pará, apresenta problemas diversos. No entanto, há um conjunto de iniciativas que objetivam aprimorar a educação para além do conteúdo formal. Na Vila do Apeú, localizada no município de Castanhal (Região de Integração do Guamá, conforme a regionalização oficial do Estado do Pará) se localiza a E. E. E. F. M. Maria Pia dos Santos Amaral, instituição que abriga o projeto “Ócio Produtivo”, idealizado por uma docente da escola. O projeto iniciou com o objetivo de preencher as “aulas vagas” derivadas do déficit de professores na escola, suprimindo as ausências com atividades complementares. O déficit de professores na escola, somado a outras questões particulares, refletia no baixo índice de rendimento escolar, o que foi evidenciado pelo IDEB da escola em 2007. O projeto em questão se baseia em trabalho voluntário, realizado por graduandos de diversas áreas, preenchendo os horários vagos nas turmas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. O presente trabalho tem como objetivo, relatar as experiências de duas discentes do curso de Licenciatura Plena em Geografia do Campus XX-Castanhal da Universidade do Estado do Pará (UEPA), obtidas com uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental do período vespertino, durante o período de agosto a dezembro de 2017. No decorrer do semestre utilizou-se a ludicidade como principal instrumento dentro da sala de aula, e a partir da aplicação de questionários a turma, no qual foi utilizado como método para detecção de eventuais deficiências, e também como norteador para a identificação e adequação de exercícios ao perfil da turma, passamos a trabalhar incluindo jogos, gincanas e atividades extraclases. O benefício do uso da ludicidade transcende o ambiente escolar, por propiciar uma melhor comunicação e socialização entre os alunos. Com caráter qualitativo, nossa atuação no projeto teve como propósito principal melhorar o rendimento escolar utilizando a ludicidade como procedimento metodológico no ensino-aprendizagem, o que trouxe resultados consideráveis ao final do ano letivo, demonstrado em uma notável melhora no boletim escolar. Então, baseadas em concepções e nas nossas experiências, conclui-se que a ludicidade como método de ensino-aprendizagem é primordial no que tange ao ensino escolar, na medida em que possibilita a transmissão e obtenção de conhecimento de forma séria, agradável e benéfica, tanto para o profissional docente, quanto para os alunos.

Palavras-chave: Educação; Ensino-aprendizagem; Ludicidade.

GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA RMB: DE 1984 A 2017

Mário Hélio Nunes dos Santos Filho
UFPA/IG
mhndsf@gmail.com

Nayara Maria Monteiro da Silva
UFPA/IG
nayengquimica8@gmail.com

Resumo: Junto ao debate sobre a implicação de uso e ocupação do solo, faz-se necessária a utilização de métodos e técnicas que permitam pensar e agir sobre a realidade nas Regiões metropolitanas. Visando a isto, utilizou-se a Região Metropolitana de Belém (RMB): Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, Benevides e Castanhal. Utilizou-se como fonte de dados para processamento o catálogo de imagens do INPE. Foram selecionadas sete imagens brutas da órbita 223, ponto 061, Sete imagens foram selecionadas correspondendo aos anos de 1984, 1989, 1995, 1999, 2008, 2013 e 2017; sendo que para o período de 1989 a 2008 foi utilizado sensor LANDSAT5 e para os anos de 2013 e 2017 foi utilizado sensor LANDSAT8. Após composição das imagens, realizou-se a correção geométrica das imagens para o enquadramento no sistema de coordenadas geográficas estabelecido. Adotou-se o sistema “lat-long” e o DATUM planimétrico WGS 84. Com a extensa malha de pontos de controle foi possível diminuir o erro operacional para condições aceitáveis. A quantificação do erro operacional foi realizada por meio do erro quadrático (RMS) no eixo das ordenadas e das abcissas. Obteve-se como produtos os mapas de uso e ocupação do solo e tabelas com os valores de áreas para cada classe em âmbito de município e RMB. A partir da leitura dos mapas e das tabelas, a RMB apresentou um movimento de substancial crescimento de vegetação densa dentro do período de 1984 a 2017. Em 1984 esta classe apresentava-se com área reduzida da área total da RMB, no período de 1989 seguiu com redução, para que a partir de 1995 entrasse em período de crescimento até o ano de 2017. Do ponto de vista da RMB, uso agrícola foi a classe que se mostrou mais constante no que diz respeito ao volume de área, temos uma significativa redução na área de uso agrícola e um aumento de vegetação em regeneração dentro de nossa análise temporal para RMB. No geral vegetação em regeneração obteve uma redução. Por meio de sobreposição das camadas vetoriais, identificamos que grande parte dessa vegetação converteu-se em área de vegetação densa. Solo exposto apresentou crescimento significativo em âmbito de RMB, entre os municípios, Belém apresentou o maior crescimento, sendo acompanhado por Ananindeua e Marituba. Os demais municípios apresentaram redução na referida classes. Os mapas demonstram uma redução de solo exposto no interior, em detrimento de maior concentração próximo aos núcleos urbanos no decorrer de 1984 a 2017.

Palavras-chave: Sensoriamento; Geoprocessamento; LANDSAT; Uso e ocupação do solo.

TERRITÓRIOS DO INFORMAL: A REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE ALTERNATIVO EM BELÉM E MANAUS

Gabriel Augusto Nogueira dos Santos
Universidade Federal do Amazonas
nogueira.gabriel01@gmail.com

Ricardo José Batista Nogueira
Universidade Federal do Amazonas
nogueiraricardo@uol.com.br

Resumo: O trabalho em questão é originário do projeto de iniciação científica desenvolvido entre os anos de 2017 e 2018, intitulado de “O transporte coletivo nas metrópoles amazônicas: análise da organização do sistema em Manaus e Belém” e financiado pelo CNPq. A questão da informalidade e posterior aceitação são relacionadas principalmente ao surgimento de demandas em áreas com pouco ou nenhum interesse das grandes corporações empresárias nos centros urbanos. Segundo Castro (2015), em alguns casos esse desinteresse é causado pela baixa lucratividade nessas áreas, favorecendo o surgimento de autônomos ou cooperativas de trabalhadores, onde os mesmos acabam adentrando a partir da necessidade de trabalho e uma fonte renda, utilizando-se da carência do serviço de transporte em determinadas áreas de ambas as cidades. Os objetivos gerais deste trabalho consistem em analisar o transporte coletivo de passageiros na modalidade informal, tendo como principal característica, a relação do estado com esses agentes sociais e empresariais. Os aspectos específicos estão voltados a identificação e compreensão dessas territorialidades difundidas nas metrópoles, a partir de uma metodologia voltada a aspectos qualitativos e quantitativos, sobretudo relacionados com as práticas de campo desenvolvidas entre os meses de fevereiro e março de 2018. A partir das práticas de campo e dos referenciais teóricos, entende-se que um dos principais fortalecimentos dessas modalidades, se relacionam principalmente com as crises envolvendo a mobilidade urbana, ainda em meados dos anos 1980, conforme analisa Gomide (2003). Em relação às capitais em questão, os aspectos da inserção desses profissionais informais se caracterizaram posteriormente em dois momentos: em Manaus, destacam-se nos anos 1980 e, posteriormente, a partir de 1995, com o surgimento das primeiras cooperativas de transporte nas áreas norte e leste da cidade, caracterizada como uma regulação e sua inserção como sistema de transporte próprio. Enquanto que em Belém e Região Metropolitana, as dicotomias existentes neste processo, favoreceram a adoção do sistema informal, como um sistema municipal de municípios da região metropolitana, como são os casos de Ananindeua, Benevides e Marituba, na qual realizam integração com as linhas com destino a Belém. Esse reconhecimento, segundo Vasconcelos (2009), foi de suma importância, devido principalmente à falta de políticas públicas voltadas ao transporte municipal e intramunicipal de passageiros. Com isso, percebem-se as peculiaridades entre as metrópoles, apesar de que as necessidades envolvendo o transporte encontram-se em aspectos semelhantes, que envolvem diversas relações sociais e econômicas.

Palavras-chave: Amazônia; Transporte Informal; Região Metropolitana; Território

A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE ATIVIDADES EXPERIMENTAIS E COLABORATIVAS

Janaina Laura Barboza Santos
UEPA
janainabarboza307@gmail.com

Jéssica Karine Barros dos Santos
UEPA
jessicakarine18@hotmail.com

Jose Fernando Pereira Leal
UEPA
jfpaleal@yahoo.com.br

Resumo: Incluir atividades experimentais e colaborativas no ensino é uma alternativa metodológica para mostrar aos discentes a importância do meio ambiente. Portanto, como ensinar ciência aludindo a importância da água no meio ambiente? O papel do educador dentro de sala de aula altera-se segundo o contexto e momento social no qual seus educandos estão presentes. Destarte, é essencial a aproximação dos conteúdos trabalhados dentro de sala com o cotidiano. Assim, este trabalho tem como objetivo realizar uma abordagem interdisciplinar utilizando a prática colaborativa por meio da experimentação e utilização de recursos audiovisuais. Para isso, foi executada uma oficina para aproximar os alunos do ensino de ciências e informar os mesmos sobre questões ambientais do seu cotidiano. O desenvolvimento da mesma foi em uma escola pública, em Castanhal-Pará, no período da manhã, em uma turma do 4º ano. Com nosso auxílio os discentes construíram um filtro de água com garrafa pet. Ademais, efetuou-se a aplicação de vídeos sobre a importância da água e sua influência no contexto ambiental. Por fim, com o auxílio do professor foi promovido um debate em sala de aula, sobre temas relacionados a poluição e tratamento dos recursos hídricos, e para registrar o que as crianças haviam assimilado a respeito do trabalho, foi aplicado um questionário sobre o uso da experimentação nas aulas de ciências, e se a utilização dessa ferramenta educacional melhora no aprendizado. As alternativas das respostas eram de “sim” ou “não”, pois tratava-se de uma turma das séries iniciais. Após a oficina, notou-se que as crianças assimilaram a importância da água para o meio ambiente, ficando evidente nos debates, onde a maioria da turma expôs uma visão crítica sobre a falta de preservação do meio ambiente, compreendendo que o mesmo afeta a água. Por meio dos questionários, notou-se que mais da metade da turma desenvolveram um melhor entendimento sobre o meio ambiente e suas aplicações no ensino de ciências pelo uso da experimentação. Porém, 68% da turma marcaram a alternativa “não” quando a pergunta se tratava se os mesmos obtinham com frequência o uso de experimentos nas aulas de ciências. Contudo, foi notória a percepção de que ensinar ciência sob intermédio da educação ambiental, trouxe um significado maior para a vidas dos alunos participantes, pois os mesmos puderam ver com um olhar diferenciado como preserva o meio ambiente e ainda correlacionar com o saber científico aprendido em sala de aula.

Palavras-chave: Alfabetização científica. Meio ambiente. Atividade experimental.

O ESPAÇO DA POSSIBILIDADE: DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (CODETER) DO SUL PARÁ/ALTO XINGU AO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC)

Laís Alves dos Santos
PPGEO/ UFPA
lsalves62@gmail.com

Resumo: O presente trabalho objetiva expor as contradições de Gênero encontradas durante a participação como bolsista de iniciação à extensão no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará (Nedeter), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), como projeto integrado de extensão voltado à temática do desenvolvimento rural através da perspectiva territorial do Programa Territórios da Cidadania (PTC) durante os anos de 2014 a 2016 no Território do Sul do Pará/Alto Xingu, e a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) em Conceição do Araguaia (PA), ambos orientados pelo Prof. Me. Marcos Alexandre Pimentel da Silva. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, realizamos trabalhos de campo, entrevistas e revisão bibliográfica. Nossa problemática deriva das contradições observadas quanto à construção efetiva de estratégias para o alcance dessas metas naquele território enquanto uma proposta de desenvolvimento em diferentes níveis, uma vez que abrange às organizações produtivas de mulheres como estratégia de valorização da diversidade na composição de suas instâncias colegiadas. Entretanto, o que se observou foi uma realidade de participação mínima, mesmo com um movimento de mulheres com pautas de classe e gênero muito atuante na região. Na nossa análise geográfica, o gênero é tido como uma abordagem mediadora. Durante a realização da extensão, a não participação das mulheres se tornou uma problemática de ordem pessoal e acadêmica. Claramente, colegiado não representou o local para analisar a voz, a participação, e as demandas, mas, se tornou o espaço para refletir os motivos que “expeliram” as mulheres daquele espaço. O principal resultado dessa experiência consistiu na observação da necessidade de reconhecer o papel político das mulheres na região Sul do Pará, sobretudo no que se refere as contradições encontradas dentro do Codeter no território do Sul do Pará/Alto Xingu. O espaço da mulher não é necessariamente um ou outro. Espacialidades são definidas através de relações, e por isso o espaço entendido como possibilidade. A invisibilidade das mulheres no colegiado é oriunda de um extenso processo de negação dos lugares fala, e da tentativa de silenciamento das demandas femininas. Porém, mesmo pelas contradições, voz as mulheres do Sul Pará têm, elas só precisam ser ouvidas em todos os espaços.

Palavras-chave: Mulher; Espaço; Experiência.

DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO PÚBLICA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: O QUE AS LUTAS DO MST TÊM A REVELAR SOB AS PERSPECTIVAS DO PENSAMENTO FREIREANO E DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL?

Luzia Camila Silva dos Santos
UEPA
luziacamila67@gmail.com

Miqueias Rodrigues Ferreira
UEPA
miqueiasfe01@gmail.com

Sérgio Roberto Moraes Corrêa
UEPA
sergiorcm2001@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho é resultado parcial de um Projeto de Iniciação Científica está vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Educação e Trabalho na Amazônica (GEPDETAM) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), se situa no campo de estudo das lutas de movimentos sociais de resistência, que se posicionam criticamente e contestam o modelo de educação e democracia (liberal) hegemônicas no Brasil e defendem e protagonizam outras propostas e experiências sociais de projetos de educação e democracia, que se posicionem num campo contra-hegemônico. Tem-se como objetivo identificar e analisar o que as lutas do MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra) têm a revelar sobre a questão da democracia e da educação pública na sociedade brasileira quando analisadas à luz da contribuição do pensamento de Paulo Freire e Boaventura Santos. A pesquisa se baseou em realização de levantamento bibliográfico, a fim de se construir um quadro referencial amplo e consistente, e de levantamento documental sobre a incorporação e ressignificação na atualidade dos temas da democracia e educação pública presentes no repertório do MST. Nos últimos anos, no MST, o paradigma agroecológico tem produzido mudanças no seu repertório e na sua proposta de desenvolvimento rural e de educação do campo, ganhando ênfase a dimensão da sustentabilidade, provocando, por conseguinte, reinvenções na experiência social de resistência em diálogo com povos e comunidades tradicionais, o que tem possibilitado um importante aprendizado, todavia, também, foi identificado que essa transição agroecológica vem enfrentando um conjunto de limitações. No presente contexto de avanço de uma onda hegemônica neoconservadora (neoliberal), expressa no fortalecimento de setores sociais, políticos e econômicos conservadores, no retrocesso de garantias de direitos trabalhistas e sociais e no ajuste fiscal, as conquistas redistributivas mínimas durante os governos Lula e Dilma (BOITO, 2016; SINGER, 2015) vêm sendo esvaziadas e colocam o tema do desenvolvimento, da democracia e educação pública em questão. No tocante ao tema da democracia, o referido Santos (2003; 2012), sustenta que é preciso descolonizar o pensamento, as relações e instituições, a partir dos saberes e do protagonismo dos excluídos (as) e invisíveis da sociedade, alargando e fortalecendo a participação desses sujeitos e da garantia de direitos sociais na sociedade e na reformulação do Estado.

Palavras-chave: Democracia; Educação Pública; MST.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: SENSIBILIZAÇÃO ACERCA DE PROBLEMAS AMBIENTAIS NA EDUCAÇÃO FORMAL

Luziane Brasil Santos
UNAMA
luzianebr@outlook.com

Elena Carvalho
UNAMA
elenacarvalho@gmail.com

Resumo: A análise sobre as práticas sociais, em um contexto de eminente degradação do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental que pode ser considerada como um meio eficiente na defesa do meio ambiente, e a partir dela, pode-se contribuir para reaproximar o homem da natureza, garantindo um futuro com mais qualidade de vida para todos. Este trabalho teve como objetivo provocar a sensibilização de crianças em educação formal, acerca dos problemas ambientais globais, com o intuito de que adquiram conscientização, capacidade, discernimento e assumam práticas direcionadas à preservação e conservação ambiental dentro e fora do âmbito escolar. A metodologia contou com uma aula dinâmica com os assuntos: “Meio Ambiente”, “Problemas Ambientais”, “Educação Ambiental e Sustentabilidade”, “Qual o nosso papel?”, e “O que eu posso fazer?”. Em seguida à aula, como forma de avaliação e *feedback*, foi aplicado um exercício acerca dos assuntos tratados, buscando-se verificar o grau de entendimento dos alunos. Ao final, foi executada uma dinâmica (dinâmica do bombom) com o propósito de instigar a cooperação, e fazê-los perceber a importância do trabalho em equipe para o enfrentamento dos problemas ambientais. Ao final, foi projetado um vídeo que tratava sobre os 5 R's da Educação Ambiental, que são ações práticas como forma de reduzir os impactos no planeta Terra. A recepção dos alunos acerca dos temas tratados foi com atenção e algumas indagações. No transcorrer da realização do exercício, alguns alunos começaram a fazer questionamentos entre si, dando início a um pequeno debate e assim expondo suas próprias concepções acerca do tema, que foram despertadas através da sensibilização causada pela aula. Ao avaliar os exercícios, verificou-se não só o conhecimento que os alunos adquiriram, mas também o seu saber empírico, que se evidenciou nas respostas, demonstrando uma união harmônica entre o conhecimento científico e o tradicional. Sabe-se que a maioria dos problemas ambientais tem suas raízes em fatores socioeconômicos, políticos e culturais, e que não podem ser previstos ou resolvidos por meios puramente tecnológicos. Daí o enorme valor da implantação da Educação Ambiental no âmbito escolar, com a finalidade de sensibilizar os alunos e assim os tornando aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Sensibilidade; Ensino Formal.

TRAJETOS DE MEMÓRIA: EXPERIÊNCIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS NAS RUAS E VIELAS DO BAIRRO DA TERRA FIRME, BELÉM-PA

Maria Karoline Brito dos Santos
Escola Superior da Amazônia
karolinesantos92@gmail.com

Ana Claudia dos Santos da Silva
Universidade Federal do Pará
anacsilv3@hotmail.com

Silvio José Lima de Figueiredo
Universidade Federal do Pará
slima@ufpa.br

Resumo A memória é um elemento essencial para o indivíduo e para o grupo de pessoas em que ele se insere para salvaguardar o conhecimento individual/coletivo inserido no contexto social em que se encontra (m). Este conhecimento compartilhado entre os indivíduos, associado à memória individual à memória coletiva, leva este indivíduo a construir a sua identidade e a identidade daquele grupo através da memória social, que nesta pesquisa é considerada como categoria de análise tendo como base teórica os estudos de Halbwachs (1990); Eckert (2012) que tratam dos conceitos de memória coletiva, espaço social as formas de interação nos espaços do bairro mais especificamente, a rua. A partir da relevância de salvaguardar estas memórias, surgiram iniciativas da sociedade civil e associações comunitárias voltadas para o resgate e valorização da memória destes grupos. Destarte surgiram as políticas públicas de Museus e de Memória com foco nos Pontos de Memória, enfatizando a memória social e destacando a memória de comunidades de bairros periféricos no Brasil, voltado para o desenvolvimento local. Em Belém do Pará, o bairro da Terra Firme foi selecionado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) para incluir-se no programa Ponto de Memória. Este estudo de iniciação científica objetivou analisar as ações voltadas a cultura, patrimônio e sociabilidade promovidos pelo Programa Ponto de Memória do bairro da Terra Firme (PMTF), além de identificar e caracterizar os patrimônios do bairro e formatar um roteiro perceptivo que visa à valorização da memória dos moradores em relação ao bairro. O roteiro foi elaborado de forma participativa com o Ponto de memória do Bairro da Terra Firme, por meio de encontros com grupos de moradores que contribuíram com seus conhecimentos e relatos sobre o bairro. O trajeto foi definido com base nos locais de representatividade do bairro, como áreas verdes, escolas, praças, feiras, entre outros espaços públicos. O roteiro proporcionou que residentes e não residentes (re) conhecessem os patrimônios, memória e cultura do bairro da Terra Firme. O percurso serviu para, através “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), poder-se identificar, descrever e refletir sobre aspectos peculiares visto durante a caminhada na rua do bairro pelo olhar não só do pesquisador, mas também pelo olhar dos outros, do caminhante, do praticante dos espaços públicos do bairro (CERTEAU, 1994) e dos vindo de fora, buscando uma maneira de perceber de forma mais próxima as vivências cotidianas, as resistências e lutas dos moradores do Bairro.

Palavras-chave: Memória social; Espaço público; Trajetos, Terra Firme.

ESPAÇO PÚBLICO, SOCIEDADE E NATUREZA NA METRÓPOLE BELENENSE: O CASO DO PARQUE ESTADUAL DO UTINGA

Thamires Santos
NAEA/UFPA
thaos.geo@gmail.com

Cyntia Alves
NAEA/UFPA
csdgeo@hotmail.com

Gabriel Leite
NAEA/UFPA
gabrielcarvalholeite16@gmail.com

Resumo: O presente trabalho discute as relações entre espaço público, sociedade e natureza a partir do caso do Parque Estadual do Utinga (PEUt), localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB). Historicamente importante no contexto urbano no qual está inserido, o PEUt se apresenta como referencial empírico particularmente representativo das articulações entre os termos propostos para a discussão. Entre os objetivos do trabalho, destacam-se: a) realizar uma discussão teórico-conceitual entre sociedade, natureza e espaço público; b) apresentar o PEUt a partir de uma perspectiva histórico-geográfica; e c) analisar os usos sociais que passaram a configurar o Parque após a requalificação ocorrida entre 2015 e 2018. Quanto ao método de interpretação e análise, buscou-se apreender a realidade socioespacial do PEUt a partir de conceitos e categorias baseados em autores de matriz teórica notadamente crítica de produção social do espaço urbano e, para a consecução da pesquisa, adotaram-se como procedimentos metodológicos: a) a revisão bibliográfica, de cunho teórico-conceitual, de textos que elucidem a relação entre espaço público, sociedade e natureza; b) a revisão bibliográfica, de caráter histórico-geográfico, acerca do PEUt no contexto metropolitano no qual se encontra inserido; c) a coleta de dados primários *in loco* e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com usuários do PEUt; e d) a observação sistemática e o registro fotográfico dos usos sociais do PEUt. Como resultados parciais destaca-se que, após a requalificação, verificou-se que o PEUt não alterou substancialmente as tipologias de usos sociais nele desenvolvidas, possivelmente por ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, embora já se percebam conflitos de usos e de acessibilidade; a modalidade de gestão do PEUt passou a ser compartilhada com a Organização Social Pará 2000, conseqüentemente o controle do parque vem assumindo uma racionalidade econômica que vem comprometendo a base da definição de espaço público, posto que as classes sociais dotadas de menor poder aquisitivo acabam por enfrentar barreiras econômicas e simbólicas que restringem a plena acessibilidade (SERPA, 2009). Tais reflexões apontam para a importância das funcionalidades socioambientais desempenhadas pelo PEUt no contexto da RMB, embora também evidenciem limitações e restrições que se configuraram a partir da requalificação desse espaço público.

Palavras-chave: Espaço Público; Produção Social da Cidade; Requalificação Urbana; Parque Estadual do Utinga.

“ATÉ A CAÇA NÃO TEM MAIS PORQUE COM A HIDRELÉTRICA OS BICHOS FORAM EMBORA”: HISTÓRICO DAS UHE, CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM FERREIRA GOMES

Vinícius Barriga dos Santos
UNIFAP
vsbarriga@gmail.com

Jade Figueiredo Costa
UNIFAP
jadecosta2015@gmail.com

Manoel de Jesus de Souza Pinto
UNIFAP

Resumo: Amazônia brasileira, tendo a maior disponibilidade hídrica superficial, atmosférica e subterrânea do país, a partir da década de 1980, tornou-se alvo de grandes investimentos industriais, máxime, no setor de produção de energia, que almeja construir diversas hidrelétricas nas bacias hidrográficas amazônicas. As demandas de expansão e consolidação do sistema energético brasileiro e o desenvolvimento nacional e, sobretudo, o regional são os impulsores e justificativas para a efetivação destas grandes construções. No entanto, tais empreendimentos econômicos, vistos da perspectiva de um modelo de desenvolvimento que historicamente mostrou-se pernicioso para a região, engendra uma série de danos totais (econômico, social, ambiental) as comunidades locais. O artigo em tela tem como objetivo analisar os impactos socioambientais e mapear os conflitos facejados pela população de Ferreira Gomes no que tange a efetivação dos projetos relacionados a construção das UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, fixando a perspectiva na maneira pela qual os atingidos têm resistido e reagido a estes impactos. A metodologia adotada consiste em uma imbricação de observação participante e análise documental, consultou-se o arquivo da Secretaria Do Estado de Meio Ambiente do município visando à coleta de dados acerca das supracitadas Hidrelétricas, o site do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e uma entrevista com o representante regional deste movimento, o Morone, constituíram importante fonte de dados. A observação participante se realizou no município de Ferreira Gomes, especificamente nas áreas mais afetadas, com entrevistas com os pescadores e outros moradores locais. Os impactos socioambientais oriundos da construção das barragens atingem de forma direta à comunidade do município de Ferreira Gomes, as deliberações entre Estado, empresas e comunidade quanto às ações de remoção e reassentamento de grupos sociais atingidos por barragens, são permeadas de conflitos e contradições. Neste jogo de relações de poder desequilibradas, a população local, em sua maioria pescadora, tende sempre a ser oprimida de múltiplas maneiras, engendrando enfraquecimento dos vínculos sociais, econômicos, culturais e a decorrente reconfiguração e ressignificação do território tradicionalmente ocupado. Destarte, o presente trabalho problematiza e chama a atenção para o paradoxo amazônico onde o desmatamento, a perda da biodiversidade, os danos as comunidades, mortandade de peixe, entre outros fatores, seriam legitimados e justificados em nome de um “desenvolvimento”, o que nos resta é a seguinte pergunta: desenvolvimento para quem?

Palavras-chave: Desenvolvimento; Amazônia; Conflitos Sociais.

ENTRE RECORTES ESPACIAIS E MODELOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL: A CIDADE DE CAMETÁ E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO REGIONAL VOLTADOS PARA O BAIXO TOCANTINS-PA

Miguel Gonçalves Sepêda Filho
NAEA/UFPA
mgeourbam@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho busca compreender, através de um estudo de caso, como as políticas de desenvolvimento urbano e regional estão consideradas na cidade de Cametá e o Baixo Tocantins, analisando as verticalidades e horizontalidades, além dos modelos de ordenamento territorial contido nos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e regional que promovem alterações nas dinâmicas econômico-espaciais na referida cidade. Assim, seu objetivo é analisar as políticas de desenvolvimento urbano e regional voltadas para o Baixo Tocantins e o papel conferido pelas mesmas à cidade e às verticalidades e horizontalidades geográficas presentes na dinâmica socioespacial de Cametá, no tocante à produção social do espaço amazônico. Para o alcance deste objetivo, lança-se mão de alguns procedimentos metodológicos, a saber: a) revisão teórico-conceitual de temas pertinentes à problemática da pesquisa; b) revisão bibliográfica de natureza histórico-geográfica sobre a cidade de Cametá e do Baixo Tocantins; c) pesquisa documental, com o objetivo de selecionar três planos, programa e/ou projetos, um em cada esfera de tomada de decisão (federal, estadual e municipal); d) análise de conteúdo dos três documentos selecionados. Como resultado da pesquisa, foi possível evidenciar que plano sub-regional e local, o PPDJUS, se mostrou interessado em produzir uma lógica muito mais próxima das demandas da população local, articulando-se as horizontalidades geográficas e refletindo fragmentos do modelo cívico. No âmbito estadual, ao analisarmos os planos: PDT-PA e o Ver-o-Pará, consideramos que estes mostraram-se mais voltados a um modelo econômico (SANTOS, 2007) que propriamente a um modelo cívico, já que demandas externas, de natureza econômica e de turismo de massa parecem ser prioritárias na concepção de turismo presentes nos planos, caracterizando-se por revelar traços das verticalidades geográficas. No âmbito federal, analisamos o PAC. Por meio de suas obras, foi possível evidenciar políticas ligadas a uma demanda social local, mais próxima, portanto, das particularidades de Cametá e de sua sub-região, refletindo as horizontalidades geográficas dessa realidade, contudo, foi possível evidenciar o embate entre modelos de ordenamento territorial, presentes no referido programa. Por meio da análise dos planos e programas, percebe-se o movimento dialético entre modelo cívico, modelo econômico e modelo político pensado por Santos (2007), presentes nos documentos. Isso mostra as diversas formas de planejar o espaço amazônico, a partir dos embates entre horizontalidades e verticalidades geográficas.

Palavras-chave: Verticalidades; Horizontalidades; Modelos de Ordenamento Territorial; Políticas de Desenvolvimento Urbano e Regional; Cametá-PA.

A GESTÃO AMBIENTAL NO PARÁ

Benedito Evandro Barros da Silva
NAEA/UFPA e SEMAS/PA
evandroourem@yahoo.com.br

Claudia Azevedo-Ramos
NAEA/UFPA e SEMAS/PA
claudia.azevedoramos@gmail.com

Resumo: O Pará tem se sobressaído na descentralização da gestão ambiental municipal. O sucesso de toda política pública, no entanto, baseia-se no seu acompanhamento e avaliação do atingimento de suas metas. As metodologias de monitoramento apontam os avanços e as limitações ao longo do tempo. Mecanismos incentivadores podem motivar a adesão dos municípios à uma melhor gestão ambiental. No entanto, o desempenho real dos municípios desde a descentralização administrativa no Pará é, ainda, desconhecido. O presente estudo avaliou os processos de monitoramento da gestão ambiental municipal no Pará com base na análise de dados secundários e de algumas políticas públicas descentralizadas. Os resultados mostraram que apesar da inclusão de alguns critérios, a avaliação de desempenho de algumas políticas públicas em andamento ainda possui um caráter político e limitado. A carência de mecanismos de monitoramento uniformes impedem a avaliação objetiva tanto pelo estado, quanto pelos municípios. Conclui-se que a gestão ambiental municipal do estado ainda carece de mecanismos de monitoramento desenvolvidos e implantados, que possam evitar os históricos padrões insustentáveis de uso da terra, conversão de florestas e crescimento desordenado. O desenvolvimento de indicadores de desempenho municipal torna-se, portanto, urgente para aumentar a transparência, o acompanhamento e o aperfeiçoamento da política de descentralização ambiental. Diante disso, a existência de indicadores de simples aplicação facilitaria o acompanhamento pelos municípios e pelo Estado do progresso na gestão ambiental, o planejamento em médio e longo prazo e a orientação da alocação de recursos humanos e financeiros. Por fim, a sociedade também poderia ser beneficiada por uma melhor transparência e governança dessas políticas públicas, com a garantia de que estão efetivamente servindo ao seu propósito.

Palavras-chave: Amazônia; Indicadores; Gestão Ambiental Municipal; Pará, Brasil

INTERDISCIPLINARIDADE E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DE AGROECOSSISTEMAS NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO

Elineuza Silva
UNAMA
neuzaalves209@yahoo.com.br

Juliana Silva
UFPA
juliana.economia2009@bol.com.br

Gilson Costa
ICSA/UFPA
gilsoncosta@ufpa.br

Resumo: Introdução – A pesquisa trata da construção de indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade para agroecossistema da região estuarina amazônica, junto com as famílias e comunidades camponesas das várzeas do Baixo Tocantins, na Amazônia Oriental. A construção de indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade ajudam na avaliação e monitoramento quantitativo e qualitativamente o desenvolvimento sustentável. Os indicadores têm a função de proporcionar a formação de bancos de dados capazes de subsidiar o planejamento de políticas públicas e ações para a melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das comunidades. São ferramentas que avaliam a situação no momento da primeira medição, estabelecendo onde quer chegar e acompanhando as mudanças necessárias. Bons indicadores apresentam as características: relevância social; facilidade de compreensão; confiabilidade técnica e; visão de longo alcance. Objetivos - construção e monitoramento de indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade para agroecossistemas camponeses de várzeas, em bases interdisciplinares; aferimento das ações antrópicas nos agroecossistemas; analisar os sistemas produtivos, o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos lotes/famílias/comunidades. Métodos e técnicas – A pesquisa está ancorada no materialismo sistêmico, uso de bibliografia dos principais autores da temática, aplicação de questionários semiestruturados, levantamento agroflorestal, zootécnico e socioeconômico - retroalimentação reajustadas para o conjunto das famílias/comunidades. Atualizando/ acompanhando periodicamente via modelos computacionais pelas equipes interdisciplinares – de agrônomos, biólogos, economistas, historiadores, sociólogos, etc., do grupo de pesquisa Natureza, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia - NADESA. Resultados - Traçamos um panorama teórico-metodológico-conceitual de indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade, construindo alguns indicadores econômicos, sociais, agrônômicos e ambientais para agroecossistemas ribeirinhos, aferindo o nível de qualidade de vida de seus agroecossistemas (produção, impactos, conservação, resiliência). Conclusão – Há déficit de informações anteriores comparativas; dificuldade de incorporação dos conceitos de indicadores, desenvolvimento e sustentabilidade por gestores de políticas públicas; ausência de diálogo com os atores sociais locais, especialmente considerando a importância da produção familiar agroextrativista na Amazônia.

Palavras-chave: Indicadores de desenvolvimento; Indicadores de sustentabilidade; Agroecossistemas camponeses; Estuário amazônico.

CENTRO E CENTRALIDADE URBANA: A REALIDADE SOCIOESPACIAL DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS NO BAIRRO JADERLÂNDIA III EM CASTANHAL-PA

Jhon Silva
UEPA
jhonmoraes.geo@gmail.com

Willame Ribeiro
UEPA
willame.geo@gmail.com

Resumo: Castanhal é uma cidade localizada na região nordeste do Pará, a 68 km da capital do estado, Belém. A expansão urbana do município está ligada à ampliação dos espaços periféricos, fomentada por diversos agentes, como o estado, promotores imobiliários e grupos sociais precariamente incluídos. O bairro Jaderlândia III está situado em um desses espaços periféricos e é *locus* da presente pesquisa. Neste, possui destaque a Rua Adailson da Silva Rodrigues, que apresenta mais de 3 km e abrange toda a extensão do bairro, desempenhando desde a gênese deste, o papel de via principal, pois se encontram nela uma variedade de atividades comerciais e de serviços, fazendo com que a mesma se constitua como um centro de bairros, pois desempenha um papel de centralidade diante dos bairros e localidades do setor sudeste de Castanhal. Diante deste contexto, os objetivos propostos para elaboração da pesquisa foram: analisar as características socioespaciais da centralidade urbana exercida pelas atividades de comércio e serviços instaladas ao longo da Rua Adailson da Silva Rodrigues; identificar os fatores responsáveis pela constituição desta centralidade; verificar o alcance espacial das atividades instaladas na mesma, e por último, entender a relação entre a conformação dessa centralidade e a condição socioespacial do bairro no contexto do espaço urbano de Castanhal. Os procedimentos metodológicos realizados na pesquisa ocorreram em duas fases: a primeira voltou-se para a fundamentação teórica e abordagem exploratória da área de estudo. A segunda dedicou-se à coleta de dados de forma mais direta, ou seja, em campo, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e demais sujeitos envolvidos na problemática da pesquisa. Com a análise foi identificado o poder de centralidade que a via obtém, pelo motivo de oferecer comércio e serviços que só existem em geral, na área central. A maior parte das atividades instaladas na rua se aproximam do nomeado, circuito inferior da economia urbana, porém, atividades com emprego de organização e tecnologia que são relativas ao circuito superior desta economia, já se fazem presente. Entre os fatores responsáveis por essa conformação de atração, está o fato da população local e adjacente possuir dificuldades de chegar ao centro, se tornando mais viável suprir as necessidades na área em questão, ficando comprovado que o alcance espacial das atividades estabelecidas na via, não era algo somente interno e sim mais abrangente.

Palavras-chave: Centro e centralidade; Espaços periféricos; Comércio e serviços, Jaderlândia III/Castanhal.

OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS DA DEFESA CIVIL NA GESTÃO DE RISCOS ASSOCIADOS À BARRAGEM DE TUCURUÍ.

Lorena Pacheco Estumano da Silva
UFPA
lorenaestumano2@gmail.com

Aline Furtado Louzada
UFPA
eng.alinelouzada@yahoo.com.br

Resumo: A segurança de barragens deve considerar a combinação de medidas estruturais e não estruturais para a minimização dos riscos, pois não é possível atingir uma garantia absoluta de segurança, já que a nulidade dos riscos nunca é possível (ICOLD, 2005). Nesse sentido, ações de precaução precisam também ser planejadas pelo poder público para atuação em cenários de desastres decorrentes do rompimento de barragens de usinas hidrelétricas. Considerando-se que os riscos produzidos pelas estruturas de uma usina hidrelétrica não são nulos, a região de jusante da barragem corresponde à área que possivelmente seria atingida em um cenário de ruptura do barramento. Nesse estudo de caso, o recorte espaço-territorial envolve a região do baixo rio Tocantins, e abrange onze municípios paraenses: Abaetetuba, Baião, Barcarena, Breu Branco, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tucuruí. O critério de seleção do espaço de risco associado à hidrelétrica corresponde aos municípios que estão inseridos na área de influência do Plano de Ação de Emergência (PAE) da barragem de Tucuruí (ELETROBRÁS, 2018). Estes municípios possivelmente teriam danos humanos, ambientais e materiais decorrentes da propagação da onda de cheia em caso de rompimento da barragem, considerando o evento adverso de maior magnitude, em seu pior cenário. Diante deste contexto, este estudo teve como objetivo analisar os desafios e as fragilidades dos órgãos de defesa civil da região a jusante da hidrelétrica para a gestão de riscos associados à barragem de Tucuruí, localizada na região hidrográfica do rio Tocantins, no Estado do Pará. Sendo assim, esta pesquisa buscou, entre outros aspectos, identificar as capacidades institucionais dos órgãos de Defesa Civil dos municípios localizados na região de abrangência do PAE da barragem de Tucuruí. O delineamento metodológico percorreu a concepção de três etapas centrais durante a condução da pesquisa. Na primeira etapa realizou-se a construção da revisão teórica e definição do corpus da pesquisa, visando à identificação dos elementos de segurança de barragem e sua articulação com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), definida na Lei nº 12.608/2012. A construção da revisão teórica foi realizada através de uma abordagem exploratória, sob uma perspectiva qualitativa, e contou com a realização de pesquisas bibliográficas e análise documental. Na etapa seguinte realizaram-se a construção dos instrumentos de coleta de dados (roteiros de entrevistas) e a condução da pesquisa de campo; na terceira etapa procedeu-se à análise das estruturas de governança de risco sobre a segurança da barragem de Tucuruí relacionadas às atuações das instituições de defesa civil. Os pressupostos legais definem que a proteção da sociedade remete à política de defesa civil definida na Lei nº 12.608/2012, que institui um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus danos para a população. Nesta legislação, define-se que o município deve estar preparado para atender imediatamente à população atingida por qualquer tipo de desastre, reduzindo perdas materiais e humanas (MI, 2017). Nesse caso, os gestores municipais de defesa civil devem fazer o esforço de verificar como articular-se aos demais órgãos

da administração pública, sendo, portanto, dever das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC) a atuação na prevenção de desastres associados ao rompimento de barragens (MI, 2017). A partir desta discussão destaca-se que a preparação para a gestão de riscos e desastres deve se efetivar através da elaboração de um Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) para a gestão de desastres que podem ocorrer em seu território (BRASIL, 2012). A principal função de um plano de contingência é minimizar os danos materiais e humanos que um determinado evento pode provocar na região. A população deve ser informada e estimulada a participar, direta ou indiretamente, das ações preventivas e emergências em segurança de barragens (BRASIL, 2010) e, nesse sentido, os conhecimentos e saberes locais merecem grande atenção no processo de elaboração do PLANCON. O envolvimento social possibilita melhor capacidade de resposta para a defesa civil, pois a população convive com o risco. Então, na fase de elaboração do plano de contingência as COMDECs precisam envolver a população, e seu conhecimento empírico, para a busca das melhores estratégias de atuação em um cenário de emergência. Relacionando-se ao contexto da hidrelétrica de Tucuruí, informa-se que esta barragem apresenta seu Plano de Ação de Emergência (PAE), conforme exigência da legislação de segurança de barragem. Este documento foi entregue no prazo legal para as prefeituras municipais dos onze municípios considerados neste estudo. Porém, a versão entregue se constitui em um documento ainda insuficiente para uma ação de resposta eficiente nos cenários de emergência, pois muitas informações e detalhamentos técnicos ainda precisam ser melhorados. Essa informação é também confirmada pelo Ministério Público Federal que, em face da nomeação de um grupo de peritos *ad hoc* para análise das regularidades do PAE de responsabilidade da Eletronorte, identificaram insuficiências neste documento, tais como pendências no detalhamento dos estudos de ruptura do barramento. Entretanto, apesar de existir um PAE elaborado para a barragem de Tucuruí, esse não é de conhecimento da comunidade afetada pelo risco e nem mesmo é de conhecimento das COMDECs na região de estudo. De qualquer maneira, o documento já foi elaborado e deveria inserir um plano de comunicação dos riscos, incluindo a divulgação de estratégias de emergência à sociedade, as quais também não constam no documento. Nesse aspecto, identifica-se uma desarticulação e desestruturação das COMDECs na região de influência da barragem de Tucuruí. Essa desarticulação é entendida quanto ao envolvimento dessas coordenadorias de defesa civil com o empreendedor e também com a comunidade afetada pelo risco. Com relação à desestruturação, identificou-se que estes órgãos enfrentam problemas de infraestrutura e logística, além de carência de recursos para efetivação de suas atividades, e da falta de quadro de pessoal, inclusive com profissionais capacitados. Quanto a isto, precisa-se, ainda, pontuar que os organismos locais de defesa civil se apresentam com limitada capacidade institucional, técnica e financeira. Nesse contexto, infere-se haver fragilidade no elemento de governança de risco relacionada à limitação na capacidade de organização entre as entidades responsáveis na gestão dos riscos associados à barragem de Tucuruí. Salienta-se, como determina a legislação, que fica a cargo de cada um dos municípios a elaboração de seus Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil. Nesse contexto, identificou-se que dos onze municípios integrantes dessa região de jusante, somente sete apresentam organismos de defesa civil criados oficialmente e apenas quatro municípios são considerados atuantes. Entretanto, em nenhum dos municípios há a existência de planos de contingência criados e com apresentação de estratégias para atuação em situação de emergência com a barragem de Tucuruí. Entende-se, para esta discussão, que as COMDECs enquadradas como “criadas” são aquelas instituídas apenas através de instrumento legal. Já as coordenadorias criadas e consideradas “atuantes” são aquelas que apresentam instrumento legal de criação, portaria de nomeação dos agentes e que têm estrutura física e funcionários dedicados à função de proteção e defesa civil, ainda que atuem de maneira insuficiente. Os seguintes organismos locais de defesa civil são considerados atuantes: Abaetetuba, Baião, Barcarena e Tucuruí; constam como municípios com órgãos de defesa civil criados, mas não atuantes: Cametá, Igarapé-Miri e

Oeiras do Pará; e os municípios com organismos de defesa civil inexistentes são os seguintes: Breu Branco, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Moju. Acrescenta-se que, nos municípios com organismos de defesa civil atuantes, a comunidade afetada pelo risco, na sua maior parte, desconhece a existência desse órgão no município. Dessa forma, são inexistentes os alertas à comunidade sobre eventos adversos, mesmo aqueles mais recorrentes nessas localidades, assim como também são inexistentes as informações das estratégias de redução dos riscos associados à barragem de Tucuruí na comunidade de jusante. Fato que é confirmado pela existência de somente quatro coordenadorias locais de defesa civil atuantes na região de estudo, evidenciadas na pesquisa de campo. Nesse contexto, identifica-se a ausência de previsão das consequências secundárias da gestão da segurança da barragem, pela inexistência de Planos de Contingência elaborados pelos organismos de defesa civil, e articulados ao PAE da barragem de Tucuruí. Desta forma, a comunidade afetada desconhece a existência destes planos e, nesse sentido, não dispõe de informação suficiente para ter elementos para agir em cenários de emergência e desastres relacionados ao rompimento da barragem de Tucuruí.

Palavras-chave: Defesa Civil; Rompimento de Barragem; Tucuruí.

POLÍTICAS E GOVERNANÇAS PARA A REDUÇÃO DAS VULNERABILIDADES EM PONTA DE PEDRAS, PARÁ

Joel Carlos Silva da Silva
UFPA
jooelcarloos8@gmail.com

Oriana Trindade Almeida
NAEA/UFPA
orianaalmeida@yahoo.com

Atila Vilar de Almeida
UEPB
atilavilar@gmail.com

Resumo: A intensificação do processo de urbanização no Delta da Amazônia verificada nas últimas duas décadas, causou transformações sócio-espaciais-ambientais no desenvolvimento de Pequenas Cidades na Amazônia. Além dos problemas de mudanças de expansão e contração em função da economia baseada em produtos extrativistas, as cidades têm enfrentados problemas de eventos extremos causando inundações, erosão e problemas decorrentes dos mesmos. Este trabalho teve objetivo de testar o uso de levantamento de problemas associados às mudanças climáticas em Ponta de Pedras, no estuário Paraense utilizando uma metodologia participativa e de baixo custo. Para fazer isso a cidade foi visitada por uma equipe e pessoas chaves foram entrevistadas utilizando um roteiro aberto. Com base nas entrevistas houve consenso entre os entrevistados sobre os problemas relativos à erosão, pontos de alagamentos principalmente no centro da cidade e em algumas estradas. Os bairros mapeados como alagáveis nos últimos cinco a dez anos foram: Bairro do Central, Travessa Princesa Isabel, Bairro do Carnapijó, Bairro da Estrada, Bairro do Pução, Rodovia Mangabeira, Rua Antero Lobato (Carnapijó), Rua de Belém e as chamadas baixas em geral. Relatos dos entrevistados registraram um aumento das marés ao longo do tempo ocasionando a erosão que resultou no deslocamento da população e remoção de casas nessa localização. Foram ainda relatados problemas de períodos de seca, com fortes efeitos negativos sobre a produção, especialmente em relação à produção do açaí. Problemas graves de saneamento na cidade mostram que grandes investimentos são necessários para a redução das vulnerabilidades às mudanças climáticas.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Política e Governança; Vulnerabilidades; Estuário.

RELAÇÕES DE GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL MINERO-METALÚRGICO DE BARCARENA-PA

Raissa Nauar de Sousa
UEPA
raissanauar1@gmail.com

Bárbara da Silva Praxedes
UEPA
barbspraxedes@gmail.com

Marco Antônio Silva Lima
UEPA
adm.marcolima@gmail.com

Resumo: As grandes empresas que configuram o arranjo produtivo minerometalúrgico da Amazônia ocidental no Brasil tem sido um foco de grande atenção por diversas ciências sociais, por possuir uma flexibilidade produtiva que possibilita o desenvolvimento de redes empresariais apresentando-se com uma diversidade de atores que necessitam ser coordenados através dos sistemas de governança. No âmbito das abundantes abordagens conceituais de Desenvolvimento Local, os Arranjos Produtivos Locais (APL) são de extrema importância por intensificar a possibilidade de sobrevivência e a expansão, passando a representar princípio de supremacia competitiva permanente, caso seja bem estruturado e efetivo. APL, nada mais é que conglomerados de empresas posicionadas em uma determinada localidade, com especialização produtiva e que possuem elos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem, tanto entre si quanto com outros sujeitos locais. Outro vínculo que esse aglomerado deve possuir, e por hora considerado o mais importante, sendo o foco de nossa pesquisa, é a governança territorial. A governança territorial destaca-se entre as demais por sua intensa difusão na atualidade, é uma categoria de gerenciamento dos modos de desenvolvimento econômico, abrangendo os sujeitos e instituições em uma dada conjuntura, ou pode ser entendido como tática dos sujeitos envolvidos que se empenham em gerir atividades que possibilitem solucionar dificuldades regionais provenientes do próprio conglomerado, da especialização ou especificação territorial. Diante do exposto a presente pesquisa tem como base o Arranjo Produtivo Local minerometalúrgico localizada no Distrito de Barcarena no estado Pará como objeto de estudo. O objetivo da pesquisa consiste em Identificar e avaliar a importância dos elementos e fatores de governança conforme a percepção dos agentes integrantes do APL minerometalúrgico de Barcarena. Para viabilizar o alcance deste objetivo foram realizados um levantamento bibliográfico afim de embasar teoricamente a pesquisa e análise de dados resultantes de outras pesquisas compreendendo a rede de fornecedores das empresas centrais do APL estudado, considerando o porte das empresas, localização das empresas e classe de atividades das mesmas. Concluindo que o grau de percepção atribuído aos elementos de governança por essas, varia entre médio e baixo, e estes elementos são percebidos de maneira diferente por empresas da mesma categoria.

Palavras-chave: Governança; Arranjo Produtivo Local; Desenvolvimento.

PONTOS DE CULTURA “SEM FRONTEIRAS”: REDES SOCIAIS, EPISTEMOLOGIA DE FRONTEIRA E PRÁTICAS DE CULTURA VIVA COMUNITÁRIA NO CHILE

José Maria Reis e Souza Junior.
PPGDSTU/NAEA/UFPA
zehma@hotmail.com

Silvio José de Lima Figueiredo.
NAEA/UFPA
slima@ufpa.br

Resumo: A complexidade dos movimentos e mobilizações coletivas da atualidade tem demandado das ciências sociais e aplicadas novas formas de análise e compreensão dessas realidades, e as concepções de Redes Sociais e de Epistemologia de Fronteira, têm se apresentado como alternativas viáveis de análise sociológica, recomposição e organização da vida social na contemporaneidade. Os Pontos de Cultura e a Rede Cultura Viva são um desses movimentos socioculturais da contemporaneidade que demandam uma abordagem capaz de apreender a complexidade de suas relações sociais e trocas simbólicas. Surgida no Brasil, “a Cultura Viva”, enquanto conceito e política pública tem se difundido por todo o mundo, mas sobretudo na América latina e Caribe, onde práticas socioculturais, sociopolíticas e socioeducativas que assim se caracterizam, tem se afirmado enquanto práticas de cultura comunitária. É nessa perspectiva que o presente trabalho visa fazer um recorte em nossa pesquisa de doutorado sobre Cultura Comunitária na América latina e Caribe, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU/NAEA, e apresentar resultados preliminares do trabalho de campo feito no Chile entre 2017 e 2018, proporcionado pelo Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior – PDSE/CAPES, em parceria com a Universidade de Santiago de Chile – USACH. Objetivou contribuir para o desenvolvimento conceitual sobre Cultura Comunitária, bem como realizar um levantamento crítico de práticas de cultura comunitária no Chile, utilizando-se de uma matriz teórico-metodológica que integra abordagens da Antropologia Social, da Sociologia e da Socioeconomia; e o que se observou inicialmente são aspectos culturais, sociais, políticos, ambientais, institucionais e simbólicos que podem ser tidos como “invariantes” na definição enquanto “campo de cultura comunitária”, entre práticas no Chile e no Brasil.

Palavras-chave: Pontos de Cultura; Cultura Comunitária; Epistemologia de Fronteira; Chile.

PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÕES DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CONTRA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA FERROVIA PARAENSE

Jussara Souza
UFPA
jussaracristina11@gmail.com

Resumo: O estado do Pará se encontra em foco para as investidas do capital, em virtude de sua localização e recursos naturais. O avanço do capital no Pará pressiona os povos e comunidades que estão nos territórios. Os projetos pensados pela lógica de desenvolvimento capitalista não são deslocados. Os povos e as comunidades tradicionais têm o direito de serem ouvidos e respeitados. Neste sentido, o artigo objetiva expor os processos de resistência efetivados pelos povos e comunidades tradicionais e demais movimentos sociais contra a implantação do projeto da Ferrovia Paraense, identificar os atores envolvidos no processo e mapear as ações de resistência efetivadas. Para isto foi realizada a revisão bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo qualitativa com reflexão do materialismo histórico dialético, como instrumentais a observação, o diário de campo e informações adquiridas durante as atividades realizadas no estágio. No processo da pesquisa de campo houve participação em reuniões de mobilização, em audiências públicas, em Abaetetuba e outra em Belém a respeito da Ferrovia, oficina e um encontro, ambos realizados nas comunidades quilombolas de África e Laranjituba - Abaetetuba. A resistência contra esse grande projeto e as ações de mobilização são efetivadas por meio da criação da Frente de Luta Contra a Construção da Ferrovia Paraense que tem como seus principais atores sociais os povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais, organização não governamental, comunidade científica e a Defensoria Pública Estadual.

Palavras-chave: Amazônia; Movimentos Sociais; Resistência; Ferrovia.

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM ÁREAS DE RISCOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARIRI.

Onairam Lima de Sousa
UFPA - PPGGRD
Onayram@yahoo.com.br

Glauber Guimarães Cirino da Silva
UFPA - PPGGRD
Glauber.cirino@gmail.com

Resumo: Os rios urbanos de Belém do Pará são sinônimos de ambientes degradados, desvalorizados e negados por grande parte da sociedade. Esses espaços se tornaram a alternativa de acesso à moradia para uma massa de despossuídos que não podem adquirir para construir sua moradia um espaço seguro na cidade. A junção de pobreza, habitação improvisada, pouca ou nenhuma infraestrutura, com a ocupação de espaços expostos a ameaças naturais, criou territórios de riscos e vulnerabilidades. Esse trabalho possui como escopo analisar os riscos e as vulnerabilidades socioambientais dos rios urbanos de Belém do Pará, tendo a bacia hidrográfica do Ariri, que também percorre áreas do município de Ananindeua-Pará como área de pesquisa, visando uma melhor compreensão das vulnerabilidades socioambientais e exposição aos riscos de desastres naturais, principalmente de inundações e alagamentos. Diversos problemas podem estar associados à ocorrência desses eventos: ocupação inadequada das margens dos rios urbanos devido à falta de planejamento de ocupação do espaço urbano, falta de recursos para moradia e saneamento e inexistência ou ineficiência de sistemas de alerta de risco e de planos de contingência para as populações das áreas atingidas. A metodologia utilizada empregará técnicas de geoprocessamento, para produzir um mapa de risco da área estudada, bem como trabalhos de campo com aplicação de questionários para a verificação do nível de vulnerabilidade socioambiental da população que reside na área estudada. Os espaços susceptíveis a processos naturais perigosos, como é o caso dos alagamentos (relacionado à ineficiência da rede de drenagem de águas pluviais) e inundações (processo natural aliado à dinâmica dos rios e de suas bacias hidrográficas), necessitam de estudos que visem à identificação das áreas de risco e de sua classificação em áreas *aedificandi*, *non-aedificandi* e *aedificandi com restrições*, visando a correta ocupação dos mesmos. É de extrema importância a participação efetiva do poder público, em relação à gestão urbana na implementação de uma política de educação ambiental e na elaboração de um plano diretor que priorize a redução de riscos de desastres – RRD no meio urbano em Belém, bem como à efetiva participação da sociedade, no sentido da mudança de hábitos e prevenção de desastres naturais

Palavras-chaves: Vulnerabilidade Socioambiental; Gestão de risco; Desastres naturais; Educação ambiental.

TURISMO CULTURAL E PATRIMÔNIO: MOTIVAÇÕES E AVALIAÇÃO DAS POTENCIALIDADES DE BELÉM, PA

Sidnei Correa de Souza
UFPA
muirakitam@gmail.com

Silvio José de Lima Figueiredo
UFPA
silviolimafigueiredo@gmail.com

Resumo: a presente pesquisa estudou as motivações e a avaliação das potencialidades de Belém como destino turístico. Foi feito um levantamento de dados secundários a partir de uma coleta feita no Ministério do Turismo e em visita na Secretaria Estadual de Turismo do Pará (SETUR), sobre o fluxo e a demanda turística no Brasil selecionando-se algumas categorias que são relevantes para a pesquisa durante os de 2012 a 2016. O objetivo é analisar as motivações da demanda sobre o turismo cultural. O dados são analisados para se entender os motivos e as motivações que levaram os turistas a fazer suas escolhas. De acordo com os resultados verificou-se que os grandes eventos realizados no Brasil no período da pesquisa influenciaram positivamente para o aumento do fluxo de turismo no Brasil e também no Estado do Pará e sua capital Belém. A motivação principal é em busca do turismo de sol e praia, em seguida aparece natureza e ecoturismo que sofre uma queda nos anos finais. A busca pelo turismo cultural aparece em terceiro lugar e com média de 10%. Não possível alcançar os resultados sobre a demanda cultural em Belém porque a SETUR ainda não dispõe dessas informações. A demanda pelo turismo no Pará é por conta das belezas naturais, mas a procura pelo turismo cultural vem crescendo nos últimos anos do período pesquisado.

Palavras-chave: Cultura; Patrimônio; Turismo.

AS PRÁTICAS SOCIAIS E USOS PRESENTES NO COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA E FEIRA DO AÇAÍ – BELÉM-PARÁ

Angelo Cezar Pinho Tavares
NAEA - UFPA
angelocezar12@hotmail.com

Milene de Cássia Santos de Castro
UFPA
castro.milene2010@gmail.com

Mirleide Char Bahia
NAEA - UFPA
mirleidebahia@gmail.com

Resumo: O espaço urbano no período recente tem atravessado uma forte influência mercadológica que altera o processo de produção e organização sócio espacial, que em grande parte complexifica e fragmenta estes espaços. Sendo assim, os espaços públicos nas grandes cidades acabam entrando na lógica de interesses privados que restringem os seus usos para determinados agentes sociais. Assim, um procedimento recorrente nas grandes cidades é o processo de requalificação urbana, que transforma áreas degradadas da cidade em espaços de lazer e cultura, criando inúmeros equipamentos de lazer, para promover a cidade enquanto “vitrine” para o mundo, atraindo visitantes (turista) para relação de consumo, que nega o aspecto de pertencimento aos habitantes locais. Portanto, o problema central levantado nesta pesquisa se refere a: como o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí, se constituem enquanto públicos a partir de seus usos e organização sócio espacial? As discussões acerca da definição de espaço público são múltiplas, mas que segundo Souza (2008), nas ciências sociais possuem dois aspectos importantes, na qual apesar de serem termos diferentes são complementares: a) enquanto *esfera pública* ou *cena pública*, é o espaço da interações de indivíduos, que expressam suas opiniões, articulam ideias e negociam seus conflitos; b) enquanto um *espaço concreto*, permite o aparecimento do primeiro aspecto que é a cena pública. Portanto, a partir destas informações, as questões apresentadas representam a face material e imaterial do espaço público, no qual ambos os termos estariam intimamente articulados na configuração destes espaços. Além disso, enquanto espaço socialmente produzido (espaço social) o espaço público, o qual é essencialmente espaço geográfico, pode ser entendido também pelas categorias de territórios (espaços definidos por e a partir de relações de poder), e os lugares (espaços dotados de sentimentos), constituindo assim, palco de mudanças nas configurações territoriais e na construção de significações referente ao lugar. Contudo, a visão de acessibilidade destes lugares debatida em Gomes (2012), é diferenciada na perspectiva de Serpa (2007), ao entender que um espaço público representa mais do que um simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. Assim, a acessibilidade a estes espaços não pode ser somente física, mais também simbólica que devem ultrapassar o design e as formas destes lugares. Dessa maneira, o espaço público entendido em Serpa (2007), é sobretudo o espaço da ação política, ou da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele é também analisado pelo autor sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos. Ou seja, ainda que seja público, beneficia uma parcela restrita de frequentadores, em um espaço que deveria ser comum a todos. Logo, para Jane Jacobs (2000), as ruas e as calçadas nas cidades são os principais locais públicos, sendo para esta pesquisadora seus órgãos vitais de funcionamento. Assim,

estes espaços, para além de comportar apenas fluxos de carros e circulação de pedestres, estão carregados de significados e de relações cotidianas entre as pessoas. De acordo com Brito (2007) a formação socioespacial do Bairro da Cidade Velha perpassa por distintos modos de ocupação e apropriação de seus espaços urbanos. Posteriormente, ao utilizar o Plano setorial de Revitalização do Centro de Belém, ilustra-se a análise do uso e ocupação do solo urbano, por meio da divisão socioespacial em áreas. Neste estudo será analisado equipamentos urbanos presentes na Zona 1 e Zona 2 do centro de Belém (BRITO, 2007). De acordo com Brito (2007, p. 105) o uso da zona 1 “pode ser definido atualmente pelo predomínio de atividades de lazer, religiosas e turísticas, destacando-se o caráter museológico que passou a caracterizar o Complexo Feliz Lusitânia, após a intervenção realizada pelo Estado neste patrimônio cultural”. Em relação ao Complexo Feliz Lusitânia é composto pelas primeiras edificações da cidade, como: o Forte do Presépio, a Casa das Onze Janelas, a Igreja de Santo Alexandre, o Colégio de Santo Alexandre, a Catedral da Sé e a Praça Dom Frei Caetano Brandão (GONÇALVES, 2011). Por conseguinte, a zona 2, nesta análise direciona-se apenas para a Feira do Açaí, que corresponde ao Complexo Ver-o-Peso, composto pela Doca do Ver-o-Peso, Feira do Açaí, Praças do Relógio e D. Pedro II, Assembleia Legislativa e o Instituto de Histórico e Geográfico do Pará (BRITO, 2007). Seus usos são caracterizados “de uso misto, esta área caracteriza-se, sobretudo, por atividades comerciais ligadas ao comércio varejista e à importação e exportação de produtos alimentícios, vindos principalmente de diversas ilhas paraenses; e por atividades institucionais” (BRITO, 2007, p. 105). No tocante a Feira do Açaí, Brito (2007, p. 114) remete “a dinâmica socioespacial da Feira do Açaí é complexa, devido às intensas relações comerciais desenvolvidas nesse espaço, destacando-se sobretudo, a venda de açaí”. Segundo o entrevistado 1, em relação ao motivo de estar na Feira do Açaí “Aqui geralmente é por causa do local do trabalho. A feira do açaí atrai mais pessoas, mas... é o local, né... para pessoa ganhar mais dinheiro, mas um lugar muito pequeno deveria ser maior, atrair mais gente... e trabalhar melhor (informação verbal, 2018). Este artigo adotou a pesquisa qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica, documental, análise de conteúdo a partir dos dados coletados em campo e a aplicação de entrevistas, com perguntas semiestruturadas. Em relação à utilização da análise de conteúdo, Bardin (1977, p. 102) é a utilização dos resultados de análise com fins teóricos ou pragmáticos. Por meio das entrevistas foi evidenciado que os sujeitos não frequentam o Complexo Feliz Lusitânia com a frequência que gostariam. Os motivos foram a insegurança e as dificuldades em relação ao acesso aos espaços. Como sinalizado na fala do sujeito 1: A gente não vem como gostaria de vir... Porque a gente se depara com a questão de transporte e de horário para poder agendar para visitar estes espaços públicos aqui. Esse conjunto arquitetônico, o Feliz Lusitânia, esteja de portas abertas para receber o seu público (informação verbal, 2018). Portanto, em relação ao sujeito 2 “Eu não vou em nenhum destes espaços, não tem nada. Não agrega nada” (informação verbal, 2018). Todavia, em relação à fala do sujeito 3 “É a primeira vez que eu estou vindo. Vim para participar de um evento aqui em Belém... E aproveitando alguns minutos para conhecer Belém” (informação verbal, 2018). No tocante, a motivação de estar no Complexo os entrevistados sinalizaram visitas escolares, Turismo e trabalho. “Uma extensão da aula, em relação ao nosso conteúdo interdisciplinar. [É muito importante vivenciar o lugar. Se você perguntar: Quem nunca veio aqui?] R. Eu nunca vim. R. Nem eu... (informação verbal, 2018). Sendo o segundo entrevistado “Conhecer os pontos turísticos” (informação verbal, 2018). E finalizando “Eu não vou porque não tem nada lá. Tudo na realidade tá jogado... só é reduto de desocupado. Abandonado pelo poder público isso aí” (informação verbal, 2018). Para Gomes (2012, p. 25) “O espaço público é o lugar onde se institui um debate, onde os conflitos tomam forma pública, onde podem surgir soluções e compromissos, onde os problemas adquirem visibilidade e reconhecimento”. Por meio das entrevistas infere-se o entendimento de moradores e visitantes em relação aos espaços públicos de Belém. Em relação ao reconhecimento do espaço como público “Eu reconheço como público porque é a nossa história, nossa identidade,

aquilo que eu falei anteriormente. O sentimento de pertencer... a gente se identifica com esse lugar” (informação verbal, 2018). Posteriormente, “Sim, é um espaço público onde as pessoas podem estar conhecendo a história do lugar” (informação verbal, 2018). Finalizando “Eu não!” (informação verbal, 2018). Para Figueiredo (2008, p. 87) “O cuidado excessivo se relaciona da mesma forma com os materiais utilizados nas reformas desses espaços, muitos materiais importados de valor superdimensionados, dificultando e encarecendo os reparos e a conservação”. Dessa maneira, diferentemente deste espaço público belenense que ao terceirizar a administração deste local, impõe uma lógica privada que limita a sociabilidade das pessoas, indo de encontro ao que acontece nos parques públicos parisienses de acordo com Serpa (2007), na qual o público frequentador exerce de modo muito acentuado a cultura do piquenique, podendo utilizar inclusive os locais com gramas nestes espaços. Por conseguinte, em relação às práticas e usos no Complexo “Vim, mas assim para tirar foto. Para conhecer” (informação verbal, 2018). “Eu não frequento, para nada!!! Nem passo perto” (informação verbal, 2018). Por conseguinte, “Turismo, só vim aqui conhecer” (informação verbal, 2018). Todavia, as práticas e usos do Complexo são diversificadas “Eu venho trazer a minha filha para passear, fazer pesquisa. A minha família. A minha filha é jornalista, ela ama História. E fazer uma reflexão da vida, venho buscar uma paz interior. É o melhor lugar do mundo, depois da minha escola e da minha casa”. A partir do trabalho de campo e de entrevistas realizadas na Feira do Açaí, percebeu-se que o mais importante uso deste espaço deve-se à questão do trabalho, na qual muito dos entrevistados relataram a importância da Feira do Açaí como local de sustento mantenedor da vida familiar de muitas pessoas que trabalham neste espaço que em grande maioria vem do interior para a capital e de pessoas residentes dos bairros de classes populares em Belém. Assim, a fala de uma das vendedoras dos quiosques retrata bem estes cenários do porquê frequenta cotidianamente a feira quando diz: “é porque eu sou mãe solteira, tenho três filhos e tenho que sustentar minhas crianças, por isso eu tenho que vir todo dia” (informação verbal, 2018). Além do mais, outro aspecto importante quanto aos usos na Feira do Açaí refere-se ao lazer, que é diferente do Forte do Presépio, por incluir a possibilidade de observar a paisagem da Baía do Guajará e da visitação de museus, ligada a outras programações culturais. Na Feira do Açaí percebeu-se, após a venda do fruto que dá nome ao lugar, a intensa movimentação dos bares e quiosques pelas pessoas que trabalham com a venda deste alimento típico da culinária paraense. Então, a roda de pessoas que se concentram nas mesas destes estabelecimentos serve para a descontração destas após um intenso dia de trabalho na feira. Quanto à questão envolvendo a definição de espaço público dentro de uma cidade, as pessoas entrevistadas tiveram no princípio dificuldades de responder o que de fato representava este conceito para elas. Haja vista, que suas respostas enquadraram os mais variados aspectos como fica expresso nesta fala de uma das vendedoras dos quiosques: Tipo um lugar mais limpo onde a gente possa levar as crianças para brincar como antigamente que a gente levava os filhos da gente e não tinha problema da gente os deixar correr um pouquinho sem tá com o olho 24 horas em cima deles (Informação verbal, 2018). Portanto, algumas definições de espaço público surgiram ao longo das falas como: espaços seguros, limpos, de livre circulação de pessoas, ou a simples referência a algum espaço físico (praça). Assim, quanto a esta dificuldade nas respostas, percebe-se a necessidade de projetos pedagógicos pelo planejamento urbano e turístico sobre educação patrimonial e a importância de uso destes lugares como espaços de participação política, como retrata Serpa (2007) para transformação social e de vida das pessoas. Dessa maneira, os espaços na Feira do Açaí também servem como contra usos assim denominados por Leite (2014), no sentido de receberem usos diferenciados por classes populares que não se sentem integradas em espaços de maior apelo turístico e que passaram pelo processo de requalificação urbana como o caso do Complexo Feliz Lusitânia. Assim, a Feira do Açaí, apesar de ter seu uso principal relacionado ao trabalho como observado em campo, o lazer é também uma das marcas fortemente expressas nestes locais (fugindo do lazer articulado pelas grandes agências de

viagens que priorizam o lucro e o consumo exacerbado desarticulando a cultura local), que priorizam um lazer da espontaneidade e da sociabilidade entre os diferentes, que se apresentam através das relações cotidianas que se dão nas trocas comerciais relacionados ao açaí, nos bares e quiosques presentes na feira. O presente artigo teve como objetivo refletir sobre os usos e práticas sociais nos espaços públicos belenenses, tendo como lócus específicos: o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí. Assim, buscou-se entender que apesar destes espaços se apresentarem enquanto públicos juridicamente seria necessário perceber se estes lugares poderiam ser reconhecidos como públicos através de seus usos e práticas sociais. Portanto, uma discussão teórica e interdisciplinar sobre os espaços urbanos públicos se tornam fundamentais para compreender os avanços e os limites em torno deste conceito nas diversas áreas das ciências sociais, tentando a partir destes referenciais teóricos trabalhados durante a disciplina no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido: *Espaço Público e a produção social da cidade*, permitindo uma aproximação dos objetos e sujeitos estudados na pesquisa. As entrevistas realizadas com os sujeitos presentes nas duas localidades pesquisadas foram de suma importância uma vez que, a partir dos usos que cada uma dessas pessoas atribui a estes lugares fica evidente a importância das relações e práticas sociais para possibilitar em sua essência reconhecer o caráter público destes espaços. Foi neste sentido que, a partir dos relatos dos sujeitos presentes em campo (Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí), e da observação criteriosa realizada nestes locais através de uma perspectiva interdisciplinar, que foi possível uma análise comparativa entre estas áreas que contribuiu para problematizar o caráter destes espaços enquanto públicos, visto que até entre os entrevistados esta definição tornava-se bastante complexa. Desse modo, o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí são espaços de grande importância dentro da cidade belenense tanto do ponto de vista do planejamento e gestão urbanos como das políticas de requalificação urbana vista a localização destes espaços na área de ocupação mais antiga da cidade que concentra a principal dinâmica de produção e organização sócio espacial por conta da maior demanda de serviços e infraestruturas presentes na área central de Belém. Porém, por outro lado, apesar destes locais se configurarem juridicamente enquanto espaços públicos, o tipo de acesso e a forma física que se apresentam nestes locais não são suficientes para serem enquadrados como públicos. Assim, o estudo de seus usos e práticas realizadas pelos sujeitos presentes nestes lugares foi de fundamental importância para a percepção da sociabilidade e participação social que estes locais permitiam para serem reconhecidos enquanto públicos. Dessa maneira, enquanto o Complexo Feliz Lusitânia apresenta um caráter semipúblico pelas restrições de usos a alguns de seus espaços por conta da terceirização destes locais por empresas privadas, limitando a participação social e a cidadania das classes populares. A Feira do Açaí, administrada pela Prefeitura Municipal de Belém é um local de maior espontaneidade e de sociabilidade entre os diferentes, que apesar de estar mais relacionada ao trabalho com a venda de produtos da culinária paraense permite a partir de seus usos um maior caráter público pela forte presença da cooperação e participação popular.

Palavras-chave: Espaço público; Usos; Complexo Feliz Lusitânia; Feira do Açaí.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE A AGROVILA SANTA TEREZINHA - CASTANHAL-PA

Renires dos Santos Teixeira
UEPA
reniresantos@gmail.com

Kátia Maria dos Santos Melo
UEPA
katiasmel1@gmail.com

Paula Gabriel Travasso Araujo
UEPA
gabrielapaula.pg@gmail.com

Resumo: A agricultura familiar predispõe a organização social produtiva articulada a política de produção de alimentos como estratégia de desenvolvimento e autonomia. Tal organização vai desde a aquisição das sementes, plantação, manutenção e cultivo até a comercialização final dos produtos. Nessa perspectiva, o agricultor deve adotar a diversificação agroecológica com cultivo de culturas consorciadas para não exaurir as propriedades nutritivas do solo. Todavia, o agricultor se vê pressionado por uma tendência do mercado mundial relativa ao uso de defensivos agrícolas, que trazem sérios problemas e impactam na qualidade de seu produto. Nesse contexto, a Universidade tem um papel fundamental, articulando o intercâmbio de saberes para que técnicas alternativas sejam aplicadas de forma adequada com vistas ao modelo de cultivo agroecológico. A Agrovila Santa Terezinha localiza-se na região oeste do município de Castanhal-PA, com aproximadamente 2000 habitantes. Parte da comunidade vive da agricultura de subsistência, e grande parte, trabalha no monocultivo do dendê e coco. Os camponeses da agricultura familiar vêm apresentando dificuldades no plantio sem defensivo agrícola, seja pela falta de conhecimento de técnicas de plantio sem agrotóxico, seja pela falta de acesso às informações a respeito do prejuízo à saúde, pela falta de acesso às políticas públicas, ficando expostos nas áreas da saúde, sustentabilidade e soberania alimentar. Objetiva-se contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, com subsídios técnico-sócio-educacional na perspectiva da justiça ambiental. Os procedimentos metodológicos ainda estão em andamento. Na primeira etapa realizou-se a fundamentação teórica e uso da técnica de observação livre nas rodas de conversas das reuniões da associação de agricultores. No segundo momento será realizada coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com os/as agricultores/as. Como resultado parcial constatou-se que os/as agricultores/as necessitam de auxílio técnico e orientações relacionadas ao acesso às políticas públicas, considerando que no contato e participação nas reuniões da associação, observou-se que grande parte não tem clareza dos direitos e políticas direcionadas ao segmento. Conclui-se que há necessidade da troca de saberes entre a Comunidade e a Universidade, cujo papel social desta última perpassa pelo fortalecimento dos vínculos do agricultor familiar com a terra e organização social.

Palavras-chave: Universidade, Agricultura Familiar; Agrovila Santa Terezinha; Fortalecimento.

HISTÓRIA LOCAL EM SALA DE AULA: CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE UM CIDADÃO CRÍTICO

Leonardo Neves Barbosa Thaly
Faculdade Integrada Ipiranga
leonardothaly@gmail.com

Marcio Ricardo Cardins Corrêa
Faculdade Integrada Ipiranga
marciocardins@hotmail.com

Marcos Paulo Santiago Lisboa
Faculdade Integrada Ipiranga
skatexrock@hotmail.com

Telma N. De S. Pereira
Faculdade Integrada Ipiranga
telmansp33@gmail.com

Resumo: O presente artigo objetiva refletir sobre a importância do ensino de História Local dentro da sala de aula, mostrando as dificuldades e possibilidades no ensino regular. É um trabalho que além de valorizar o local, o próximo, o entorno, se propõe a investigar sua contribuição para a formação de um cidadão crítico. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica qualitativa e quantitativa a partir de estudos ligados ao tema como os da historiadora Circe Bitencourt (2013), e Le Goff (1996). O resultado da pesquisa foi feito partir da apresentação do projeto de extensão realizado na E.E.E.F.M. Tauriano Gil de Sousa, com temática História Local da Vila de Juçarateua do Pereira em 2015. Em conjunto com os alunos foram feitas entrevistas com alguns moradores, para que pudessemos perceber como o trabalho com a história local, levaria os discentes a analisarem sua realidade de uma maneira mais crítica. Verificou-se que o ensino de história local traz diversas possibilidades para o ensino de história, como o de levar o aluno a perceber-se como um agente participativo da história, entretanto a história local é pouco utilizada pelos professores em sala de aula, por vários motivos como a falta de material didático para essa modalidade de ensino. Conclui-se que se o professor tiver autonomia própria de implantar o ensino de história local em seu planejamento, gerando questões que envolvam o aluno nesse método de ensinar história, podemos então ter em nossa sociedade cidadãos mais críticos, passíveis de interferir positivamente na comunidade com seus conhecimentos.

Palavras-chave: História; Ensino de História; História Local.

OCUPAÇÕES PRECÁRIAS E DISPERSÃO URBANA: DINÂMICAS DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO NA “AGROVILA” CALÚCIA EM CASTANHAL-PA

Kelly Vale
UEPA
kellyvale333@gmail.com

Willame Ribeiro
UEPA
willame.geo@gmail.com

Resumo: O espaço urbano da cidade de Castanhal/PA, tem apresentado significativa expansão nas últimas décadas, a qual está associada ao crescente processo de produção de seus espaços periféricos, resultante da construção de empreendimentos privados; conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida e a ação de grupos sociais precariamente incluídos que, devido à intensiva produção dos demais agentes nas bordas da cidade, tem como alternativa a ocupação dos espaços mais distantes da cidade, dando origem a espaços urbanos dispersos e assentamentos precários. O *locus* desta pesquisa é a “Agrovila” Calúcia, situada no eixo da PA-320, a nordeste da malha urbana de Castanhal. Esta apresenta características diferenciadas associadas ao estabelecimento de novos papéis a este espaço. Mediante o exposto, a pesquisa tem como objetivos: analisar a expansão e a estruturação do espaço na “Agrovila” Calúcia e o seu papel no âmbito da dispersão urbana de Castanhal; verificar a natureza das atividades econômicas desenvolvidas pela população na localidade; entender o papel desempenhado pela “agrovila” com relação às novas áreas de ocupações precárias próximas. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa dividiram-se em duas fases. A primeira dedicou-se à fundamentação teórica e à abordagem exploratória da área de estudo, com coleta de dados por meio da observação dirigida. A segunda voltou-se à coleta de dados em campo, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e residentes da Agrovila. A partir da análise, foi identificado que a Calúcia está circunscrita em um espaço de transição entre o rural e o urbano, onde se destacam crescentes mudanças nas formas de ocupação e estruturação do espaço a partir da lógica urbana. Em função da descontinuidade entre este espaço e a malha urbana da cidade, este caracteriza-se como ponto de dispersão urbana da cidade. As atividades econômicas desenvolvidas por seus residentes passam a integrar, cada vez mais, a dinâmica de trabalho da cidade. As estruturas e os serviços presentes na Calúcia, mesmo pouco desenvolvidos, têm servido de suporte para o surgimento de ocupações precárias em seu entorno, as quais acessam estas estruturas para atender suas necessidades imediatas. Estes novos contornos atribuídos à expansão urbana da cidade, demandam maior atenção do poder público quanto à prestação de serviços básicos e atendimento das demandas sociais destes moradores que, permanecem precariamente incluídos na cidade.

Palavras-chave: Estruturação do espaço; dispersão urbana; ocupações precárias.

EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NO CONTEXTO AMAZÔNICO: A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BENTO LIMA DE OLIVEIRA E OS DIÁLOGOS COM OS SABERES CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ÁFRICA

Nazaré Viegas
UFPA/PPEB
nazabiten@gmail.com

Clarice Melo
UFPA/PPEB
mnclarice@gmail.com

Resumo: Para realizar este trabalho partimos da compreensão de que, quando a escola se aproxima do contexto histórico, social e cultural da comunidade estudantil, abrem-se maiores possibilidades para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa para os alunos permitindo, assim uma maior interação entre os saberes populares e a educação formal propiciando o fortalecimento da identidade cultural dos sujeitos. Assim, esse estudo objetiva analisar como a implementação da educação quilombola na Escola Municipal Professor Bento Lima de Oliveira está promovendo a valorização da cultura da comunidade quilombola África. A pesquisa é fruto de inquietações que foram se constituindo a partir da relação com comunidade quilombola África e a Escola Municipal Professor Bento Lima de Oliveira. Esse estudo é uma pesquisa inicial que se circunscreve no contexto de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica-PPEB/UFPA, que tem como *locus* a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Bento Lima de Oliveira, localizada na Comunidade Quilombola África, na região do Caeté, no município de Moju, Estado do Pará. O tema da pesquisa é a educação quilombola, por entender que a educação quilombola é aquela original, marcada pela liberdade de ser de um povo, nesse contexto o conceito de Educação adquire um sentido amplo e complexo, haja vista que ela abrange sentidos subjetivos e marcantes para os sujeitos envolvidos (SANTANA, 2005) na dinâmica das relações sociais, políticas, econômicas e culturais existentes entre os sujeitos que constituem uma população contribuindo, deste modo para o crescimento e ampliação da cidadania não apenas para as populações tradicionais, mas para toda uma nação. Especificamente, para a realização deste trabalho foi a **Metodologia** utilizada a pesquisa bibliográfica por possibilitar maior aprofundamento teórico sobre um determinado assunto a ser investigado. Quanto à forma de abordagem, a pesquisa possui caráter qualitativo, tendo em vista que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados serão evidenciadas no decorrer do trabalho. É importante esclarecer que a pesquisa final da dissertação contará com a realização de uma pesquisa de campo onde se fará uso da observação participante e da entrevista semiestruturada que será realizada com os alunos, os professores da escola e moradores da comunidade quilombola África. É relevante esclarecer que esta pesquisa trata de um tipo de estudo de campo, que possibilita conhecer uma determinada realidade por meio do contato direto com os sujeitos da pesquisa em seu cotidiano escolar associando teoria e prática, vivenciada no interior das instituições educativas onde ocorre, antes de tudo, um contato humano entre pessoas. Neste sentido, este trabalho está inserido na abordagem metodológica da História das Instituições Escolares, por se tratar de uma proposta que, segundo Sanfelice (2008), situa-se no âmbito da História da Educação Brasileira e trata sobre uma proposta metodológica de pesquisa permite uma explanação teórica conceitual sobre os conflitos e o movimento contraditório existente entre o particular e o universal que permeiam

a história das instituições escolares e/ ou educativas na história da educação. Compreende-se que para alcançar os objetivos e metas traçados neste trabalho é necessário ter uma metodologia adequada ao tema em estudo. Partindo do princípio de que a pesquisa é de extrema importância, Gil (2014), afirma que o processo de desenvolvimento de um método científico pode ser definido como o caminho para se chegar a um determinado fim, com o objetivo de descobrir respostas para questionamentos mediante a utilização de procedimentos científicos. Pois, pesquisar significa o processo, o caminho a ser percorrido cientificamente na procura das respostas para indagações propostas. Para construção do referencial teórico, optou-se por autores especialistas e conceituados no tema abordado, tendo como principais colaboradores teóricos Brandão (2006), Freire (1983,1997, 2014), Castilho (2011), Santana, (2005), entre outros que contribuíram para o embasamento teórico e aprofundamento do assunto que está sendo tratado nesta pesquisa. **Resultados.** Espera-se que este trabalho traga resultados que viabilizem o aprofundamento do debate a respeito de como a implementação da educação quilombola na Escola Quilombola Professor Bento Lima de Oliveira está promovendo a valorização da cultura da Comunidade Quilombola África para o fortalecimento da identidade cultural dessa população. Assim como suscitar questionamentos sobre os mecanismos de interação e participação coletiva e individual que estão sendo desenvolvidos pelos professores, alunos e comunidade quilombola para que ocorra a valorização da cultura quilombola existente naquela localidade. Também, acredita-se que esta pesquisa sirva como referencial para trabalhos posteriores que envolvam questões associadas à educação quilombola, por meio da articulação entre os atores que constituem o contexto desta pesquisa através de um ambiente favorável ao pensamento crítico, reflexivo e dialógico. Partindo das afirmações supracitadas, compreende-se que os resultados deste estudo ainda são preliminares. Uma vez que, este trabalho faz parte de uma dissertação em andamento. Neste sentido, é preciso atentar para o fato de que esse é um trabalho de pesquisa científica e acadêmica que requer um alto nível de conhecimento devido à complexidade existente entre as relações que permeiam o âmbito das relações culturais que envolvem aspectos da educação e que se desenvolve no interior do ambiente escolar. Outro aspecto a ser destacado é a compreensão que se deve ter de que o particular é uma expressão global do desenvolvimento geral do todo que está presente nas instituições escolares e não pode ser desvinculado dessa análise. Portanto, entende-se que o estudo traz uma discussão que abarca aspectos normativos, formas de gerenciamento, decisões políticas, periféricas e centrais que interferem de maneira significativa nos espaços onde se inserem. É importante destacar que esse debate teórico está pautado em pressupostos freirianos, pois é necessário refletir a respeito de quais seriam as necessidades de pensar sobre o conhecimento popular no meio escolar, quais seriam as práticas emancipatórias que viabilizariam o reconhecimento da história e cultura quilombola no processo histórico brasileiro, de que forma essas práticas contribuiriam para o fortalecimento da identidade do sujeito no contexto amazônico, particularmente na Comunidade Quilombola África. De acordo com Freire (1997) é preciso conhecer o percurso histórico de um povo e, esse conhecimento é fundamental para sugerir decisões que envolvam vontade política, mobilização e organização de cada grupo cultural com vistas a finalidades comuns que requer uma prática educativa fundamentada no respeito às diferenças peculiares de cada grupo. Haja vista que, o uso desses saberes locais e informações, fundamentadas no conhecimento popular das comunidades quilombolas podem ser associados às práticas educativas no âmbito da prática pedagógica escolar, proporcionando a possibilidade de se fazer uma discussão sobre a hegemonia do conhecimento presente no âmbito educacional que vem se perpetuando ao longo do tempo. Aqui se faz necessário contextualizar o *lôcus* da pesquisa. Neste sentido, farei uma breve apresentação do território do Caeté, local onde a pesquisa está sendo desenvolvida, possui as comunidades quilombolas do Caeté, África, Laranjituba e Moju-Miri. Essas populações se consideram mojuenses, definem-se como pobre e assim são reconhecidas pela sociedade municipal e, apesar de não usufruírem dos bens do mundo moderno, não vivem em

situação de fome e indigência. Sua história está fortemente ligada ao município de Moju, embora no que concerne aos eventos históricos mais marcantes para este grupo, haja característica de oposição aos moradores da cidade, especialmente no que se refere à política municipal dirigida a estes remanescentes de quilombo. Atualmente, os quilombolas do Território do Caeté, vivem um momento de conflito de identidade, pois sempre foram identificados como mojuenses, mas desde o censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tomaram conhecimento de que a área, por eles ocupadas, pertence ao município de Abaetetuba, mas seus registros de nascimento os identificam como mojuenses. Em 2005, Secretaria de Educação de Moju (SEMED), iniciou o processo de construção dos prédios escolares situados nos territórios das comunidades quilombolas do Caeté. Esse processo também está ligado as questões educacionais, como a formação dos professores, a educação oferecida aos alunos, o currículo a ser ministrado nas escolas quilombolas. Entre as quais está a Escola Municipal Professor Bento Lima de Oliveira, que atende as séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Frente à especificidade existente nessa região e os de conflitos que envolvem essa população, entende-se que existe a necessidade de se criar mecanismos e estratégias para fortalecimento da cultura local quilombola e o desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao local. Uma vez que se considera que a educação é um processo amplo que está presente em toda e qualquer sociedade por ser um processo que se desenvolve ao longo da história da humanidade. Fundamentada em Suely Castilho (2011), pode-se assegurar que a Educação Quilombola é aquela própria de um povo, rica em sua diversidade cultural, mesmo que apresente semelhanças com outros grupos remanescentes de quilombos, cada comunidade quilombola tem suas particularidades específicas que fazem parte das maneiras de como foram construídos seus processos educativos e de como foram influenciadas pelas formas tradicionais de organização social. Diante do exposto compreende-se a necessidade do debate sobre o fortalecimento da cultura local da comunidade quilombola África. Pois segundo Freire (2014), a educação não é neutra, ela contém uma intencionalidade política que pode estar atrelada a interesses diversos. Portanto, dependendo das escolhas que fazemos e das decisões tomamos a educação pode ser transformadora e emancipadora ou conservadora e manipuladora contribuindo para a manutenção da organização e da dinâmica social que vem se perpetuando ao longo da história da humanidade e que, ainda se faz presente na atual sociedade. De acordo com Brandão (2006), é imprescindível que se atente para o fato de que o diálogo não é um simples instrumento pedagógico, mas o princípio de uma Educação Popular que reconhece a construção coletiva como aquela que possibilita a humanização dos sujeitos e convive com o conflito não para negar o outro, mas para reconhecer suas contribuições no processo de transformação individual e social. Portanto, é necessário que se compreenda as relações de diálogo existentes entre o conhecimento sistematizado trazido pela escola e o conhecimento empírico que desperta no aluno e no professor uma transformação prática da realidade, promovendo não apenas a teoria ou os conceitos abstratos que educam, mas a ação concreta que vai gradativamente permitir a prática de uma educação libertadora pautada em princípios emancipatórios que possam promover a autonomia dos sujeitos envolvidos em contextos singulares, para que assim consigam superar seus limites para a construção dos saberes culturais que fazem parte do processo histórico de constituição de um povo. **Conclusões.** A realização desta pesquisa possibilitou o entendimento de que a escola possui um papel social imprescindível, que ao desenvolver um trabalho em parceria com a comunidade pode servir como resgate de identidade cultural para as populações tradicionais, especialmente, a quilombola. Pois a autoidentificação ou autodenominação garante a posse da terra. Entretanto é necessário fazer parte da comunidade, do território como essência e ser acionado como ator social com capacidade de promover e provocar ações sociais que contribuam para o fortalecimento das comunidades quilombolas. É necessário desenvolver o sentimento de pertencimento ao local. Conclui-se que a cultura de um povo é uma expressão da construção humana que se constitui e se constrói por meio do diálogo entre os sujeitos, interação

social que é construído gradativamente através de símbolos e significados que tem sentido a essas pessoas dentro do contexto em que são compartilhados entre elas para a preservação da sua cultura, garantindo assim, a preservação de seus costumes, tradições e modos de vida para a preservação da identidade cultural dessa população que tem singularidades e particularidades individuais e coletivas. Portanto espera-se que este trabalho possa servir como subsídio para pesquisas que tratem a respeito da valorização da cultura quilombola e dos diálogos entre instituição escolar e comunidade local.

Palavras-chave: Identidade; Educação; Diálogo; Cultura.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO MÉDICO NA AMAZÔNIA (PARÁ, BRASIL): UM ESTUDO TRANSVERSAL (2015) PARA A ATUALIZAÇÃO DO DEBATE NO SÉCULO XXI

Ana Carolina De La-Rocque Barros Warken
Centro Universitário do Estado do Pará
carolina_larocque@hotmail.com

Anderson Raiol Rodrigues
UFPA
arr@ufpa.br

Cláudio Eduardo Corrêa Teixeira
UFPA/ Centro Universitário do Estado do Pará
cecteixeira@pq.cnpq.br

Resumo: Pouco se sabe sobre a produtividade científica de médicos que atuam na região amazônica. Qual o perfil dessa produção? Atende aos desafios regionais no século XXI? O quanto contribui para o desenvolvimento sustentável da região? O objetivo deste trabalho é descrever e diferenciar o perfil de produtividade científica dos médicos atuantes no Estado do Pará. Com base em dados de julho de 2015 do Conselho Regional de Medicina (CRM-PA), verificamos quantos médicos possuíam currículo na Plataforma Lattes, e destes, quantos tinham carreira acadêmica ou se dedicavam exclusivamente às suas especialidades. Em seguida, aspectos sobre produtividade científica foram quantificados. Todas as informações utilizadas são de domínio público e livre acesso. Os resultados mostram que dos 7.660 médicos pesquisados, apenas 2.858 (37,3%) possuíam Currículo Lattes (CL). Destes, 511 (17,8%) são docentes e 2.347 (82,1%) não são docentes. Quanto à produção científica, 240 (46,9%) médicos docentes e 1908 (81,2%) não docentes não apresentavam publicações de artigos. E enquanto que 126 (46,4%) médicos docentes publicaram artigos nos últimos 5 anos, apenas 58 (13,2%) não docentes publicaram no mesmo período. Entre os 2.737 artigos registrados nos currículos dos 271 (53,1%) médicos docentes com publicações registradas, havia 178 (6,5%) artigos publicados em periódicos classificados como QUALIS A1, sendo de autoria de 48 (17,7%) desses profissionais. Entre os 1.387 artigos dos 439 (18,8%) médicos não docentes com publicações registradas, havia 77 (5,5%) artigos publicados em periódicos com a mesma classificação, sendo de autoria de 31 (7,06%) desses profissionais. Finalmente, dos 271 docentes com publicação, 161 (59,4%) publicaram em 1.408 periódicos com Journal Citation Reports (JCR), sendo 138 (9,8%) com fator de impacto $\geq 3,8$. Dentre os 439 não docentes com publicação, 149 (33,9%) publicaram em 509 periódicos com JCR, sendo 56 (11%) com fator de impacto $\geq 3,8$. Concluímos que, embora a produtividade científica dos médicos que se dedicam exclusivamente às práticas de suas especialidades seja menor que a dos que possuem carreira acadêmica, no geral, a produtividade científica dos médicos do Pará é baixa. O fato de que 62,7% dos médicos do Estado não terem CL, somado à evidência de que 46,9% dos médicos docentes e 82,1% dos médicos não docentes com CL não publicam artigos, sustentam esta conclusão. As causas e consequências deste panorama devem ser discutidas.

Palavras-chave: Medicina; Estado do Pará; Produção científica; Currículo Lattes.

ESTUDOS SOBRE PERSISTÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR EM EJA NO NORDESTE PARAENSE, CASTANHAL-PA: ANÁLISE E PROPOSIÇÕES

Maria do Perpétuo Socorro Ramos Xavier
UFPA
perpetuaxavier2017@gmail.com

Yomara Pinheiro Pires
UFPA
Yomara.ufpa@gmail.com

Marcos César da Rocha Seruffo
UFPA
marcos.seruffo@gmail.com

Resumo: A educação de Jovens, Adultos e Idosos é uma modalidade específica da Educação Básica que se destina à inclusão escolar de um público que, por motivos diversos, foi excluído da educação durante sua infância ou adolescência. Embora a evasão seja um fenômeno complexo e multicausal, buscou-se identificar os fatores que contribuem para a persistência e a não permanência destes sujeitos sociais matriculados no ensino fundamental na modalidade EJA, no nordeste paraense em três escolas municipais públicas situadas em bairros periféricos, zona urbana e rural do município de Castanhal-PA. A pesquisa foi qualitativa e quantitativa, realizada com 198 estudantes, 43 professores, 09 gestores e 03 especialistas em educação. Partiu-se da hipótese de que a utilização de TICs e metodologias diferenciadas de forma contextualizada em escolas que ofertam a EJA tendem a decrescer o índice de evasão escolar. O aporte teórico desse estudo ancorou-se em autores como Bourdieu, Freire e Patto que dialogam sobre os elementos inseridos em diversos contextos sociais, que nos parece fundamental para ressignificar as relações humanas, justas e solidárias que têm “desenhado” uma prática pedagógica no contexto dos atores sociais EJA, como também em respeito à alteridade do aluno, vislumbrando o trabalho social e o trabalho docente na dinâmica das Instituições. A pesquisa de campo foi desenvolvida em três fases: a) obtenção dos dados cadastrais nas escolas; b) coleta dos dados estatísticos de 2012-2018 na Secretaria Municipal de Educação; c) aplicação de questionário socioeconômico com o público selecionado, seguida de palestras e entrevistas. Para análise dos dados, foram selecionadas as variáveis prognosticadas do motivo da não permanência dos estudantes da EJA na escola. Utilizou-se Rede Bayesiana, em que consta a distribuição de frequência do perfil dos estudantes avaliados. Os resultados alcançados nos mostram fatores que mais contribuem para não permanência destes sujeitos EJA na escola: na faixa etária entre 15-20 a probabilidade de evadir é de 75% por “notas baixas” de 20-45 59% “falta de interesse” e acima de 45 anos 33% “falta de interesse” e, 42% por motivo de saúde. Destes sujeitos que não permanecem na escola, também observou-se que 46% evadem por motivo de trabalho, entre outros. Constatou-se, também, que a utilização de metodologias diferenciadas dentro de uma perspectiva interdisciplinar e a utilização das TICs em salas de aula tendem a diminuir a evasão escolar.

Palavras-chave: EJA; Evasão escolar; Metodologia diferenciada e contextualizada; Políticas públicas educacionais.



BELÉM - PARÁ - BRASIL
2018